



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**



**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**CARLA JOELMA DE OLIVEIRA LOPES**

**O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA, BAIÃO-PA.**

**BELÉM-PA  
2017**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**



**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA**

**CARLA JOELMA DE OLIVEIRA LOPES**

**O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA, BAIÃO-PA.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, sob orientação do Prof. Dr. João Santos Nahum, como requisito à obtenção do título de Mestre na área de concentração Organização e Gestão do Território.

**BELÉM-PA  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

---

Lopes, Carla Joelma de Oliveira  
O Território quilombola de Araquembaua, Baião-PA / Carla  
Joelma de Oliveira Lopes. - 2017.

Orientador: João Santos Nahum.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-  
Graduação em Geografia, Belém, 2017.

1. Territorialidade humana - Baião (PA). 2. Quilombos -  
Baião (PA). 3. Quilombos - Condições Sociais - Baião (PA). 4.  
Quilombos - Condições econômicas. I. Título.

CDD 22. ed. 307.7098115

---

**CARLA JOELMA DE OLIVEIRA LOPES**

**O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA, BAIÃO-PA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Belém, 26 de maio de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. João Santos Nahum  
PPGEO/UFPA

---

Banca: Prof. Dr. Jovenildo Cardoso Rodrigues  
Examinador Interno – PPGEO/UFPA

---

Banca: Prof. Dr. Luis Fernando Cardoso e Cardoso  
Examinador Externo – PPGSP/UFPA

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela chance que me deu de chegar até aqui.

Ao meu pai, Domingos Anchieta de Paula Lopes, principal inspirador deste trabalho. Sua luta e sua história me provaram que Araquembaua é mais que um pedaço de chão, tem uma força encantada que guia os filhos no decorrer do tempo e os ensina a resistir.

A minha mãe, Maria Vera Lúcia, mulher guerreira nordestina que abraçou o Pará como terra para criar os filhos e eternizar suas sementes. Mãe, seu apoio durante toda a minha vida e, em especial nestes dois últimos anos, foi fundamental para esta conquista.

Aos meus filhos Daniela e Pedro. A existência de vocês dois estimulou a minha determinação e luta que é, principalmente, por dias melhores e por dias em que possamos todos juntos compartilhar os saberes que doamos uns aos outros nessa caminhada.

Ao meu marido, Arion de Oliveira Livramento, companheiro incansável desta jornada. Meu amor sua presença nas aulas, nos encontros, nos seminários, na pesquisa de campo, tem garantido a minha alegria e paz. Obrigada pela paciência de me ouvir explicando este trabalho horas a fio, pela ajuda incansável com os registros fotográficos, preenchimento de formulários, anotações e gravações de entrevistas e, principalmente, por cuidar tão bem do nosso filho em minha ausência. Eu te amo.

Aos meus irmãos e cunhada, Carlos, Cassius, Cláudio e Myllena. Obrigada pela colaboração e estímulo.

A minha sogra, Rosayde de Oliveira, pelas orações constantes e ajuda incessante.

Aos meus tios e padrinhos, Basílio e Júlia, a história de Araquembaua não seria a mesma sem a força e a beleza de suas tão gratas contribuições.

Ao Prof. Dr. João Santos Nahum pela orientação neste trabalho. Obrigada professor pela paciência, compreensão e contribuição intelectual neste estudo e processo formativo.

Aos colegas de estudo do EDUQ, JPEG e GDEA e, em especial, aos professores Adolfo Neto, Jovenildo Rodrigues, Ana D'Arc Azevedo, Nino, Carlos Mascarenhas e Mayre Mendes. Os momentos de encontro para debates e reflexões foram fundamentais para a construção teórica desta pesquisa.

Ao escritório local da EMATER no município de Baião, em nome do senhor Ronnaldy Aislan Pinto dos Reis, chefe do escritório, pelas preciosas informações sobre as dinâmicas econômicas das populações rurais do município.

Agradeço finalmente a todos os moradores e moradoras de Araquembaua que colaboraram com tanta generosidade para que este estudo se realizasse.

Entre Palmares e os quilombos dos últimos anos da escravidão, os escravos brasileiros construíram uma empolgante história da liberdade. Mas uma história cheia de ciladas e surpresas, de avanços e recuos, de conflito e compromisso, sem um sentido linear, uma história que amplia e torna mais complexa a perspectiva que temos de nosso passado.

GOMES; REIS (2012, p. 25).

## RESUMO

O presente trabalho aborda um quadro de transformações territoriais relativamente recentes na Amazônia, quadro desencadeado a partir dos marcos legais brasileiros presentes na Constituição Federal de 1988 relativos ao reconhecimento, demarcação e titulação de populações quilombolas. Neste sentido, tomou-se como objeto de análise o território quilombola de Araquembaua localizado no município de Baião (PA). Objetivou-se de maneira geral analisar as mudanças e permanências que foram se configurando dentro do território a partir do processo de titulação ocorrido no ano 2002 tendo como foco três elementos centrais: terra, trabalho e família. Buscou-se ainda compreender as territorialidades desenvolvidas pelos sujeitos na comunidade antes da titulação, assim como, identificar os fatores territoriais, técnicos e políticos que explicam a titulação do território quilombola em Araquembaua. Finalmente procurou-se analisar as territorialidades que se expressam no território após a titulação. Partiu-se da hipótese de que os usos do território na comunidade não eram homogêneos e sinalizavam relações de conflito, resistência e antagonismo em relação à assunção da identidade étnica quilombola o que dava indicativos de que a opção do grupo materializava principalmente uma estratégia territorial para garantir a seguridade do uso do território. O referencial teórico adotado destaca as categorias território usado e territorialidade. Os resultados revelaram que a titulação quilombola representou um acontecimento importante dentro da comunidade, porém, ela não alterou o modo de vida da população e nem foi capaz de ajudar a superar a pobreza e as desigualdades impostas historicamente ao território.

**Palavras-chave:** Território Usado. Estratégias Territoriais. Titulação Quilombola. Mudanças e Permanências. Amazônia Paraense.

## ABSTRACT

This paper presents a framework of relatively recent territorial transformations in the Amazon, a framework triggered by the Brazilian legal frameworks in the Federal Constitution of 1988 concerning the recognition, demarcation and titling of quilombola populations. In this sense, the quilombola territory of Araquembaua located in the municipality of Baião (PA) was taken as object of analysis. The general objective was to analyze the changes and permanences that were taking place within the territory, starting from the titling process that took place in the year 2002, focusing on three central elements: land, work and family. It was also sought to understand the territorialities developed by the subjects in the community before the titling, as well as to identify the territorial, technical and political factors that explain the titling of the quilombola territory in Araquembaua. Finally, we tried to analyze the territorialities that are expressed in the territory after the titration. It was hypothesized that the land uses in the community were not homogenous and signaled relations of conflict, resistance and antagonism in relation to the assumption of the ethnic identity of the Quilombola, which gave indications that the group's option materialized mainly a territorial strategy to guarantee the security of the use of the territory. The adopted theoretical framework highlights the categories used territory and territoriality. The results revealed that quilombola titling was an important event within the community, but it did not change the way of life of the population nor was it able to help overcome the poverty and inequalities historically imposed on the territory.

**Keywords:** Used Territory; Territorial Strategies; Quilombola Titration; Changes and Permanences; Amazonia Paraense.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Porto da Trindade. Araquembaua – Baião (PA).....	38
Figura 2 -	Igreja Católica de Araquembaua.....	40
Figura 3 -	A Casa de Farinha. Araquembaua/Baião – PA.....	52
Figura 4 -	Flor do Campo em Araquembaua. Baião- Pa.....	57
Figura 5 -	Chegada da balsa que dá acesso à Araquembaua. Comunidade Varginha. Baião (PA).....	88
Figura 6 -	Caminhão que transporta madeira aguardando a chegada da balsa.....	90
Figura 7 -	Barracão Comunitário. Araquembaua/ Baião – PA.....	105
Figura 8 -	Fundão.....	126
Quadro de Figuras 1 -	Atividades na Escola de Ensino Infantil de Araquembaua.....	99
Quadro de Figuras 2 -	Escola de Ensino Fundamental de Araquembaua.....	101
Quadro de Figuras 3	Casas de Araquembaua.....	117
Quadro de Figuras 4	Os quintais de Araquembaua.....	124

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Assunção da Identidade Quilombola na Atualidade em Araquembaua...	98
Gráfico 2 -	Participação, regularidade da frequência, percepção e nível de satisfação positivo da comunidade de Araquembaua em relação a ARQIB.....	107
Gráfico 3 -	Percentual de moradores filiados às associações existentes na comunidade quilombola de Araquembaua.....	108
Gráfico 4 -	Condições Sanitárias de Habitação em Araquembaua.....	118
Gráfico 5 -	Evolução da População em Araquembaua: 1962-2016.....	120
Gráfico 6 -	Atual fonte de renda das famílias em Araquembaua.....	121

## LISTA DE QUADROS, FLUXOGRAMAS e TABELAS

Quadro 1 -	Componentes da configuração espacial de Araquembaua (1940-2002)...	46
------------	--	----

Quadro 2 -	Etapas do tratamento da terra para produção agrícola.....	51
Quadro 3 -	Técnicas utilizadas na pescaria tradicional em Araquembaua.....	54
Quadro 4 -	Técnicas utilizadas na caça tradicional em Araquembaua.....	55
Quadro 5 -	Desenvolvimento do trabalho em Araquembaua antes de 2002.....	58
Quadro 6 -	Principais dispositivos legais relativos à titulação de territórios quilombolas no Brasil.....	63
Quadro 7 -	Principais dispositivos legais relativos à titulação de territórios quilombolas no Pará.....	65
Quadro 8 -	Impactos socioambientais no Baixo Tocantins - UHE de Tucuruí.....	71
Quadro 9 -	Polos madeireiros no estado do Pará.....	74
Quadro 10 -	Quilombos do Município de Baião – PA.....	93
Fluxograma 1	Comunidades que fazem parte da ARQIB.....	23
Fluxograma 2 -	Modelo de Metodologia Analítica.....	27
Fluxograma 3 -	Procedimentos legais para a titulação do território quilombola.....	67
Tabela 1	Produção Agrícola do Município de Baião (PA): principais produtos.....	33
Tabela 2	Extração Vegetal da Madeira no município de Baião (PA): 2005 a 2015	34

### **LISTA DE MAPAS E CROQUIS**

Mapa 1 -	Mapa de Localização da Comunidade Quilombola de Araquembaua – Baião/PA.....	13
Mapa 2 -	Mapa de Localização da ARQIB.....	92
Mapa 3 -	Quantidade de Comunidades Quilombolas no Estado do Pará.....	95
Croqui 1	Vila de Araquembaua – antes da titulação.....	43
Croqui 2	Vila de Araquembaua – depois da titulação.....	116

## LISTA DE SIGLAS

- ADCT** – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988
- ARQIB** – Associação de Remanescentes de Quilombo de Igarapé Preto a Baixinha
- ACORQBU** – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo Umarizal Centro
- ARCMO** - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná
- APPQRA** - Associação de Pequenos Pescadores Quilombolas Ribeirinhos de Araquembaua
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- CEDENPA** – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
- CF/88** – Constituição Federal Brasileira de 1988
- EMATER** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA** – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- ESLOC** – Escritório Local
- FNO** – Fundo Constitucional do Norte
- IAP** – Instituto de Artes do Pará
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM** – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IMAZON** – Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
- ITERPA** - Instituto de Terras do Pará
- NAEA** – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
- ONG** – Organização Não Governamental
- POEMA** - Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
- PPGEO** – Programa de Pós Graduação em Geografia
- PROATER** – Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Família
- SOME** - Sistema de Organização Modular de Ensino
- STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- UHE** – Usina Hidrelétrica
- UFPA** – Universidade Federal do Pará

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O TERRITÓRIO DE ARAQUEMBAUA ANTES DA TITULAÇÃO: UMA COMUNIDADE CAMPONESA.....</b>	<b>31</b>
1.1. O município de Baião (PA) uma fração do território amazônico.....	31
1.2. Origem e formação da comunidade de Araquembaua .....	37
1.1. Terra, trabalho e família na comunidade camponesa de Araquembaua.....	48
<b>CAPÍTULO 2 – A TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA.....</b>	<b>61</b>
2.1. Quilombos contemporâneos no Brasil e na Amazônia.....	61
2.2. A ameaça da posse sobre o uso em Araquembaua.....	70
2.3. O território enquanto possibilidade de realização: condições territoriais, técnicas e políticas.....	81
<b>CAPÍTULO 3 – O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS.....</b>	<b>97</b>
3.1. A invenção do território e de territorialidades.....	97
3.2. Terra, trabalho e família no quilombo de Araquembaua.....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

Araquembaua é uma pequena comunidade ribeirinha formada por 160 famílias, fica localizada no município de Baião, estado do Pará. A dinâmica social é marcada pela unidade entre terra, trabalho e família. O fazer, o criar, o cultivar e o extrair constituem parte de uma relação que é, ao mesmo tempo, de pertencimento, de reafirmação de identidades, de memórias e territorialidades. Relação marcada pela permanência de regras de um sistema de parentesco e de organização social, pela solidariedade, por visões de mundo comuns, pelo uso do rio e da terra por gerações.

A terra-território é também o palco das vivências, da expressão dos mitos, da reprodução das lendas, dos hábitos marcados por crenças ancestrais, das festas de santo, das procissões e rodas de batuque. Sua ocupação se iniciou no período colonial compondo o vasto quadro de comunidades que margeiam o território do Baixo Tocantins. É uma das comunidades mais antigas do município.

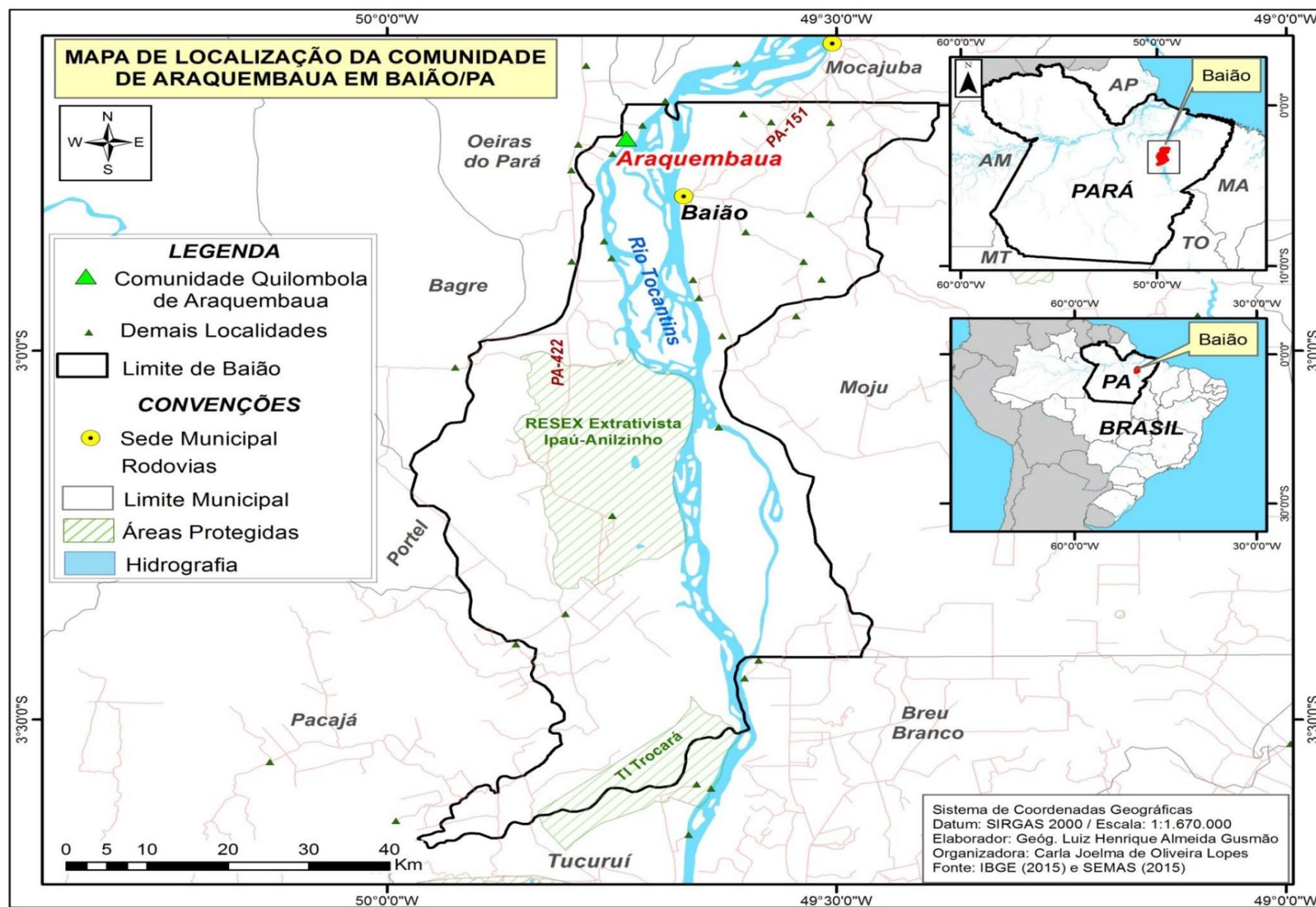
De acordo com o historiador Sandoval Ramos (2009), Baião teve como origem um povoado fundado em 1694 que foi o segundo núcleo populacional do Baixo Tocantins. Com o surgimento do núcleo outros povoados foram se formando, mas o de Baião ganhou destaque e se tornou um dos mais importantes da região tocantina. Em 1833, uma Resolução do governador da Província, elevou o povoado à condição de Vila – Nova Vila de Santo Antônio do Tocantins. Apenas em 1935, porém, Baião foi finalmente reconhecido como município.

Aos poucos seus limites territoriais foram flexibilizados em decorrência de disputas territoriais originando em 1935 o município de Mocajuba ao norte e, no final do ano de 1947, o município de Tucuruí ao sul, o que incidiu em diminuição de sua área que agora corresponde, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), a aproximadamente 3. 758, 273 km<sup>2</sup>.

Araquembaua é uma das 101 comunidades rurais que compõem o município. A população vive prioritariamente da pesca e da pequena agricultura. A relação com a sede do município é bastante intensa, sobretudo a partir da instalação da balsa que transporta veículos e pessoas até a Varginha, uma das comunidades vizinhas.

Geograficamente está situada entre os municípios de Oeiras do Pará e Cametá. Faz limite com a margem esquerda do rio Tocantins e com as comunidades de Itaperuçú, Baixinha e Cupu. Sua localização estratégica permite o acesso à rodovia Transcametá (PA 422). Ver mapa 1.

Mapa 1. Localização da Comunidade Quilombola de Araquembaua, Baião – PA



Fonte: IBGE, 2015. Organização: LOPES, julho de 2016.

Em 2002, Araquembaua recebeu a titulação de território quilombola. O processo que suscitou a titulação foi feito de forma conjunta com outras 25 comunidades do município e materializou novos ordenamentos territoriais<sup>1</sup>. O episódio não ocorreu de forma isolada, ao contrário, se manifestou em diversos espaços da Amazônia (MARIN, CASTRO, 1999; SALLES, 2005; TRECCANI, 2006).

Neste sentido, o presente trabalho aborda um quadro de transformações territoriais relativamente recentes na Amazônia desencadeados a partir dos marcos legais brasileiros presentes na Constituição Federal (CF) de 1988 relativos ao reconhecimento, demarcação e titulação de populações quilombolas.

As mudanças são resultantes de pressões dos movimentos negros e organizações civis que exigiam há tempos um tratamento adequado à questão da causa negra no Brasil, o que inclui a demarcação dos territórios de remanescentes de quilombos a partir da auto-identificação. Há, porém, uma conjuntura política no Brasil e no exterior relativa à ocupação de terras e reforma agrária que incide diretamente no território brasileiro e amazônico que precisa ser considerada na análise.

Na Amazônia, a partir da década de 1960<sup>2</sup> ocorreu um intenso avanço do modo capitalista de produção no campo, marcado inicialmente pelo processo de abertura de estradas e pelas políticas públicas que objetivavam a ocupação e o desenvolvimento do território. Pouco tempo depois os grandes projetos voltados para a exploração agropecuária, mineração e energia hidrelétrica consolidaram o avanço. As conseqüências para os moradores foram a expropriação, o desemprego, a concentração fundiária, a exclusão, ou seja, o modo de vida de muitas comunidades ligadas aos rios e ao extrativismo vegetal e animal foi profundamente alterado (MAGALHÃES et al, 2012).

Na contramão das políticas excludentes destinadas à Amazônia surgem formas de resistência que orbitam em torno de questões envolvendo o cotidiano no campo e a luta pela terra. A crescente organização dos movimentos negros associados aos movimentos sociais, sindicatos dos trabalhadores rurais, associações de agricultores e pescadores demarcou um

---

<sup>1</sup> De acordo com Camargo (2009, p.26) o ordenamento territorial diz respeito à interferência direta na organização espacial, a partir dos interesses de quem planeja, incidindo em reestruturação das formas geográficas visando a inserção do território na ordem mundial.

<sup>2</sup> Durante a década de 60, particularmente a partir de 1966, através de uma série de leis federais, o governo brasileiro buscou o desenvolvimento da Amazônia com incentivos fiscais com descontos de 50 a 100%, nos impostos de renda devidos por empresas, desde que esses recursos fossem investidos em empreendimentos na área amazônica. Iniciava-se, assim, a chamada “Operação Amazônica”, visando, definitivamente, estabelecer a posse daquele território, a exploração dos recursos minerais, vegetais e animais, desenvolvimento agropecuário e industrial, e efetivo enquadramento na vida econômica do país. Dessa forma, conforme sugere Nahum (2017, pp 9-10), a Operação Amazonia reinventa a Amazônia no século XX. Reinvenção alicerçada no tripé Estado/Mercado/Capital que fomenta a representação de natureza amazônica enquanto fonte de recursos.

processo gradativo de empoderamento das pessoas e das demandas e sinalizou o enraizamento de uma conjuntura política apropriada às lutas.

O caso de Baião é bastante exemplar. No final da década de 1990 os moradores se organizaram e passaram a refletir através de encontros e debates sobre a ancestralidade negra demarcada historicamente e os direitos reservados às comunidades quilombolas, uma vez que, a pesquisa histórica revelava que na região do Baixo Tocantins havia ocorrido uma ocupação significativa das áreas ribeirinhas por parte de escravos fugidos durante o período colonial, o que justifica a existência de inúmeros quilombos na área.

No ano 2000 um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA) representando um total de 26 requerimentos de titulação coletiva de remanescentes de quilombos. Com o tempo a busca por reconhecimento e titulação de terras ancestralmente ocupadas se intensificou. Baião se destaca, no momento, como um dos municípios que mais contém territórios quilombolas contando o número de 34 (IBGE, 2014), sendo o segundo município paraense em quantidade de quilombos.

A luta pela titulação esteve, ainda, associada a diversas questões como a ameaça da posse sobre o uso, o avanço do agronegócio e dos grandes projetos e a intensa desterritorialização de trabalhadores evocada pelas precárias condições de trabalho e renda. Manyari (2007) narra os impactos provocados pela construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí no município, entre eles, a diminuição do pescado, principal recurso de subsistência e comercialização dos moradores ribeirinhos.

A instalação de um pólo madeireiro em Cameté e o avanço das madeireiras em direção a Baião foi acompanhada de problemas como a apropriação indevida de terras, a captação de mão de obra local retirando o trabalhador de sua moradia de origem e provocando intenso desmatamento (CARDOSO et al, 2017.)

Ribeiro e Nahum (2014) analisam a chegada da dendeicultura em Baião em 2009. O contexto é marcado por dificuldades de acesso a financiamentos por parte dos agricultores, herança da crise ocorrida com a cultura da pimenta do reino e, ao mesmo tempo, pelo discurso competente que acompanha o cultivo da palma de dendê. Havia dúvidas e inquietações entre os trabalhadores relativas, principalmente, ao destino das áreas agricultáveis.

De acordo com o zoneamento agroecológico do dendezeiro realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) em 2010, o município de Baião se enquadrava na condição regular para o plantio de dendê apresentando uma área de 1.239,60 Km<sup>2</sup> (33% da área total do município) apta para o desenvolvimento dessa cultura. O zoneamento definia, portanto, um reordenamento territorial significativo no município, uma

vez que, parte de seu território, habitado por populações que ocupam tradicionalmente a terra, seria destinado à nova atividade

Encontrava-se no município de Baião um conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que, associado às demandas internas e às contradições impostas pela lógica do capital no lugar, favoreceu o processo de titulação dos territórios quilombolas. Baião apresentava uma situação geográfica<sup>3</sup> marcada por reordenamentos territoriais provocados, em grande medida, pela titulação de territórios quilombolas de várias de suas comunidades. Uma delas é a de Araquembaua, o campo de investigação em questão.

O episódio ocorreu em diversos espaços da Amazônia que apresentavam características semelhantes. A simultaneidade de processos de titulação e de reordenamento territorial no território amazônico evoca estudos interdisciplinares e, tem despertado uma atenção cada vez mais intensa na geografia. O caso de Araquembaua representa uma das possibilidades de compreensão das novas dinâmicas territoriais amazônicas e justifica o interesse pelo estudo.

A pesquisa procura responder a inquietações acerca dos impactos provocados pelas demarcações dos territórios étnicos na Amazônia a partir do estudo de um território quilombola. Parte-se do local para o global, buscando-se enxergar a dimensão multi-escalar do processo. Muito embora, vários tratamentos tenham sido dados a temática como em NAHUM (2011); NAHUM, FERREIRA (2011); MALCHER (2009); MALCHER, NAHUM (2010); TERCEROS SIROTHEAU (2012), entre outros, Araquembaua é um lugar único, capaz de expressar para o restante da Amazônia, através de seu exemplo, as vicissitudes de um processo de reordenamento territorial aparentemente horizontal e democrático.

Mas essa não é a única motivação para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que sou filha de nativos da comunidade e tenho na relação familiar com os meus e com os moradores de Araquembaua um forte vínculo identitário e afetivo. Dessa forma, acredito que este estudo, realizado a partir da perspectiva geográfica, pode colaborar para o empoderamento da comunidade e materializar, ao mesmo tempo, propostas que sirvam para o bem comum dos moradores.

O referencial teórico adotado destaca a categoria *território usado*, uma vez que, interessa neste estudo investigar as dinâmicas territoriais que se desenham no território,

---

<sup>3</sup> Uma situação geográfica, segundo Santos (2008), é composta por um conjunto de fatores que possibilitam a emergência de um evento. Para Cataia e Ribeiro (2015), situação geográfica diz respeito aos nexos entre horizontalidades e verticalidades nos lugares, precipitados de impulsos globais por um lado e, por outro, cristalizações de heranças de usos populares que se atualizam.

procurando compreender as mudanças e permanências que nele se expressam. A análise contempla ainda o conceito de territorialidade dada à importância que assume para o desenvolvimento do trabalho.

O território usado agrega “a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, o que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p.247). Considerando que o território não é uma entidade pura nem é apenas político ou apenas econômico e cultural pode-se afirmar que ele, ao contrário, reúne diversas variáveis que o animam em um processo constante, não de maneira homogênea, nem de forma única, o que explica e dá sentido a seus usos.

Território usado é também sinônimo de espaço geográfico (Santos, 1994; 1996; Santos e Silveira, 2001) e como tal, não é algo inerte, opaco, areal, ao contrário, conforme sugere Santos (1996) é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, é o quadro da vida enquanto propriedade emergente da associação entre área e uso. Nahum (2017, p.6) afirma que:

O território usado, mais do que uma categoria analítica, constitui uma proposição metodológica para apreender a dimensão geográfica da vida, tornando-a inteligível, explicável e exemplificável nas coisas e nas pessoas, umas metamorfoseando-se nas outras.

É, portanto, no território usado que se encontra a compreensão da condição espacial da sociedade, uma vez que, em cada território é possível encontrar uma organização própria que reúne elementos quantitativos e qualitativos que tem como ponto de partida as variáveis materiais que os constituem.

O território deve ser compreendido a partir das mudanças históricas e dos usos que se percebem nele, de forma que “cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e a sua posição no sistema territorial e no sistema espacial”. (SANTOS, 1985. p. 09). O território revela o passado, cristalizado nos objetos e normas, e explica o presente.

A periodização da história, portanto, influencia a forma como o território será organizado do ponto de vista econômico, político e social, ou seja, incidirá diretamente na forma como o território será usado, uma vez que, “os usos são diferentes nos diversos momentos históricos. Cada periodização se caracteriza por extensões diversas de formas de uso” (SANTOS, SILVEIRA, 2013. p.20).

Pensar a periodização inclui a compreensão dos processos que ocorrem no interior do território em tempos determinados, processos que envolvem os sistemas técnicos, a distribuição territorial do trabalho e as sobreposições de materialidades. No território

convivem a novidade e a herança, a história particular e a história global, a formação de hierarquias entre os lugares, a especialização do trabalho, as novas formas geográficas e as novas formas sociais.

Mudanças nas bases técnicas, nas formas de organização social, cultural e econômica, indicam a chegada de outro tempo histórico. No território usado alteram-se as formas, as técnicas, as dinâmicas, as racionalidades, as intencionalidades, “o território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011. p. 5).

De tal maneira, território e história estão atravessados um pela existência do outro, assim como o território e o espaço. Território e espaço são categorias distintas. Enquanto a primeira, entendida como configuração territorial, corresponde ao todo, a segunda, o espaço, assume a função de totalidade. A totalidade vai abarcar o todo reunindo território, paisagem e sociedade (idem, *ibidem*).

O foco na abordagem da totalidade remete ao debate proposto por Lefebvre (2013) e, nesse sentido, defende uma perspectiva de produção do espaço se distanciando da compreensão do espaço como área ou do espaço passivo, neutro. Ao mesmo tempo rejeita a leitura do espaço pautada apenas na dimensão da ação humana seja ela individual ou coletiva. Em Lefebvre as pessoas fazem o espaço e o espaço faz as pessoas, portanto, toda produção e reprodução é produção espacial. O espaço é produto e condição das dinâmicas espaciais.

O espaço, entretanto, também é marcado pela disputa. A disputa evidencia os usos do espaço, ou seja, põe em foco o território usado. O território usado expressa espacialidades diferentes, uma vez que, a sociedade é dinâmica, está sempre em movimento e as articulações que se dão entre a sociedade, o espaço e a natureza incidem diretamente sobre a configuração territorial.

O território incorpora múltiplas nuances. É produto e produtor de territorialidades distintas que o disputam intensamente e, como afirma Santos, o Território é o lugar em que desembocam todas as ações [...] isto é onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência (1999b. p. 7).

Envolve o vivido, o subjetivo, o espiritual. Traz uma concepção simbólica que é parte integrante das territorialidades manifestas pelos atores. Ultrapassa, portanto, o domínio do controle territorial a partir de bases materiais – do controle dos fluxos de mercadorias, dos circuitos de produção, circulação e consumo, do estabelecimento de fronteiras – transita entre a continuidade e a descontinuidade, abarcando as expressões simbólicas e materiais e está em

constante movimento. É no movimento que se percebem as territorialidades. Para Silveira (2013, p.1), “territorialidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence”.

Prenhe de significados simbólicos em que se destacam a questão das linguagens, dos códigos, dos sinais, as territorialidades não se expressam apenas nas relações travadas com o território material, elas superam a concretude da área e dos usos para se manifestar também de forma abstrata na linguagem, na religião, na tecnologia, nas práticas culturais (RAFFESTIN, 2011).

A territorialidade representa a materialização dos comportamentos que são desenvolvidos no território e é uma forma de comportamento espacial. Sua representação ocorre nos usos da terra e na forma como se produz o espaço. Ocorre nas relações e estas são vulneráveis as mudanças do tempo e do espaço. Territorialidade, então, é algo flexível que se entende e se explica no comportamento. É socialmente construída e profundamente conectada a quem controla, quem determina, quem influencia (SACK, 1986).

Implica em uma estratégia geográfica capaz de garantir o controle de pessoas e de coisas em determinada área. É, portanto, uma expressão geográfica de poder que revela as teias de intenções, desejos, projeções, conflitos que se formam no cotidiano das sociedades. Territorialidade é comunicação entre sociedade, espaço e tempo.

Incorpora diversas dimensões presentes nas relações humanas, entre elas, a dimensão política, a econômica e a cultural e se exhibe de forma múltipla e variada, atendendo a diferentes intencionalidades. São fruto da interação da pessoa com a terra, da forma como se organiza no espaço e da maneira como se relaciona, percebe e dota de significado o lugar.

E como o território resulta de um processo construído historicamente e espacialmente pelos atores sociais, “os objetivos dos processos de territorialização, ou seja, de dominação e apropriação do espaço, variam muito ao longo dos tempos e dos espaços” (HAESBAERT, 2014. p.67), exibindo territorialidades diversas e distintos usos.

Território usado e territorialidade, portanto, são categorias que possibilitam a compreensão de múltiplos fenômenos geográficos. A permanente atualidade dos conceitos justifica a opção pelas lentes investigativas, uma vez que se mostram essenciais para a leitura geográfica que o estudo se propõe a fazer e são fundamentais para o entendimento das dinâmicas territoriais presentes na comunidade de Araquembaua.

De acordo com o que foi apresentado alhures, as famílias de Araquembaua sobreviviam, principalmente, da pesca, do cultivo da terra, da coleta de recursos da floresta e da pequena criação de peixes e animais. A década de 1960, porém, marca o início de um período de transformações nas dinâmicas territoriais locais.

Em 1960 teve início no território do Baixo Tocantins a ação das madeireiras. Favorecidas pela abertura de estradas e atraídas pela densa cobertura vegetal, as empresas efetivaram uma intensa exploração na área provocando desflorestamento e conflitos com as populações.

O caso do Igarapé Preto, comunidade vizinha a Araquembaua, situada no limite entre os municípios de Baião e Oeiras do Pará, ilustra parte da problemática, uma vez que, a presença das madeireiras provocou uma alteração significativa na organização espacial do território e diversos conflitos com a comunidade. Os moradores de Araquembaua temiam que situação semelhante ocorresse por lá.

Entre as décadas de 1970 a 1980, ocorreu a construção da UHE de Tucuruí. O empreendimento promoveu a redução do pescado e evocou uma grande atratividade sobre os trabalhadores locais interessados em melhores condições de trabalho e renda. O modo de vida da comunidade foi atingido diretamente, pois tinha na pesca sua principal atividade de subsistência e comercial, muitos migraram em direção ao município de Tucuruí, sede da empresa responsável pela construção da usina, e a comunidade amargou dias difíceis, com a redução da alimentação e dos trabalhadores.

No mesmo período a Amazônia configura-se como fronteira de *commodities*. Grandes empresas estatais, privadas e internacionais se instalam na região para atender as demandas de um mercado global. Pecuária, grãos, minérios passam a ser explorados por megaenclaves extrativos como a Vale, a Albrás, Alcoa, entre outras. Os pequenos produtores e pescadores de Araquembaua não conseguiam vislumbrar um lugar para ocupar na nova dinâmica econômica regional.

Os custos sociais e ambientais provocados pelas madeireiras, pela UHE e pelos grandes projetos não foram os únicos. O cenário inclui casos de grilagem, não raro, amparados pelo poder público. Em Araquembaua, também, surgiram pessoas portando documentos de origem duvidosa que reclamavam a posse da terra ou que ofereciam dinheiro para comprá-la.

A situação geográfica que se configurava em Araquembaua expressava o crescimento da insegurança territorial<sup>4</sup> em função do avanço dos grandes projetos, da ação das madeireiras, dos impactos provocados pela UHE de Tucuruí e da grilagem de terras. Exibia, também, a existência de uma dialética espacial indicando que as mudanças operadas na

---

<sup>4</sup> De acordo com Rogério Haesbaert (2014), a atual sociedade é marcada por insegurança e riscos, derivados em grande medida, da perda do controle territorial e do debilitamento das fronteiras, fenômeno que assume ao mesmo tempo um caráter político e econômico.

Amazônia provocaram rebatimentos em Araquembaua, pois aonde predominava um modo de vida simples, marcado pela unidade entre terra de trabalho e terra de família e onde a terra era meio de produção e não mercadoria penetrava, aos poucos, uma nova lógica amparada pelas ambições do capital.

Mas, a ameaça e o medo incitaram a organização dos moradores em torno de associações e movimentos sociais de resistência pela defesa do modo de vida e pela garantia do uso e posse da terra. Na década de 1980 os trabalhadores se organizaram em associações como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Baião e a Associação de Pescadores de Baião (Z-34). Contaram com o apoio da Igreja Católica, entidade que fortaleceu a organização comunitária e a mobilização política.

No final da década de 1980 ocorreram algumas mudanças nos marcos legais brasileiros. O fortalecimento do movimento negro no país ajudou a intensificar a luta política pelo reconhecimento legal dos quilombos e resultou na materialização de uma conquista efetiva, a inserção do artigo 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) na Constituição Federal de 1988 que trata do acesso à cidadania e à regularização fundiária por parte das comunidades quilombolas.

As experiências exitosas das comunidades da região do Trombetas e as primeiras titulações de terra que aconteceram a partir de 1995 “alimentavam expectativas de atores dispostos a lutar pela sua permanência em territórios ancestrais” (MARIN, CASTRO, 1999, p.73). Reativar o componente étnico, invisibilizado na trajetória camponesa, surge como um elemento fundante para a luta por terra e território e representa, ao mesmo tempo, uma possibilidade de seguridade territorial.

Demarcar as terras de quilombo representou para as populações ameaçadas a garantia da posse da terra, posse que surge como necessidade imperativa para manter a reprodução do modo de vida. A regularidade da posse da terra estabelece relação direta com a sobrevivência física do grupo e, ao mesmo tempo, rememora a identidade dele (NAHUM, 2011).

No mesmo período a comunidade recebeu a visita de representantes do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), de antropólogos da Universidade Federal do Pará (UFPA), de representantes do Programa Raízes e de membros da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO). Foi convidada a participar de debates que objetivavam discutir as proposições do artigo 68.

Mas havia inquietações entre os moradores relativas ao pertencimento étnico, ao modo como seria gestada a terra no caso da conquista do domínio coletivo, ao entendimento do que representa ser um quilombo contemporâneo. Compreendiam-se, até então, apenas como gente

simples que vive da pesca e da agricultura, que ocupa a terra de forma ancestral e a usa sem ter a posse. A terra é de família, é meio de vida, é identidade.

A racionalidade dos moradores de Araquembaua confirma as afirmativas de Almeida (2012) que indicam que as populações que ocupam os rios e as florestas amazônicas tradicionalmente são férteis em representar um sentimento de pertencimento ao território e, muito embora, a produção do espaço na Amazônia tenha sido historicamente marcada por políticas do Estado que vêm garantindo o primado de territorialidades excludentes, elas resistem.

A pesquisa histórica, porém, fortaleceu o processo de auto-identificação das comunidades de Baião. Em 1997, o governo do Estado criou um Grupo de Trabalho composto por representantes de instâncias governamentais relacionadas à questão da terra e por entidades que representavam o movimento negro e os remanescentes de quilombos do Pará. Um dos resultados do trabalho foi a realização de uma pesquisa que mapeou as comunidades negras rurais do Estado (MARIN, CASTRO, 1999) e indicou a alta incidência de territórios quilombolas no município desde o período colonial.

Araquembaua, então, aderiu ao crescente movimento das comunidades rurais em prol da titulação das terras. A articulação com territórios do entorno entre os anos finais da década de 1990 e início de 2000 fortaleceu a mobilização comunitária e em 2000 um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao Instituto de Terras do Pará (ITERPA) totalizando 26 pedidos. As localidades requerentes estão situadas, em sua maioria, no município de Baião.

A titulação quilombola foi efetivada em 2002 a partir da luta de uma significativa parcela da comunidade. Algumas famílias, porém, foram contrárias a proposta de domínio coletivo da terra e se recusaram a participar efetivamente da associação quilombola que ficaria a frente das demandas do território a partir dali, a Associação de Remanescentes de Quilombos de Igarapé Preto a Baixinha (ARQIB).

Uma associação quilombola constitui-se como uma importante interlocutora entre as comunidades locais e o poder público e assume diversas responsabilidades, entre elas, promover e apoiar iniciativas visando à melhoria da qualidade de vida das comunidades, defender a conservação do meio ambiente, propor estratégias de desenvolvimento sustentado, incentivar as manifestações culturais dos povos quilombolas e combater todas as formas de preconceito, discriminação e racismo.

Em geral as associações quilombolas surgiram como resposta ao crescimento das ameaças contra os territórios quilombolas na Amazônia. A existência de uma associação

representa um importante mecanismo para fazer valer o direito à propriedade da terra e dos territórios prevista na Constituição Federal de 1988 e contribui com a instituição de legislação e programas destinados ao atendimento do público quilombola.

A ARQIB representa 12 comunidades: Igarapé Preto, Carará, Campelo, Cupu, França, Pampelônia, Itaperuçu, Teófilo, Varginha, Araquembaua, Igarapezinho e Baixinha (ver fluxograma 1). Todas têm em comum o cenário de insegurança territorial, mas há especificidades na trajetória de cada uma que demandam problematizações e reflexões particulares.

**Fluxograma 1.** Comunidades que fazem parte da ARQIB



Fonte: LOPES, 2016. Pesquisa de Campo.

No território do Igarapé Preto, por exemplo, o movimento de memorização da identidade étnica negra é anterior ao das outras comunidades da associação. Em 1998 a população local já elegia lideranças com a finalidade de participarem do I Encontro de Comunidades Negras do Pará sediado em Belém. Em Araquembaua, pelo contrário, a identidade étnica negra não havia sido acionada ou estava invisibilizada, muito embora,

alguns moradores negros da comunidade se reconhecessem como herdeiros da ancestralidade quilombola.

A titulação do território quilombola, porém, evoca o reconhecimento da identidade étnica negra e da ancestralidade quilombola. De acordo com Cardoso (2008), desvendar os elementos étnicos e territoriais há tanto tempo invisibilizados no contorno histórico da maioria das comunidades rurais amazônicas representa um grande desafio, pois, muito embora existam interseções entre os diversos modos de vida, também há especificidades que diferenciam os povos quilombolas pela condição étnica e historicamente particular configurando outro campo de lutas.

A redefinição da posse da terra através da demarcação dos territórios quilombolas se dá em um campo que extrapola o domínio social, cultural e étnico, ocorre no campo político revelando o poder de organização das comunidades rurais que se auto-identificam como negras e amparadas pela possibilidade de reivindicação da ancestralidade comum e compartilhada, passaram a lutar sistematicamente para garantir essa conquista, muito embora, venham enfrentando retaliações que se expressam nas políticas oficiais de reorganização do território na Amazônia.

O território é o elemento que consolida a identidade étnica afro-brasileira e que perpetua a memória política e cultural dos quilombolas. No caso particular das áreas de quilombo, o território materializa a relação entre os sujeitos e a terra; define os modos de vida, estabelece as relações sociais e é, em si mesmo, um estruturante social (MALCHER, 2009).

A terra é o parâmetro real da sobrevivência do grupo e o território é sua expressão geográfica. O território étnico é, também, uma expressão viva de resistência à lógica capitalista de estabelecimento de relações de poder e conflito presentes no traçado cotidiano do modo de vida urbano e contemporâneo.

Compreender a dinâmica dos quilombos caminha *par e passu* com a possibilidade de interpretação do que é ser quilombola na atualidade e do que significa na Amazônia a existência de um quilombo contemporâneo. A opção por uma lente interpretativa de cunho geográfico baseia-se na crença de que ela representa uma possibilidade de compreensão do atual cenário de Araquembaua, uma vez que a demarcação do território quilombola se expressa de modos diferentes no território.

Este estudo procura revisitar, através do exemplo de Araquembaua, configurações territoriais invisibilizadas tradicionalmente no tecido histórico amazônico e que, para além das expectativas, ressurgem no cenário local de forma avassaladora a partir de mudanças nos

marcos legais brasileiros, expressando reordenamentos territoriais e ressemantizando identidades apagadas.

No presente trabalho a titulação dos territórios quilombolas é tratada como uma conquista que materializa o enfrentamento da dinâmica socioeconômica e de políticas de estado que condenam à extinção gêneros de vida quilombola, ribeirinho, camponês, indígenas, dentre outros que usam a terra como bem comum (NAHUM, 2011).

No sentido de investigar mais detalhadamente essa problemática é que apresento a seguinte situação geográfica: considerando que a titulação do território quilombola é um fato relativamente recente na dinâmica da comunidade interessa compreender que mudanças e permanências se expressam no território de Araquembaua após o processo de titulação da terra quilombola no ano 2002?

O questionamento mais geral suscita ainda outras possibilidades de investigação expostas aqui através de três indagações:

- Que territorialidades foram desenvolvidas pelos sujeitos no território de Araquembaua ao longo do tempo?
- Que fatores explicam a titulação do território quilombola em Araquembaua?
- Como vem se dando as territorialidades no território de Araquembaua após a titulação do território?

A hipótese aqui sustentada é que os usos do território em Araquembaua não são homogêneos e sinalizam relações de conflito, resistência e antagonismo em relação à assunção da identidade étnica quilombola demonstrando, ainda, que a opção do grupo materializou principalmente uma estratégia territorial para garantir a seguridade do uso da terra.

O objetivo geral do trabalho é o de analisar as mudanças e permanências que vem se configurando dentro do território quilombola de Araquembaua, a partir do processo de titulação que ocorreu no ano 2002, tendo como foco três elementos centrais: terra, trabalho e família. Busca-se mais especificamente:

- Compreender as territorialidades desenvolvidas pelos sujeitos na comunidade antes da titulação;

- Identificar os fatores territoriais, técnicos e políticos que explicam a titulação do território quilombola em Araquembaua;
- Analisar as territorialidades que se expressam no território após a titulação.

O trabalho abraça uma perspectiva metodológica que se propõe a analisar a situação geográfica em questão a partir do pressuposto de que a realidade experimentada pela comunidade contém dialeticamente os elementos que ajudam a compreender como ela se constituiu e o que se pensa dela para o futuro. A análise prima pela compreensão do agora e das transformações incorporadas nas práticas sociais e espaciais da comunidade ao longo do tempo<sup>5</sup>.

Sendo assim, o presente é o único real, o que implica em considerar que a percepção de um objeto, qualquer que seja ele, tem como referência a totalidade. As realidades estão imbricadas, interligadas e se explicam no movimento dialético que transforma e incorpora as mais variadas dimensões do todo. O ponto de partida é a totalidade, mas a totalidade pensada a partir do movimento (KONDER, 2008) e das condições materiais de existência.

Procurou-se construir uma análise do território quilombola de Araquembaua considerando suas múltiplas e diferenciadas formas de dominação e apropriação do território manifestas nas estratégias territoriais desenvolvidas pelos sujeitos na comunidade ao longo do tempo.

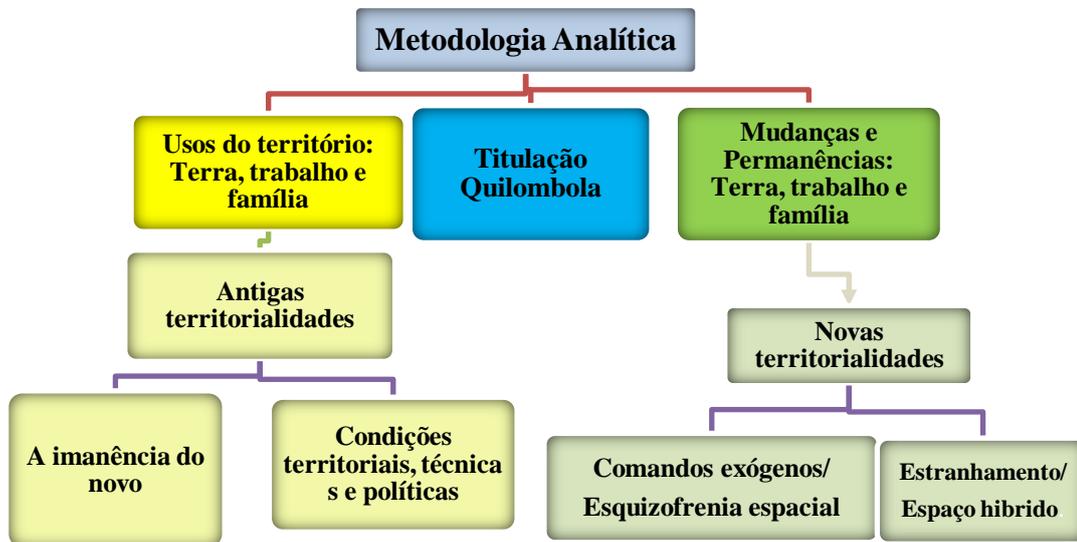
A situação geográfica inicial envolve as dinâmicas e as configurações socioterritoriais expressas na comunidade antes da titulação quilombola. O diálogo com Santos (2014) permite afirmar que uma situação geográfica “sempre constitui o resultado de diversos elementos, que se dá em diferentes níveis. Os elementos são variáveis, pois mudam de significação através do tempo” (p.102).

Utilizou-se como referência de análise a titulação do território quilombola de Araquembaua. A titulação é considerada como uma conquista territorial (TRECCANI, 2006; NAHUM, 2011 a; DINIZ; TUBALDINI, 2015) que se efetiva a partir de elementos que sinalizam dentro e fora do território a imanência desta perspectiva. Procurou-se, ainda, compreender as dinâmicas territoriais que despontam no território após a titulação, observando mudanças e permanências em três elementos centrais: terra, trabalho e família, O fluxograma 2 sintetiza o modelo de metodologia analítica proposto.

---

<sup>5</sup> Essa proposta metodológica é inspirada nas orientações cedidas pelo professor João Santos Nahum enquanto ministrava as disciplinas Teoria e Métodos em Geografia e Dinâmicas da Condição Socioespacial Camponesa na Amazônia no curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Pará, turma 2015.

## Fluxograma 2. Modelo de Metodologia Analítica



Fonte: NAHUM, 2015. Organizado pela autora a partir das orientações dadas por Nahum Santos.

O levantamento, tratamento e produção de dados do estudo resultam da adoção de uma série de procedimentos operacionais que se inserem na lógica da pesquisa qualitativa<sup>6</sup> e da opção pela modalidade de estudo de caso. A lente interpretativa adotada considera que o estudo de caso é “representativo de um conjunto de casos análogos” (SEVERINO, 2007. p.121), o que permite realizar conexões, através dos resultados do trabalho de campo, com outras situações geográficas semelhantes manifestas na Amazônia.

O trabalho de campo, porém, comporta também suas contradições e limites. Uma vez que “é um meio e não um fim em si mesmo” (KAISER, 2006, p. 97), é necessário considerar que nem sempre os dados coletados representam exatamente a realidade objetiva e que, da mesma forma, não se pode prescindir de uma análise que considere as conexões espaciais e temporais dos atores investigados.

Os dados secundários resultaram de levantamentos bibliográficos e documentais. A revisão bibliográfica acerca das dinâmicas territoriais brasileiras e amazônicas impulsionadas por processos de titulação de territórios quilombolas foi fundamental para a construção de

<sup>6</sup> A Pesquisa Qualitativa não é uma modalidade de metodologia de pesquisa particular, ao contrário, refere-se a adoção de um conjunto de metodologias pautadas em abordagens epistemológicas que priorizam a análise de aspectos da realidade que não buscam prioritariamente ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (SEVERINO, 2007. 118-119).

uma base de dados que contribuísse na compreensão das dinâmicas territoriais que se desenham no território quilombola de Araquembaua. Buscou-se visualizar o estado da arte do campo de pesquisa procurando teses e dissertações na base de dados da Capes para, dessa forma, aprofundá-lo.

A consulta em sites serviu, também, para adensar os dados sobre o tema. Entre eles, destacam-se os sites do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) para acompanhamento das informações relativas ao processo de titulação coletiva que se efetivou no município de Baião em 2002; da Fundação Palmares para o entendimento dos mecanismos evocados em todas as etapas de reconhecimento, demarcação e titulação de territórios quilombolas; do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a consulta realizada objetivou encontrar dados sobre o comportamento demográfico, economia e estudos sobre o município; o site oficial da Prefeitura Municipal de Baião, para a compreensão das dinâmicas de gestão e ordenamento territorial do município, entre outros.

Os dados primários foram coletados em trabalhos de campo que visaram caracterizar a comunidade ressaltando o uso da terra, considerando as expressões territoriais que se configuraram no território a partir da titulação quilombola, e, ainda, buscando contemplar as inquietações e anseios do grupo. A pesquisa de campo se deu em três momentos.

O primeiro, realizado em outubro de 2015 teve como objetivo a apresentação da proposta da pesquisa à comunidade e às lideranças comunitárias, buscou ainda a observação do cotidiano do território, o registro fotográfico dos objetos e o levantamento de informações relativas a origem e formação da comunidade e acerca da organização social e do desenvolvimento do trabalho ao longo do tempo.

Para tanto, no dia 21 de outubro estabeleci contato com uma moradora de Araquembaua que me conduziu primeiramente até as lideranças comunitárias. Expus no encontro as intenções de minha pesquisa e, ao mesmo tempo, entrevistei utilizando perguntas abertas e semi-estruturadas, a representante local da ARQIB e o presidente da associação de pescadores.

Em seguida articulei um encontro para o dia seguinte, 22 de outubro, com um número mais expressivo de moradores para, de maneira semelhante, expor os objetivos da pesquisa e solicitar o consentimento do grupo. A inserção na comunidade foi consideravelmente simples, pois, como afirmei anteriormente, tenho fortes vínculos familiares e afetivos com o lugar. Meu primeiro desafio para a realização da pesquisa foi o de separar a moradora da pesquisadora e de fazer com que as pessoas, a maioria parentes, também me vissem da mesma forma.

Entre os dias 23 a 25 de outubro realizei entrevistas (semi-estruturadas) com os moradores mais velhos da comunidade, aqueles que são apontados como portadores dos saberes e dos fazeres tradicionais do grupo<sup>7</sup>. As entrevistas permitiram comparar as memórias, perceber as lacunas, ouvir as queixas e, ao mesmo tempo, consolidar o contato com os moradores na condição de pesquisadora.

Nos dias seguintes fiz alguns registros fotográficos procurando captar as nuances dos traçados territoriais, das práticas laborais, dos modelos arquitetônicos das casas e dos demais objetos que estão presentes no território. As fotografias como afirmam Marin e Castro (2004), “ajudam o pesquisador na interação e lhes fornecem um elemento a interpretação das situações dadas” (p. 25). O trabalho de campo estendeu-se até o dia 28 de outubro.

O segundo momento, em julho de 2016, também foi destinado à realização de entrevistas com os líderes das igrejas e das escolas, professores e estudantes. As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de julho. Este percurso proporcionou ainda a observação de outra dinâmica territorial, marcada pela presença de inúmeros visitantes na comunidade, pelo retorno de parentes com o objetivo de aproveitar o tempo das férias escolares e pela realização dos jogos estudantis.

O último trabalho de campo realizado no território quilombola em setembro de 2016 destinou-se ao alargamento do processo de coleta de informações dessa vez associado à aplicação de 50 formulários direcionados aos grupos familiares. Os formulários visavam à obtenção de dados relativos às dinâmicas familiares (quantidade de pessoas, escolaridade, procedência, religião, ancestralidade, condições de habitação), às dinâmicas sociais (participação em associações, igrejas, clubes), ao processo de titulação (como ocorreu, aceitação do grupo) e às dinâmicas territoriais recentes (trabalho, novos objetos, condições de moradia, religiosidade, comportamento demográfico).

A aplicação dos formulários objetivou ampliar o universo da pesquisa. Nesta fase contei com a colaboração de dois estudantes universitários que me acompanharam e com o apoio de uma moradora. Os formulários foram entregues aos responsáveis pelas famílias e respondidos na presença dos pesquisadores. Foi possível ainda o acesso a dados cadastrais do posto de saúde que atende a comunidade.

A sede do município também foi contemplada no último trabalho de campo objetivando reunir informações para tentar dimensionar, a partir do discurso oficial, a dinâmica dos usos da terra em Araquembaua. Entrevistou-se o chefe do escritório local da

---

<sup>7</sup> Conforme nos indica Gramsci (1979) existem intelectuais que não passaram necessariamente pelo banco da escola, mas são reconhecidos pelo seu grupo como tal, são os intelectuais orgânicos.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER/PA). O resultado das informações obtidas nas entrevistas e formulários foi transcrito para o corpo do trabalho.

A dissertação é composta por cinco partes. A introdução, que procura situar o objeto e lócus de estudo, apresentar a problemática, hipóteses, objetivos e metodologia adotada, três capítulos de discussão sobre o campo de investigação e as considerações finais.

O primeiro capítulo “*O território de Araquembaua antes da titulação: uma comunidade camponesa*”, procura apresentar o *lócus* de estudo a partir das dinâmicas municipais, busca ainda pontuar aspectos como a origem e formação da comunidade e identificar os componentes da configuração espacial antes da titulação quilombola. Também objetiva, identificar a presença de características camponesas no território de Araquembaua, como às lógicas de resistência e reprodução do grupo, as estratégias de desenvolvimento do trabalho que inclui a relação entre terra, trabalho e família, a gestão dos recursos produtivos, os laços sociais e formas de ajuda mútua.

No segundo capítulo “*A titulação do território quilombola*”, o desafio é problematizar o processo de titulação quilombola na atualidade a partir da análise do panorama nacional, regional e local e, ainda, pensar os rebatimentos desse fenômeno no território, ou seja, objetiva-se aqui analisar os condicionantes políticos, sociais e territoriais que possibilitaram e impulsionaram a titulação do território quilombola de Araquembaua.

O terceiro capítulo “*O território quilombola de Araquembaua: mudanças e permanências*” se destina a analisar o território quilombola de Araquembaua na atualidade, destacando mudanças e permanências que se configuram no território após o processo de titulação o que inclui a análise da vida cotidiana, do acesso a serviços públicos, ao sistema de transportes, energia, educação, informação, comunicação, a relação dos objetos geográficos e o desenvolvimento do trabalho, elementos fundamentais para a compreensão das dinâmicas territoriais que se materializam no território após a titulação quilombola.

## **CAPÍTULO I – O TERRITÓRIO DE ARAQUEMBAUA ANTES DA TITULAÇÃO: UMA COMUNIDADE CAMPONESA**

O capítulo procura situar o lócus de estudo a partir das dinâmicas municipais, busca ainda pontuar aspectos como a origem e formação da comunidade e identificar os componentes da configuração espacial antes da titulação quilombola. Também objetiva, identificar a presença de características camponesas no território de Araquembaua, como às lógicas de resistência e reprodução do grupo, as estratégias de desenvolvimento do trabalho que inclui a relação entre terra, trabalho e família, a gestão dos recursos produtivos, os laços sociais e formas de ajuda mútua.

### **1.1. O município de Baião (PA), uma fração do território amazônico.**

O município de Baião é um dos mais antigos do Território do Baixo Tocantins. É formado pelos distritos de Baião (sede municipal), de Vila Joana Peres, de São Joaquim de Itaquara e de Umarizal. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 02° 47' 18" Sul e 49° 40' 15" Oeste de Greenwich. Além da sede, existem 101 comunidades rurais em Baião.

Faz limite ao norte com o município de Mocajuba, a leste com o de Moju, ao sul com os municípios de Tucuruí e Breu Branco, a oeste com os municípios de Oeiras do Pará, Portel e Pacajá. Segundo as estimativas do IBGE (2014), a população total é de aproximadamente 36.882 habitantes, sendo que 18.555 (50,3%) estão na zona urbana e 18.327 (49,69%), na zona rural.

Preserva uma trajetória de baixo desenvolvimento econômico e de grandes problemas sociais relacionados a pobreza da população, a ausência de políticas públicas que correspondam às demandas das comunidades, a maioria localizadas na área rural, a baixa escolaridade de seus moradores, inclusive na sede e, entre outros, o crescimento da violência.

Em 2014 havia 71 unidades de empresas atuantes no município, o total de trabalhadores assalariados era 2.040 pessoas sendo que o salário médio mensal dos trabalhadores era de 1,8 salários mínimos (IBGE, 2014). A sede reunia no período um número de habitantes superior ao da área rural, mas não conseguia absorver a mão de obra disponível na mesma proporção. O maior quantitativo de trabalhadores se concentrava na área rural.

Homens e mulheres viviam a condição de produtores proprietários ocupando o total de 80.981 ha (IBGE, 2016).

A produção agrícola do município reúne atividades com as culturas permanentes e com as culturas temporárias. Entre as culturas permanentes está a pimenta do reino, produto que alcançou grande importância na economia interna, mas que, no final da década de 1980, declinou em função do aparecimento de uma doença chamada fusariose. Os impactos da doença foram bastante negativos para os produtores (TREMACOLDI, 2010).

A decadência do produto incidiu na perda significativa de incentivos financeiros dados pelo Fundo Constitucional do Norte (FNO) e pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que provocou um clima de insegurança entre os trabalhadores em relação à investida em projetos agrícolas (RIBEIRO; NAHUM, 2014).

No final da década de 1990 o plantio da pimenta do reino voltou a ter força no município. A doença foi amenizada com a utilização de boas práticas e orientações técnicas prestadas pela EMATER-PA e capacitações realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) da Amazônia Oriental que implantaram em Baião duas Unidades de Aprendizagem Tecnológica da Pimenta do Reino (EMATER-PA/ESLOC-BAIÃO, 2016).

De acordo com os dados cedidos pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do Estado do Pará (IBGE, 2016), 79 municípios cultivam pimenta do reino no Estado. Baião é o terceiro maior produtor estadual de pimenta do reino apresentando um total de área plantada que corresponde a 1.380 ha, só ficando atrás de Tomé-açu, primeiro produtor paraense com 3.300 ha e de Igarapé-açu com 1.450 há de área plantada.

As comunidades rurais contam com atividade de ATER (PROATER – Programa de Assistência Técnica), através da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PA/ESLOC-BAIÃO), algumas recebem financiamento, custeio e investimento pecuário através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mas os agricultores que ficaram endividados com a crise da pimenta em 1980 estão realizando o plantio com recursos próprios. O alto valor da pimenta do reino no mercado que chega a gerar anualmente R\$47.840,00, serve de atrativo aos produtores.

O cacau, o coco-da-baía e o café também se destacam entre as culturas permanentes. O cacau é o segundo produto de maior expressão no município sendo vendido a R\$9,00/kg, a proporção anual de venda rende por volta de R\$645.000,00; o coco-da-baía apresenta um quantitativo de 780 mil frutos colhidos gerando R\$468.000,00 e a venda do café com 240 hectares de área colhida, corresponde anualmente a R\$300.000,00.

As culturas temporárias com maior relevância no âmbito municipal são a mandioca, o milho e o arroz. A principal cultura temporária é a mandioca destinada à produção da farinha. A produtividade média corresponde a 120 sacos por ha e a produção-ano é estimada em 2.496 toneladas. O valor de comercialização do produto equivale, em média, a R\$200,00 o saco de farinha pago ao produtor com renda anual equivalente a R\$761.000,00 (IBGE, 2015; EMATER/ESLOC/BAIÃO, 2016).

A produção do milho e do arroz também é relevante, chegando a alcançar, respectivamente, o valor anual de produção de R\$115.000,00 e R\$20.000,00. A Tabela 1 sintetiza as informações referentes a produção agrícola do município de Baião (PA), com ênfase para os principais produtos.

**Tabela 1.** Produção Agrícola do Município de Baião (PA): principais produtos

Principais Produtos (cultura permanente)	Área colhida	Área destinada à colheita	Quantidade produzida	Rendimento Médio	Valor anual da produção
<b>Cacau</b>	260 ha	260 há	104 t	400 kg/ha	R\$645.000,00
<b>Coco-da-baia</b>	130 ha	130 há	780 mil frutos	6 mil frutos/ha	R\$468.000,00
<b>Café</b>	240 ha	240 há	120 t	500 kg/ha	R\$300.000,00
<b>Pimenta do Reino</b>	1.380 ha	1.560 ha	2.080 t	1.600 kg/ha	R\$47.840,00
Principais Produtos (cultura temporária)	Área colhida	Área destinada à colheita	Quantidade produzida	Rendimento Médio	Valor anual da produção
<b>Mandioca</b>	320 ha	320 há	2.496 t	7.800 kg/ha	R\$761.000,00
<b>Milho</b>	180 ha	180 há	144 t	800 kg/ha	R\$115.000,00
<b>Arroz</b>	80 ha	80 há	40 t	500 kg/ha	R\$20.000,00

Fonte: IBGE (2015); Emater-PA/Esloc-Baião (2016). Organizado pela autora.

Os dados da tabela 1 expressam que a produção agrícola de Baião vem se diversificando e que é responsável por uma parcela considerável da renda municipal. Outra informação importante é que a mandioca, cultura tradicional local, permanece sendo o principal produto agrícola, a justificativa, de acordo com as informações da EMATER-PA/Esloc-Baião, é que, muito embora, algumas comunidades se destaquem na produção da farinha como em Maçaranduba, Arumanzal, Açaizal Centro, Angu Pegado, Taboca e Novo Tesouro, todas as comunidades rurais do município desenvolvem a atividade tanto para o autoconsumo como para a comercialização.

A permanência das práticas agrícolas tradicionais indica que predomina entre os produtores uma realidade marcada por recursos escassos e pouco acesso a tecnologias diferenciadas. Por outro lado, demonstra um grau considerável de conservação e resistência no que tange à preservação dos saberes e práticas das populações rurais.

Entre os produtos do extrativismo vegetal aparecem como as de maior expressão comercial a castanha do Pará, o bacuri, a bacaba, o taperebá e a andiroba. A extração de madeira também surge como uma das mais importantes. Parte da madeira é destinada a produção de carvão vegetal, o restante fica dividido entre lenha e madeira em toras. Os dados coletados entre os anos de 2005 a 2015 sinalizam algumas variações em relação à produção e a renda obtida.

O valor anual da produção do carvão vegetal em 2005 era de R\$49.000,00 por 70 toneladas (t). Cinco anos depois, em 2010, o preço pago por uma produção de 76 t de carvão era de R\$76.000,00. Em 2015, o resultado da produção anual foi de R\$274.000,00, pagos por uma quantidade menor de carvão vegetal, 68 toneladas.

O preço da lenha, ao contrário, teve um comportamento negativo em 2015, R\$14.473,00, quando comparado ao de 2010, R\$157.087,00, mesmo considerando a redução discreta da quantidade produzida. A madeira em tora, em 2010 teve uma alta considerável tanto na quantidade produzida quanto no rendimento obtido, conforme exhibe a Tabela 2.

**Tabela 2.** Extração Vegetal da Madeira no município de Baião (PA): 2005 a 2015

<b>Carvão vegetal</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade produzida</b>	<b>Valor anual da produção</b>
	2005	70 t	R\$49.000,00
	2010	76 t	R\$76.000,00
	2015	68 t	R\$274.000,00
<b>Lenha</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade produzida</b>	<b>Valor anual da produção</b>
	2005	130.907 m <sup>3</sup>	R\$1.702,00
	2010	248.305 m <sup>3</sup>	R\$157.087,00
	2015	246.635 m <sup>3</sup>	R\$14.473,00
<b>Madeira em tora</b>	<b>Ano</b>	<b>Quantidade produzida</b>	<b>Valor anual da produção</b>
	2005	762.371 m <sup>3</sup>	R\$82.336,00
	2010	628.347m <sup>3</sup>	R\$157.087,00
	2015	87.000 m <sup>3</sup>	R\$61.569,00

Fonte: IBGE (2015). Organizado pela autora.

Os dados da Tabela 2 expressam que o carvão vegetal conseguiu o maior valor anual da produção em 2015. A produção de carvão vegetal é destinada, principalmente, ao abastecimento das indústrias siderúrgicas que se estabeleceram na Amazônia e atende também ao mercado doméstico, mas os impactos da atividade são profundos, uma vez que, provoca desmatamento, ocasiona problemas como a dispersão de gases, reduz a biodiversidade, gera problemas sociais e de saúde na população local (RAMOS et al, 2015).

A produção da madeira em tora diminuiu em 2015, mas a observação dos dados em 2005 e 2010 indica que a redução tem relação direta com a diminuição das áreas de exploração em função do desflorestamento. Uma das conseqüências mais negativas do desmatamento da floresta em Baião vem sendo o desaparecimento gradativo das espécies que servem como tutor para a pimenta do reino, o acapu e a jarana, madeiras praticamente extintas no município em função do avanço da pimenta na nova fase (EMATER-PA/ESLOC-BAIÃO, 2016).

A opção pelo recorte temporal (2005 a 2015) teve um objetivo. Procurou-se avaliar o comportamento da atividade de extração da madeira no município por considerá-la muito importante para a compreensão das dinâmicas socioeconômicas. É um período marcado por pressões dadas pela Política Nacional do Meio Ambiente que em 2012 altera, através da Lei 12.651/2012, a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981 e, dá novas diretrizes para a proteção da vegetação nativa do território nacional. Como a extração de madeira é uma atividade que representa uma das maiores fontes de geração de emprego e renda em Baião os dados referentes ao período sinalizam a relação estabelecida entre produtores e madeireiras.

Além das atividades agrícolas e extrativistas a piscicultura configura uma importante fonte de renda para a população local. Em 2015 a criação de tambaqui resultou em uma produção anual de 10.530 kg o que foi equivalente a R\$126.000,00, mas a pesca artesanal ainda é uma importante fonte de renda para os moradores. O efetivo do rebanho bovino no mesmo período era de 68.870 cabeças, o rebanho de galináceos de 10.434 cabeças; a produção de ovos de galinha é equivalente a 32 mil dúzias e rende anualmente 144 mil reais (IBGE, 2015).

Em 2010, a EMBRAPA, a partir do resultado do zoneamento agroecológico do dendezeiro, informou que o município de Baião se enquadrava na condição regular para o plantio de dendê apresentando uma área de 1.239,60 Km<sup>2</sup> (33% da área total do município) apta para o desenvolvimento da cultura. Esse zoneamento definia um reordenamento territorial significativo no município, uma vez que, parte de seu território, habitado por

populações que ocupam tradicionalmente a terra, seria destinado à nova atividade (RIBEIRO; NAHUM, 2014).

As dinâmicas territoriais e sociais do lugar seriam, provavelmente, profundamente alteradas pela efetivação do projeto destinado a dendeicultura, uma vez que:

Na Amazônia paraense do início do século XXI a expansão da dendeicultura promove abordagens (Furlan Júnior et al, 2006; Castro, Lima, Silva, 2010; SUFRAMA/FGV, 2003; Silva, 2006; Smedo, 2010; EMBRAPA, 2006) que destacam as potencialidades econômicas da palma (*Elaeis guineensis Jacq*), diante de condições edafoclimáticas com diversos graus de aptidão, priorizam a produtividade e a rentabilidade sem considerar o impacto disso sobre os modos de vida dos lugares onde a monocultura se estabelece, tampouco sem analisar a subordinação do agricultor familiar a essa cadeia produtiva. Típica da economia regional tradicional, tal perspectiva concebe o espaço como área carente de investidores e investimentos, tão presente nos planos de desenvolvimento da Amazônia e reeditada no Zoneamento Agroecológico do Dendê (EMBRAPA, 2010), que reafirma a noção de área apta como espaço vazio (NAHUM; SANTOS, 2015. p.309).

O cultivo do Dendê em Baião, porém, não deu certo. A falta de um diagnóstico rural completo das propriedades, da demanda de produtores habilitados para ter acesso ao crédito rural, do limite de área para uso legal do solo, tudo somado fez com que o projeto do dendê não fosse bem sucedido, até o momento (EMATER-PA/ESLOC-BAIÃO, 2016).

Ainda assim, a dinâmica econômica municipal revela que o território destinado a moradia (e a sobrevivência!) das populações rurais está sendo, aos poucos ocupados por projetos que trazem como perspectiva o discurso do desenvolvimento local e tratam o território a partir de uma perspectiva areal, como afirma Milton Santos (1999) “a ação presente, os interesses sobre parte do território, a cobiça, e mesmo as representações atribuídas a essa parte do território tem um relação com o valor que é dado ao que está ali” (p. 18).

Os dados exibiram um quantitativo de renda anual que poderia fazer com que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que corresponde a 0, 578 (IBGE, 2010) fosse muito mais expressivo e figurasse entre os melhores do Estado. Por outro lado, o resultado referente ao desenvolvimento das atividades agrícolas, extrativistas e de criação de animais dá pistas de uma dinâmica comum aos povos rurais amazônicos.

As práticas do extrativismo tradicional não desapareceram, muito embora, a exploração madeireira represente uma grave ameaça a sua continuidade. A mandioca figura como principal produto agrícola no sistema produtivo de Baião, mesmo dispendo de estruturas tecnológicas defasadas e implicando em trabalho exaustivo. A pesca artesanal e a

expressividade do rebanho de galinhas, espécie muito presente no cotidiano rural, sinalizam a existência de um modo de vida particular.

## 1.2. Origem e formação da comunidade de Araquembaua

Araquembaua é uma das 101 comunidades rurais de Baião. A trajetória assemelhada historicamente e economicamente às demais localidades tem, no entanto, suas especificidades. Não existe uma documentação oficial que indique o período exato em que a Araquembaua surgiu e/ou de que maneira ela se formou, apenas as narrativas dos moradores mais antigos e das lideranças locais sinalizam esforços para a reconstituição da memória, pois com o crescimento do povoado houve a necessidade de escolher um nome que estivesse relacionado com as origens da comunidade.

Entre os mais velhos ouve-se falar que no território havia uma tribo indígena muito pequena que tinha como cacique um homem chamado *Araquem*, companheiro de uma mulher conhecida como *Baua*, os dois habitavam e lideravam o lugar. O mito de origem colaborou para que os moradores tomassem a decisão de juntar os nomes dos antigos líderes indígenas como homenagem aos dois, o resultado foi *Araquembaua*.

Sobre o assunto os moradores informaram:

Eu lembro que os meus avós sempre falavam nessa história dos índios por aqui, diziam que em Araquembaua já foi terra de índio, que eles eram guerreiros e não gostavam de gente estranha. Quando alguém tentava construir um barraco nestas bandas eles ficavam sabendo e vinham gritando, anunciando uma guerra. Muita gente desistiu, mas teve gente que não tinha pra onde ir e foi ficando. Até que um dia os índios também deixaram de aparecer. Aí a maioria das pessoas da comunidade acredita ainda hoje nessa história dos índios, mas não tem nenhuma prova, documento ou coisa assim, é só história. (Entrevistado 1. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

Foi a união e a luta das pessoas que fez surgir o povoamento de Araquembaua. Eu não sei o tempo certo, mas sempre ouvi falar que foram as pessoas que queriam ficar aqui que lutaram pra comunidade sobreviver (Entrevistado 2. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

Os mais antigos que eu diziam que Araquembaua surgiu em 1801. Lembro muito da finada Maria Teixeira Tocantins que sempre falava que nossa comunidade surgiu no ano de 1801, mas não sabia informar o dia certo, nem o mês (Entrevistado 3. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

A comunidade surgiu com os índios que moravam aqui. Algumas famílias vieram pra cá e foram ficando, no começo teve briga, mas depois os índios foram embora e aí alguns ficaram pra morar (Entrevistado 4. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

O depoimento dos moradores sinaliza a permanência no imaginário coletivo contemporâneo do mito de origem. A memória de Araquembaua como morada de indígenas, possivelmente, não está equivocada, muito embora não tenha comprovação oficial. De acordo com Marin e Castro (1999, p.91), “Baião provavelmente vem de um antigo aldeamento, tornando-se um Lugar de Índio que, como os demais no vale do Tocantins, sofre um decréscimo de população até o início do Diretório dos Índios em 1758”.

Os primeiros moradores de Araquembaua vinham de localidades próximas ou de municípios vizinhos como Cameté e Mocajuba. A ausência de impedimentos legais representou um atrativo para a ocupação, mas o lugar muito alto e de acesso restrito não permitiu um povoamento muito denso. A comunidade cresceu através da união entre parentes e a inserção de estranhos se deu, principalmente, a partir dos casamentos.

Marcada pelo isolamento geográfico, o território de Araquembaua faz frente com a margem esquerda do Rio Tocantins e limita-se com as comunidades de Itaperuçu, Baixinha e Cupu. O território alto e de difícil acesso exigiu da comunidade a confecção de alguns objetos como o trapiche em frente a Igreja da Trindade, hoje chamada de Porto da Trindade (Figura 1). Ele foi construído na década de 1980 e substituiu a longa escada de chão batido que improvisava a função de porto.

**Figura 1.** Porto da Trindade. Araquembaua, Baião - PA.



Fonte: LOPES (2015). Diário de Campo.

Outra versão acerca da origem da comunidade afirma que ela começou a ser anunciada em 1801 com os festejos da Santíssima Trindade dos Inocentes, padroeira local (REIS, 2013). A data é anterior a constituição oficial de Baião como município que só ocorreu em 1935, o que sinaliza a longa trajetória da Igreja Católica no território. De acordo com o entrevistado 5:

Bom, tem muita gente que acredita na história dos índios que formaram Araquembaua, mas agente que participa da igreja católica daqui e é atuante sabe que a única documentação que existe e que já fala da existência da comunidade é da igreja, na verdade, a única coisa que tem registrada da origem de Araquembaua é da Igreja sobre as datas de chamada da pra festa da Santíssima Trindade (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

Os relatos confirmam a intensa atuação da igreja católica no processo de formação de Araquembaua e sinalizam a importância das tradições religiosas na época. Com forte representatividade no lugar a igreja tem na tradição da festa da Santíssima Trindade dos Inocentes, uma de suas maiores expressões, momento que servia para reunir os moradores locais, os povoados vizinhos, os parentes distantes que retornavam no período.

Além da festa tradicional da Santíssima Trindade em novembro, a comunidade festejava em maio a Santa Maria (mês mariano), a festa de Nossa Senhora das Dores em setembro e de São Raimundo Nonato em agosto. Havia, também, a formação dos Cordões, conhecidos como Boi-Bumbá, o samba de cacete, o bloco de carnaval de rua – Bloco do Pretinho, a quadrilha junina e a companhia (mutirão para limpar a roça) que era um evento muito importante na reprodução territorial do grupo.

Algumas das tradições eram populares, mas a presença da igreja católica no local alterou as práticas sociais, na medida em que tomou pra si a responsabilidade de organização das tradições culturais e religiosas da comunidade. Segundo a entrevistada 6:

Inicialmente a igreja católica organizava apenas a festa tradicional da Santíssima Trindade e a missa conhecida como desobriga da Quaresma. Entre as décadas de 1950 e 1960 ela também inicia as atividades de educar pela fé e cuidar da vida espiritual e cultural da comunidade. O trabalho da igreja passou a ser intenso e ajudou muito agente a se organizar pra lutar pelos nossos direitos (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 24.10.2015).

O relato da moradora indica que a igreja católica foi recebida pela comunidade de forma positiva dada a relevância das ações que assumiu. A Igreja é um objeto muito antigo na configuração espacial local (Figura 1). Primeiramente feita de madeira e taipa passou por várias reformas custeadas, em sua maioria, pelos próprios habitantes, sendo agora toda de alvenaria, revestida internamente com lajotas e azulejos.

**Figura 2.** A Igreja Católica de Araquembaua.



Fonte: REIS, 2013.

A Igreja teve um papel importante na formação da comunidade e na constituição da organização política de seus moradores, fortalecendo, inclusive, o contato entre Araquembaua e as outras localidades vizinhas. Ao redor dela se configuram práticas de socialização, de resistência, de formação de lideranças, de adensamento das lutas pela defesa da terra e do território. De acordo com Fabrini:

A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da sociabilização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro. No passado, até o espaço da comunidade era estabelecido pelo som que alcançava do toque do sino da Igreja, ou seja, espaço delimitado pelos sacramentos oferecidos pela Igreja e as fronteiras da comunidade definidas pela religião (FABRINI, 2006.p.84).

Anterior, porém, ao estabelecimento de uma igreja dentro da comunidade são as práticas religiosas desenvolvidas pelo grupo para professar a fé. Era comum recorrer ao auxílio de benzedeiros e pajelança como forma de curar as doenças do corpo e os males espirituais. Os moradores informam que:

Quase não se ouve falar mais em benzedeiros por aqui, mas antes da igreja católica se estabelecer em Araquembaua quando alguém adoecia procurava os benzedeiros, a pajelança e a umbanda para curar os males do corpo e do espírito. Os homens se destacavam na função, sempre responsáveis por conduzir as rezas e a religiosidade, também assumiam a função de benzedeiros. Os mais conhecidos eram o senhor Augustinho Lucas, o senhor Zé Ponte, o Mestre Júlio, o Chico Café e o senhor

Jacinto Neres (Entrevistado 7. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 24.10.2015).

O povo procurava os benzedeiros ou as benzedeiros por que era o jeito. Também não tinha hospital na sede e quando a criança adoecia agente ia à benzedeira pra tirar o quebranto, espantar o mau olhado. E dava certo. Bastava uma reza forte e agente melhorava, mas muitos morriam também. Aqui tinha malária demais e não tinha remédio pra todo mundo. Minha mãe preparava uns chás pra mim quando eu adoecia, mas eu amarguei muita dor de dente e malária. Peguei várias vezes. O jeito era rezar. Meu pai adoeceu tanto e tomou tanta quinina pra curar a malária que morreu com cirrose, o fígado dele não agüentou (Entrevistado 8. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 24.10.2015).

Até a década de 1980 não havia posto de saúde em Araquembaua nem hospital na sede do município. Os homens assumiam a competência de organização das rezas e das bênçãos. A presença de terreiros de umbanda também era comum, mas o estabelecimento da Igreja Católica no território alterou as práticas e a procura por terreiros e benzedeiros passou a ser menos freqüente.

As práticas de pajelança e benzimento sinalizam os sentimentos de pertencimento e solidariedade do grupo, de transmissão e partilha de saberes construídos no traçado cotidiano em meio à floresta e ao rio. Maués (1994), afirma que “a chamada pajelança se fundamenta na crença nos ‘encantados’, seres invisíveis que se apresentam durante os rituais incorporados no ‘pajé’ que é a figura central da cura” (p.73).

Porém, também indicam a precariedade a que estavam expostos especialmente no que tange ao acesso de bens e serviços. Sem recursos para comprar remédios e sem possibilidade de atendimento médico adequado a comunidade utilizou a via religiosa, ativou a crença ancestral na figura dos encantados para prosseguir, resistir e reproduzir seu modo de vida.

Os desafios dos moradores em relação à garantia da vida e da saúde eram intensos. Contavam muito precariamente ou não contavam com serviços básicos como acompanhamento pré-natal para as grávidas, apoio para os partos, geralmente feitos no próprio território pelas parteiras locais. O numero de mães e crianças que morria durante gestação e parto era bastante significativo.

Não dispunham de atendimento dentário e quando sentiam dor nos dentes recorriam a práticas como o uso do pó do café colocado em cima do dente para desinflamar. Para a inflamação dos olhos usava-se uma gramínea chamada de pacuan, dela era retirada um sumo que aplicado em gotas, no máximo de três, ajudava a curar.

As doenças, em geral, estavam relacionadas a natureza do trabalho. Eram muito comuns a malária, o reumatismo, a cirrose (em função do consumo da tebrina e quinina para combater a malária), vermes e infecções alimentares. Os saberes da cura pertenciam às

mulheres, muitas delas benziam. As mulheres guardavam o segredo de produzir remédios e curar seus enfermos. A pajelança, no entanto, era masculina, assim como as rezas. Na natureza, curandeiros e pajés buscavam seus produtos, sua matéria-prima.

Quando acontecia um acidente mais grave na comunidade ou mal estar súbito, era necessário levar a pessoa para Belém, pois na sede também não tinha hospital. A viagem de canoa de vela para Belém durava quinze dias e era necessário contar com a sorte para salvar as pessoas, por isso tentava-se primeiro o uso dos remédios caseiros.

A construção das casas era um acontecimento em Araquembaua. A maioria era resultado do trabalho coletivo da comunidade, as casas eram, em geral, de taipa ou palha. As pessoas eram chamadas a participar da atividade e, em troca, recebiam a alimentação do dia feita pelas mulheres. Era uma festa, principalmente, por que anunciava a formação de um novo casal, de uma nova família que se constituía no território. Dessa forma a comunidade foi crescendo.

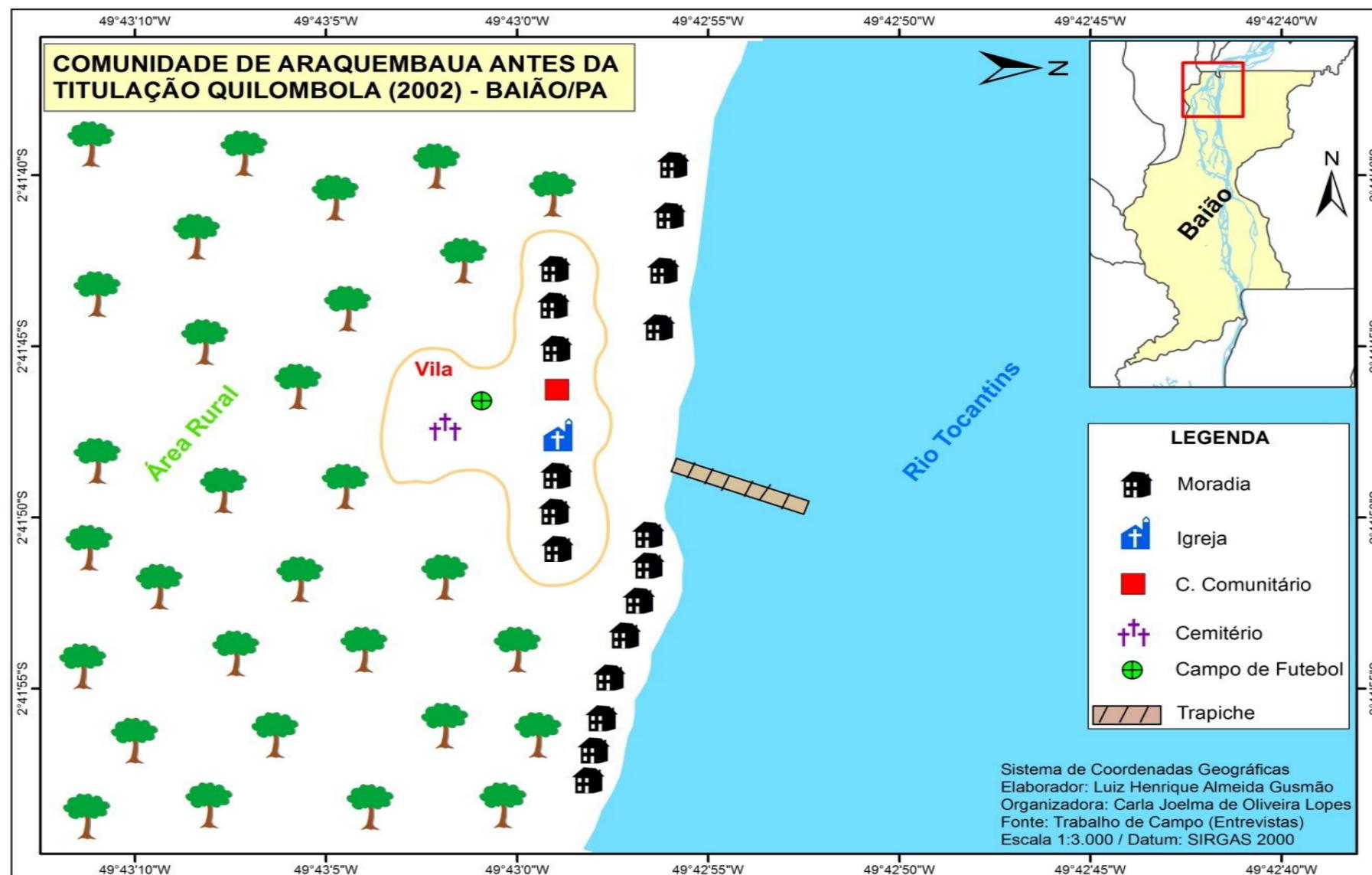
O casamento representava um momento muito especial, pois a união do casal, normalmente formado por parentes, contribuía para consolidar as redes de parentesco e de solidariedade. No passado, ocorria muito precocemente. Os moradores mais antigos relatam que com 13 ou 14 anos, uma jovem já se preparava para casar. Era comum encontrar adolescentes como chefes de família, assim como, casamentos entre homens mais velhos, normalmente viúvos, com meninas bastante jovens, geralmente primas de segundo grau.

A quantidade de mulheres em Araquembaua era inferior a de homens, pois muitas famílias enviavam suas filhas para a sede municipal ou para municípios vizinhos com esperança de que pudessem estudar e garantir alguma renda. A migração campo-cidade ocorreu também entre os rapazes, uma vez que a precariedade da infra-estrutura da comunidade fez com que muitos desistissem de permanecer no território.

Até a década de 1940 apenas nove famílias moravam em Araquembaua. O crescimento da comunidade começa a acontecer entre os últimos anos da década de 1960 e início da década de 1970 em função do aumento do número de casamentos com pessoas de fora. Até o final desse período havia só uma rua, chamada pelos moradores de Primeira Rua.

Com o passar do tempo surgiu a vila que corresponde ao povoado, lugar onde ficavam as casas dos moradores, o campo de futebol, a igreja, o barracão comunitário, o cemitério e o porto. Havia, também, o centro, área rural originalmente utilizada para o desenvolvimento de atividades produtivas, denotando que o território de Araquembaua foi tradicionalmente dividido a partir dos usos (ver Croqui 1).

**Croqui 1.** Comunidade de Araquebaua antes da titulação quilombola em 2002. Baião (PA)



Fonte: Pesquisa de Campo. Organização: LOPES (2015-2016).

O croqui permite identificar a vila como o lugar da moradia. Nela ficavam as casas e os poucos objetos geográficos que compunham o território. De acordo com o entrevistado 9:

Na vila ficavam as casas dos moradores. Eram casas simples que às vezes não tinham portas, nem janelas, às vezes nem paredes. A maioria tinha assoalho, mas em baixo delas aparecia muitos ratos, baratas, centopéias. Quando chovia as pessoas usavam um pano para evitar a entrada de água. Mesmo assim, a vida era muito tranquila. Ninguém olhava pela janela se ela estivesse coberta ou entrava na casa se não aparecesse alguém pra convidar (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 24.10.2015).

Mas a configuração espacial também sinaliza outros aspectos. Situados na margem esquerda do rio Tocantins e em meio a uma densa floresta, os moradores organizaram-se de modo a extrair os recursos que lhes eram necessários à sobrevivência. A pesca e o desenvolvimento do extrativismo vegetal garantiram a reprodução do grupo, seja pela via do autoconsumo, seja pela troca mercantil. A proximidade com o rio favoreceu o deslocamento e o contato com a sede e as demais localidades.

No dia a dia os jovens jogavam o futebol e a noite se reuniam para dançar o ganzá ao redor das fogueiras, principalmente no mês de junho. Muitas das comemorações eram feitas em parceria com as comunidades vizinhas, o que consolidava os laços de solidariedade entre os habitantes daquelas terras altas. Segundo informações do entrevistado 10 os laços de parentesco, solidariedade e religiosidade eram intensos no território:

Em Araquembaua todo mundo é parente. Quando não é irmão é primo, é primo do primo. Agente brincava na rua até tarde, na mata. Aprendia com o pai e os parentes a plantar, caçar e pescar. O rio era nossa estrada, ninguém sonhava com bicicleta, agente queria mesmo era um casquinho. Mas o que marcou minha vida ao longo dos meus 69 anos de idade é a lembrança de um tempo em que tudo era feito coletivamente, em mutirão. Um ajudava o outro na limpeza da terra, na preparação para o plantio para a colheita e todo mundo sabia o que era seu e o que era de todo mundo, além disso, a festa da Santíssima Trindade era a maior sensação. Vinha gente de todo lado ver, ouvir a banda convidada, dançar. Muitos casamentos foram feitos na época e muitos filhos também. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 24.10.2015).

As relações de parentesco e compadrio são características comuns em comunidades assentadas tradicionalmente na Amazônia. Elas fortalecem os laços de solidariedade, colaboram para a preservação do grupo e estão, em geral, dentro de uma órbita que aglutina a presença da igreja, da família e da comunidade. Como afirma Fabrini:

É importante ressaltar que a comunidade não se forma apenas pelo negócio como aglutinador de pessoas, mas, em muitos casos, a comunidade se forma em torno da Igreja e o espaço estabelecido por uma vertente e divisor de águas de uma bacia hidrográfica. A integração ocorre com visitas e auxílio mútuo entre as famílias que

vivem próximas, em esforços para cuidar da escola e da Igreja, reunião em torno de uma máquina/moinho e engenho para beneficiar a produção, uma venda (estabelecimento comercial) na estrada, etc. Assim, a comunidade surge como laços estabelecidos num determinado espaço e não se limitam à dimensão produtiva agropecuária e comercialização de produtos (FABRINI, 2006. p.85).

Os mais velhos rememoram o futebol como a primeira prática esportiva desenvolvida na comunidade. Conta-se que na década de 40 ocorreu a fundação do clube de futebol chamado de São Miguel Esporte Clube que era uma agremiação que chamava a atenção das comunidades do entorno. Nos anos 70 outro clube foi criado por nome Juventus Esporte Clube. Os jogos e torneios de futebol tornaram-se tradicionais em Araquembaua (REIS, 2013) e representam uma das modalidades mais atrativas nos jogos estudantis realizados nas escolas que, aos poucos, foram surgindo.

Os jogos expressam também algumas das práticas desenvolvidas ancestralmente no território, como o uso de canoas, por exemplo, o que tem servido para garantir a sobrevivência das tradições da comunidade. Denota-se, dessa forma, a intencionalidade da comunidade em preservar e manter vivo o imaginário que ata o homem ao rio e que horizontaliza seres humanos e natureza. Representam, ainda, um momento de encontro. Como ocorrem em um período que está associado às férias escolares, muitos dos remanescentes do território se deslocam para a comunidade a fim de prestigiar o evento e de aproveitar as férias para reencontrar os parentes.

Os encontros demonstram a assertividade de Tocantins (1961) quando afirma a força do rio, uma vez que “[...] o rio e a vida dos habitantes da região se confundem em um imaginário simbólico onde o rio enche a vida do homem de motivações psicológicas imprimindo à sociedade rumos e tendências” (p. 278). E é nessa relação com o rio e com a floresta que o morador de Araquembaua vai reproduzindo suas identidades.

Os momentos de lazer e religiosidade tinham, ainda, um aspecto pedagógico. As crianças aprendiam através da oralidade dos mais velhos a respeitar as tradições do lugar e a valorizar suas origens. A comunidade expressava, assim, a necessidade de revalorização das memórias, das tradições comunitárias, da ancestralidade e da afirmação das múltiplas identidades presentes no território.

A educação que ocorria nas práticas tradicionais, todavia, era também acompanhada pelos esforços no sentido de alfabetizar e oportunizar o acesso a educação formal aos moradores. O interesse em educar demonstrava a existência de uma racionalidade positiva em relação à educação, compreendida como importante ferramenta de luta pela sobrevivência material e espiritual do grupo. Educação como uma dimensão territorial.

Na década de 1940 poucos objetos compunham a configuração espacial de Araquembaua, entre eles, a igreja católica, o cemitério, uma escola que não tinha prédio próprio e funcionava na casa das famílias e um campo de futebol. 20 anos depois, em 1960, a única novidade estava na construção do barracão para o funcionamento da escola. Em 1980, entretanto, o território agrega novos objetos, duas igrejas protestantes, mais um barracão destinado às atividades sociais e políticas dos moradores, duas escolas, um posto de saúde, um mercado comunitário, mais dois campos de futebol e um barco de transporte diário para a sede municipal. Entre 1980 e 2002 as mudanças no traçado espacial ocorrem de forma mais intensa (ver quadro 1).

**Quadro 1.** Componentes da configuração espacial de Araquembaua (1940-2002)

<b>Objetos geográficos</b>	<b>1940</b>	<b>1960</b>	<b>1980</b>	<b>2002</b>
Igreja católica	1	1	1	1
Igreja protestante	0	0	1	3
Cemitério	1	1	1	1
Escola	1 (sem prédio próprio)	1 (barracão da igreja)	2	3 (uma ainda em construção)
Posto de saúde	0	0	1	2
Mercado comunitário	0	0	1	1
Campos de futebol	1	1	2 (campo) 1 (arena)	2 (campo) 1 (arena) 2 (futebol society)
Ruas e travessas	Primeira Rua	Primeira Rua	Primeira Rua	1ª: Leonilo Rodrigues Lopes; 2ª: Lindolfo Pimentel; 3ª: Benedito Moreira de Souza 4ª: Manoel Jesuíno 5ª: Bacuri 6ª: sexta rua; Travessa Centenária Maria Teixeira; Travessa Santíssima Trindade; Travessa Liberata Pimentel; Travessa Pescador; Travessa Dr. Bazílio.
Barcos de linha	0	0	1	3 barcos de linha (comunidade-sede municipal)

Ao observar o Quadro 1 é possível acompanhar o traçado das mudanças que ocorrem no território. Entre as décadas de 1940 e 1960 a comunidade incorpora um objeto que lhe é muito caro, o barracão para o funcionamento da escola. Até então as aulas ocorriam nas casas dos moradores com a autorização da sede municipal, mas a estrutura era inadequada para o atendimento das crianças. O objeto sinaliza a articulação e organização da comunidade em torno de uma demanda comum.

Nas décadas de 1960 a 1980 ocorre um relativo crescimento populacional já apontado na fala de um dos entrevistados anteriormente. O número de casamentos aumenta e também o número de casas que são construídas na única rua. As igrejas protestantes passam a penetrar no território delimitando novas territorialidades. Para o atendimento das demandas crescentes, inclusive as de lazer, mais dois campos de futebol são criados e um barco de linha que serve para garantir o mínimo de acesso a serviços na sede municipal e o transporte da produção destinada à troca comercial.

As mudanças maiores, porém, vão ocorrer a entre a década de 1980 e a década de 2002. Uma nova escola é construída no território, uma arena de futebol society, um segundo posto de saúde, mais dois barcos de linha e cinco ruas e travessas são construídas para abrigar a população crescente. Muitos se convertem ao protestantismo evocando a construção de mais dois templos. A comunidade dialoga cada vez mais intensamente com as outras localidades, pois parte dos alunos que estuda nas escolas de Araquembaua vem do entorno.

As seis ruas de Araquembaua e as travessas que aos poucos surgiram foram batizadas com o nome de moradores caros ao lugar, pessoas que se destacaram ao longo do tempo por terem servido como portadoras dos saberes locais, pelos testemunhos e contribuições positivas. O reconhecimento sinaliza a articulação entre passado e presente e de forma propositiva, redimensiona o futuro da comunidade.

Entretanto, não se alterou apenas a configuração espacial de Araquembaua, outras territorialidades despontaram no território indicando o surgimento de novas lideranças, de racionalidades específicas, de práticas diferentes e de demandas que se expressaram no traçado espacial.

De acordo com Sack (1986), a territorialidade é, sobretudo, um comportamento espacial. Sua dinâmica é notadamente marcada por um caráter relacional onde estão presentes disputas, tensões, contradições, jogos de poder. Ela está recheada de simbolismos, de intencionalidades, de racionalidades particulares, de continuidades e rupturas e, fundamentalmente de movimento.

As pessoas territorializam lugares e intenções e definem novos usos do espaço produzindo esse espaço à medida que interagem, que se relacionam. O que determina o sentido e o significado que a territorialidade vai assumir no espaço é a intencionalidade criada a partir da relação social, a expressão dos campos de poder que se manifesta na dinâmica territorial e a forma que a organização territorial vai assumir em relação ao espaço, ao tempo e as pessoas. A territorialidade constitui um aspecto crucial da compreensão do território, uma vez que o território é formado pela área e seus usos e as territorialidades configuram esses usos sobre a área.

No território de Araquembaua as mudanças espaciais ocorridas entre as décadas de 1980 e 2002 refletem transformações na racionalidade, na dinâmica social, econômica e política do grupo. Todos os objetos que surgem são dotados de uma intencionalidade particular. Refletem o caráter material e imaterial do território e envolvem dimensões simbólicas e culturais. Ao mesmo tempo, denunciam as contradições, desigualdades, as permanências e as rupturas que se expressam no traçado geográfico.

A trajetória de origem e formação da comunidade permite identificar elementos como a profunda solidariedade dos habitantes fortalecida pelos laços de parentesco, as práticas comuns amparadas na relação com o meio ambiente e com as condições materiais de existência, a intensa religiosidade do grupo, a racionalidade positiva em relação à educação, a luta pela preservação da vida. São elementos que sinalizam especificidades de um modo de vida onde a terra-território é mais que um pedaço de chão.

### **1.3 Terra, trabalho e família na comunidade camponesa de Araquembaua**

Em Araquembaua produzir, cultivar, coletar e criar são práticas cotidianas que constroem o território. Ao mesmo tempo, as práticas e usos revelam os atores sociais que delineiam os contornos territoriais a partir de seus projetos e de um modo de vida marcado pelo uso comum pelo alto grau de solidariedade e pela cumplicidade.

Na comunidade de Araquembaua terra, trabalho e família constituem um aspecto identitário basilar da organização do grupo e das relações que se definem no território. Relações atravessadas pela identidade com a terra, pelo uso do rio como fonte e como estrada, pelo parentesco, pela solidariedade, por visões de mundo particulares e pelo uso da terra por gerações.

A comunidade desenvolveu, ao longo do tempo, práticas que expressam a unidade entre terra de trabalho e terra de família, que denunciam o trabalho ritmado pelo local, a pequena propriedade, o primado do uso sobre a posse, a renda proveniente predominantemente do trabalho na terra, a baixa integração com a cidade, a forte atuação da Igreja, das associações e sindicatos no local e a pluriatividade como mecanismo de subsistência do grupo. Práticas que demonstram as formas como o território vêm sendo usado ao longo do tempo.

O território se expressa pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos, pelas coisas, pelo conjunto territorial, pela dialética do próprio espaço e pela intencionalidade humana, contêm, dessa forma, múltiplas dimensões (SANTOS, 1999b). É, ao mesmo tempo, todo e totalidade materializando-se em território usado (SANTOS 1994; SANTOS e SILVEIRA, 2013) no espaço e no tempo.

Nahum e Bastos dos Santos (2014) compreendem que o território usado é área e uso em relação dialética. Os autores indicam elementos que evidenciam um território usado na Amazônia marcado “pela sucessão de períodos de expropriação das comunidades e populações tradicionais em função de interesses exógenos ao lugar” (p.470).

A sobreposição de territorialidades e imposição de novas materialidades sob o comando e ritmo dados pela reprodução ampliada do capital na Amazônia tem recuperado, no meio rural, um imaginário que associa as novas materialidades a discursos de desenvolvimento elaborados no passado e, ao mesmo tempo, tem produzido novas formas e relações de trabalho (NAHUM; BASTOS DOS SANTOS, 2014).

O desenvolvimento do trabalho, anterior a instalação dos grandes projetos, revela aspectos de uma identidade marcada por interesses voltados para a reprodução das condições de existência do grupo e expressa relações fundamentadas em redes de solidariedade, onde a terra é meio de produção, é território e não mercadoria (NAHUM, 2011), espaço onde se constrói a vida.

No cotidiano da dimensão territorial vêm-se os atores construindo seus projetos, demarcando suas territorialidades, valorizando através de suas ações a singularidade do território e produzindo o ordenamento territorial que não é uma questão dada, é movimento.

Ao estudar um território quilombola, objeto de análise desta pesquisa, compreende-se que estão em foco diversas dimensões do território usado. A investigação, no entanto, compartilha a perspectiva de que o território usado é produzido pela disputa (SANTOS, 1979; LEFEBVRE, 2013; GOTTMANN, 2012), uma vez, que o território disputado denuncia usos

desiguais. Os usos do território em comunidades assentadas tradicionalmente constituem-se, em si mesmos, estratégias de sobrevivência e reprodução de um modo de vida particular.

As narrativas dos moradores mais antigos ressaltam que não havia propriedades rurais em Araquembaua. As poucas famílias que residiam tratavam a terra coletivamente, havia, porém, uma divisão do terreno em roças para colheita que considerava como medida o valor de uma braça (2,20 m). No geral, cada família ficava responsável por tratar, em média, o equivalente a 60 braças, mas a divisão considerava a capacidade que apresentavam para realizar o trabalho.

O mutirão era um dos principais mecanismos para obtenção da produção e para a construção do necessário à sobrevivência do grupo, ainda assim, o trabalho era considerado penoso em função da pouca disponibilidade de recursos técnicos. De acordo com a fala do morador os quintais vão se transformando, aos poucos, nos espaços de referência para a realização das atividades agrícolas em função da proximidade das casas e do rio.

A terra era usada coletivamente e os recursos que dela se extrai serviam para suprir as demandas constituídas no cotidiano. O trabalho visava à reprodução do grupo através do autoconsumo e da pequena troca comercial, na prática, os produtos da roça eram transformados em alimento ou em itens de necessidade básica do grupo como remédios, roupas e sapatos.

O uso coletivo da terra indica o apossamento comum, ou seja, a forma como o grupo social estabelece o controle sobre determinado espaço ou território, “esse poder se legitima pela ocupação” (BENATTI, 2003) e estabelece as bases para a normatização futura da propriedade comum (BENATTI, 2011), além disso, expressa o traçado do desenvolvimento do trabalho dentro do território.

O trabalho coletivo, característico das populações assentadas tradicionalmente nas terras amazônicas é marcado por uma divisão técnica, social, sexual e etária, pelo uso pouco expressivo de tecnologias modernas, pela produção voltada prioritariamente à subsistência do grupo e por dificuldades de integração da produção com o mercado (NAHUM, 2011).

Os principais produtos agrícolas eram a mandioca, o milho e o arroz. O processo de tratamento, plantio e colheita se dava em fases distintas. Primeiro acontecia a derrubada da mata ou roçagem que era realizada em mutirão, técnica conhecida como *companhia*, geralmente entre os meses de agosto e setembro. Em seguida era realizada a queimada com o objetivo de limpar a área e preparar o solo, a atividade era conduzida pela unidade familiar, ou seja, cada família na área que lhe era destinada preparava a sua roça.

A terceira etapa de tratamento da terra era o encoivramento que consistia em tirar os tocos de madeira que restaram após a queimada e limpar todo o resto de mato queimando novamente as sobras, prática conduzida pela unidade familiar. A plantação das sementes e mudas, fase posterior, ocorria através do trabalho coletivo e era chamada de *convidado*, ocorria no início do ano, entre janeiro e fevereiro. A colheita acontecia em fases diferentes, para o arroz e milho, em junho e julho, para a mandioca, um ano após o plantio, conforme Quadro 2:

**Quadro 2.** Etapas do tratamento da terra para a produção agrícola

Técnicas	Objetivo da Técnica	Estratégias	Período
Roçar/Derrubar	Derrubar o mato, árvores, arbustos, cortar.	Companhia (trabalho coletivo para o tratamento da terra)	Agosto/setembro
Queimar	Limpar a área e preparar o solo para o plantio	Atividade individual/familiar	Outubro/novembro /dezembro
Encoivarar	Tirar o restante da madeira, dos tocos; juntar resto de mato que ficou da queimada nas roças e queimar novamente.	Atividade Individual/familiar	Outubro/novembro /dezembro
Plantar	Colocar as sementes, mudas	Convidado (trabalho coletivo para o plantio das sementes)	Janeiro/fevereiro
Colher	Retirada do produto	Atividade Individual/familiar	Junho/julho: arroz, milho. Mandioca: após um ano do plantio

Fonte: LOPES (2015-2016). Pesquisa de Campo.

Os dados exibidos pelo Quadro 2 sinalizam a forma como a comunidade organizava suas atividades econômicas ao longo do ano. O grupo mobilizava as forças sociais através de práticas de solidariedade e reciprocidade, mas contemplava as necessidades de cada unidade sugerindo que a distribuição da produção era regulada por princípios que não estavam relacionados à troca capitalista.

De acordo com o entrevistado 11:

Em Araquembaua não havia estabelecimentos rurais, apenas plantações e criações de quintais. A roça era feita no centrinho ou no laguinho entre o Cupu e

Araquembaua. As famílias trabalhavam coletivamente e o trabalho de preparação da terra era feito anualmente, geralmente de 1 a 2 hectares de cada roça equivalente a mais ou menos 60 braças. Primeiro era feita a roçagem, a derrubada e a queimada, depois os tocos eram retirados e a terra era preparada para o plantio. Mas sempre ficava uma parte de terra descansando. Agente plantava pra comer e pra trocar por roupa, remédios, sapatos, carne. A pesca era só pra consumo local. Aos poucos, no entanto, as pessoas foram desistindo da roça. Era muito longe, os mais velhos foram morrendo, os jovens saíram pra trabalhar nas cidades e o jeito foi plantar nos quintais. Na época, Araquembaua só tinha casas na primeira rua, da segunda rua em diante já era roça. Agente plantava muita mandioca pra fazer farinha por isso tinha casa de farinha no centrinho, mas foi preciso fazer mais três casas nos quintais (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

O depoimento do morador revela que diante dos desafios vivenciados no trato agrícola, o trabalho coletivo configurava uma importante estratégia para a garantia do plantio e da colheita. A família era a condutora do trabalho e a relação que se estabelecia com a terra e com a natureza dava indicativos de que o grupo manejava a terra de forma sustentada.

A produção da farinha para consumo era uma das atividades mais importantes e a existência das casas de farinha era fundamental para garantir o processo. Produzir farinha, beiju, tapioca, são práticas ancestrais e em Araquembaua elas representam um componente identitário muito forte. A casa de farinha testemunha a existência e a resistência dessa comunidade, ao longo do tempo e é um símbolo imemorial do lugar (ver figura 3)

**Figura 3** – A Casa de Farinha. Araquembaua/Baião – PA



Fonte: LOPES (2015). Diário de Campo.

A casa de farinha não integra somente a configuração espacial do território de Araquembaua, ela é um objeto comum à realidade amazônica. Salvo pequenas exceções, a

maioria das comunidades rurais mantém uma casa para garantir a alimentação do grupo o que dá mostras de que os povos amazônicos desenvolveram diversas formas de uso do território expressando territorialidades que transitam entre os ambientes amazônicos, terra, água e floresta. A territorialidade baseada no uso da terra está significativamente relacionada com os roçados de mandioca e conta com a participação da mão de obra familiar.

Os roçados ou as roças são mais do que áreas físicas. Elas agregam um aspecto identitário que reúne elementos materiais, simbólicos e culturais dos povos tradicionais e materializam um elo entre o trabalho e o território afirmando uma identidade coletiva (LIMA, 2015).

Além das roças, também, era realizado o extrativismo da castanha, do breu, da borracha e do látex da maçaranduba. Entre os meses de agosto a novembro, grande parte da comunidade migrava para a Ilha do Bacuri com a finalidade de extrair o látex da borracha, o retorno em novembro tinha relação com a realização da principal festa religiosa da comunidade, o Círio da Santíssima Trindade dos Inocentes.

A principal atividade produtiva era a pesca. Esta atividade representou para Araquembaua, por tempos, uma das mais importantes formas de garantia da sobrevivência material do grupo, pois dela derivou parte da subsistência da comunidade e da troca, em pequena escala, por outros produtos necessários ao grupo.

De acordo com Bastos dos Santos (2015), os povos amazônicos detêm um conhecimento aprofundado dos ambientes em que se encontram e utilizam a pesca como uma de suas principais atividades, associadas normalmente no período da vazante dos rios a utilização dos solos férteis da várzea para o plantio do arroz, do milho, da mandioca. Caso de Araquembaua.

A pesca era realizada pelos homens utilizando técnicas tradicionais. As técnicas eram predominantemente manuais, baseavam-se no uso do caniço, da linha e anzol, no uso do espinhel e na mocooca, práticas tradicionais que, ao longo do tempo, ganharam algumas adaptações. Assim como no caso da agricultura, algumas das atividades de pesca evocavam o trabalho coletivo, caso da mocooca, técnica em que uma área é isolada com uma parede de barro colhida do próprio lugar fazendo surgir uma espécie de lago, os peixes ficam presos no lago favorecendo a pesca. A atividade pesqueira considerava os ciclos da água, verão (águas baixas) e inverno (cheias do rio), conforme Quadro 3.

**Quadro 3.** Técnicas utilizadas na pescaria tradicional em Araquembaua.

Técnicas	Descrição da técnica	Tipo de pescado/ Período
Manual c/caniço	É necessário o uso do caniço (vara), linha e anzol.	Tucunaré, jacundá (verão); Acará (verão);
Manual c/espindel	O espindel é formado pela linha principal, Linhas secundárias (alças) e anzóis. A linha do espindel era colocada no rio com os anzóis e as iscas (na maré, no início da enchente (a água crescendo)).	Traíra (verão); Caratinga, curimatã, jaraqui, pescada branca (inverno e verão),
Mocooca	Isola-se a área com uma parede de barro colhida no próprio lugar e improvisa-se o surgimento de uma espécie de lago onde o peixe fica cercado por homens e barro.	Jutuarana, aracu, mandubé, apapá (sarda), surubin, filhote, dourada, mandii, pacu, matrichã, piranha branca e vermelha, pirapitinga, mapará, etc. (inverno e verão)

Fonte: LOPES, 2015-2016. Pesquisa de Campo.

Os moradores relataram que nem todos eram pescadores profissionais, por isso a maioria dos homens só saía para pescar às sete da manhã, o resultado da pescaria geralmente virava alimentação do dia, se houvesse excedente era trocado na sede ou nos regatões. Os que realmente viviam da venda do peixe saíam às duas da manhã para a pescaria, caso dos senhores Raimundo Cabral, Pedro Cabral e Miquito.

Além da pesca, a caça garantia parte da subsistência da comunidade, era realizada localmente e em acordo com os moradores. Havia a caça individual onde o caçador utilizava a espingarda ou a cartucheira para pegar a paca, a cotia, o porco do mato, o veado, a preguiça, o macaco, entre outros. Realizada a noite ou bem cedinho não exigia muitos recursos. Outro tipo de caça muito comum era a caça com cachorro. Os caçadores usavam o cachorro para farejar a caça. A caça com arapuca consistia na confecção de uma armadilha para pegar a presa. O caçador pegava dois pedaços de pau, amarrava um cipó e trançava as madeiras. A arapuca ficava curvada e propícia pra pegar o animal. Geralmente a arapuca ficava armada até o momento da captura que podia ser no mesmo dia ou em outro o que desobrigava a presença constante do caçador deixando-o livre para o desenvolvimento de outras tarefas.

Uma das técnicas de caça era o mundé. O caçador cortava uma vara de 4 metros, enfiava a vara por baixo da raiz de árvore, fazia uma cerca na ponta da raiz e enchia de frutas. O mundé tinha por objetivo atrair a mucura, espécie de animal que também consome alimentos de origem vegetal. Segundo os moradores a mucura era abundante no território e sua caça só ocorria se não houvesse outras espécies disponíveis ou em períodos de escassez de peixes. Na caçada de varrida o caçador varria um caminho de aproximadamente 150 m na

floresta para limpar o caminho e atrair a caça, era uma espécie de trilha feita a noite que favorecia a aproximação com os animais. A técnica era ideal para atrair paca, veado, tatu e catitu. A caça com armadilha era feita com o uso de uma espingarda que, colocada em lugares estratégicos, disparava com a aproximação da caça por isso era feita a noite ou de madrugada com o intuito de evitar acidentes.

**Quadro 4.** Técnicas utilizadas na caça tradicional em Araquembaua

Técnicas	Descrição da técnica	Tipo de caça
Caça individual	O caçador ia sozinho para a mata, geralmente à noite ou bem cedinho. Utilizava a espingarda cartucheira.	Paca, cotia, porco do mato (catitu), veado (branco e vermelho), preguiça, macaco, arara, pomba do mato (silvestre).
Caça com cachorro	O cachorro acompanhava o caçador e farejava a caça	Paca, cotia, porco do mato (catitu), veado (branco e vermelho), preguiça, macaco, arara, pomba do mato (silvestre).
Caça com arapuca	O caçador pegava dois pedaços de pau, amarrava um cipó e trançava as madeiras. A arapuca fica curvada e propícia pra pegar o animal	Inambu, sururino, juruti
Mundé	O caçador cortava uma vara de 4 metros, enfiava a vara por baixo da raiz de árvore, fazia uma cerca na ponta da raiz e enchia de frutas.	Mucura
Varrida	O caçador varria um caminho de mais ou menos 150 metros para tirar as folhas e atrair a caça.	Tatu, paca, veado, catitu
Caça com armadilha	O caçador armava a espingarda no mato e a deixava em lugares estratégicos para a caçada. Tinha que ser feito a noite ou pela madrugada bem cedinho quando a maioria das pessoas ainda estava dormindo, pois disparava com a chegada da caça	Veado, tatu e paca.

Fonte: LOPES (2015-2016). Pesquisa de Campo.

Os dados expostos no Quadro 4 revelam que as práticas de caça eram provenientes de um saber ancestral passado de geração a geração e pautado em um profundo conhecimento do meio. O homem- caçador representava uma referência dentro do território, pois colaborava significativamente para a preservação dos saberes locais e das dinâmicas voltadas para a sobrevivência.

Os caçadores mais importantes de Araquembaua no passado eram os senhores Gumercindo, Leonilo Lopes, Vicente Lucas, Agostinho, Wilson Lopes Rodrigues e Bonifácio. Constituíam, também, uma das práticas ancestrais mais tradicionais, uma vez que os saberes e as técnicas utilizadas eram ensinados de geração a geração e, geralmente, apenas alguns poucos conseguiam realmente se apropriar. A prática, porém, obedecia a uma lógica de proteção da biodiversidade, não se caçava mais do que era necessário ao consumo e a pequena troca.

O excedente era trocado no comércio da sede. Dessa forma, a prática tradicional garantia o equilíbrio da biodiversidade, não era predatória e servia para que se conseguisse o acesso a outros produtos necessários para o grupo. De acordo com Toledo (2001, p.10) “Os povos e comunidades tradicionais geralmente vivem da apropriação de uma diversidade de recursos biológicos da área em que vivem” e essa característica garante a auto-suficiência das famílias e das comunidades, assim como, preserva o equilíbrio do ecossistema.

O mercado era feito na base da troca, salvo algum pouco dinheiro que se recebia pela venda da borracha e da Castanha do Pará. Os moradores costumavam tirar o látex e preparar um bolão que era trocado (ou vendido) no comércio da sede do município por carne, roupas e medicamentos. No passado, o pescado e a caça excedente também, serviam como moedas de troca.

A configuração espacial expressa assim vários usos. As roças, no centro, para a realização de atividades agrícolas, o rio para a pesca e transporte, a mata para o extrativismo vegetal e animal e a vila que servia de residência para os moradores.

Na década de 1990 a comunidade recebeu a visita do Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia, POEMA/UFGA. Intermediado pela gestão municipal, o POEMA entrou na comunidade juntamente com uma ONG holandesa. De acordo com o morador:

As duas entidades conseguiram organizar um grupo de mulheres. Elas receberam treinamento para aprender a fabricar remédios caseiros, a fazer novas receitas com os alimentos daqui que, teoricamente, seriam aproveitados na nossa escola, aprenderam a fazer artesanato com a matéria-prima da própria comunidade, a trabalhar com corte e costura e, principalmente, trabalhar com a coleta das flores. (Trabalho de Campo. Informação retirada de formulário preenchido em 09.09.2016).

O potencial para a exploração das flores do campo foi logo detectado (FIG. 4) e as entidades ofereceram cursos para qualificar a mão de obra, ao mesmo tempo, a ONG se oferecia para comprar e escoar o produto, em princípio, para Cametá onde ficava sua sede, depois para o exterior. As flores eram colhidas, preferencialmente, pelas mulheres o que demonstra que a comunidade estabeleceu uma divisão sexual para a realização do trabalho.

FIG. 4. Flor do Campo em Araquembaua/ Baião – PA



Fonte: LOPES (2015). Diário de Campo.

A flor do campo, como a Figura 4 retrata, nascia no meio da mata virgem, o tratamento demandava alguns cuidados. Segundo os moradores, na época da colheita as famílias se mudavam para as proximidades do campo de flores com o intuito de facilitar o trabalho. A exploração da flor do campo, no entanto, teve vida curta.

Quando a ONG se retirou das proximidades a comunidade não conseguiu dar prosseguimento a atividade, pois a associação de moradores não se sentia preparada para manter o negócio. O resultado é que o campo de flores foi abandonado e parte dele, aos poucos, foi sendo transformado em piçarreira

Pesca, agricultura, caça e colheita de flores foram as principais atividades produtivas desenvolvidas em Araquembaua antes do ano de 2002. A pesca conduzida preferencialmente pela unidade familiar era, em geral, realizada de forma artesanal, voltada para o autoconsumo e pequeno mercado. A competência da atividade ficava preferencialmente a cargo dos homens adultos e dos jovens.

Por outro lado, o extrativismo e agricultura eram realizados por homens e mulheres do território e a divisão do trabalho considerava as exigências da tarefa e as condições físicas de cada membro do grupo. A caça, no entanto, era uma função predominantemente masculina. Durante a pesquisa de campo nenhum relato rememorou a presença de mulheres na atividade, era realizada por adultos e os jovens entravam na condição de aprendizes.

A colheita de flores era uma atividade destinada às mulheres, os homens participavam do processo de comercialização, colaborando com a organização dos maços e com o

transporte até a vila, mas eram as mulheres, adultas e jovens, que detinham os conhecimentos necessários à prática da atividade (ver quadro 5).

**Quadro 5.** Desenvolvimento do trabalho em Araquebaua antes de 2002.

Atividades	Características	Divisão sexual do trabalho	Divisão etária do trabalho
Pesca	Conduzida pela unidade familiar. Pesca artesanal, uso pouco intensivo de redes; voltada para o consumo interno e pequeno comércio.	Realizada preferencialmente por homens.	Chefes de família e adolescentes podiam se inserir na atividade.
Extrativismo	Conduzido pela unidade familiar. Voltado principalmente para o consumo interno; produz pequeno impacto ambiental. Principais produtos: açai, castanha do Pará, lenha e o látex coagulado, produto utilizado para troca comercial.	Realizado por homens e mulheres.	A divisão de tarefas é feita considerando a condição de cada um dos membros da família. Todos podem participar desde que estejam aptos.
Agricultura	Conduzida pela unidade familiar; voltada para o consumo interno e o pequeno comércio com localidades próximas; não existiam estabelecimentos rurais apenas plantações; trabalho anual restrito a 1 ou 2 hectares em cada roça; desenvolvimento de culturas temporárias como o arroz, o milho e a mandioca.	Homens e mulheres	Os homens preparavam a terra (broca, derrubada, queimada, coivara); as mulheres tratavam as culturas. A partir do trabalho coletivo da comunidade as roças eram tratadas uma de cada vez; os idosos e os filhos mais velhos ficavam responsáveis pelas tarefas domésticas e trato com os mais novos durante esses períodos.
Caça	Conduzida pela unidade familiar. Voltada principalmente para o consumo interno; produz pequeno impacto ambiental. As espécies caçadas eram a paca, cotia, porco do mato (catitu), veado (branco e vermelho), preguiça, macaco, arara, pomba do mato (silvestre), entre outras.	Realizada preferencialmente por homens.	Chefes de família e adolescentes podiam se inserir na atividade, mas na condição de aprendizes.
Colheita de flores	Conduzida pela associação de moradores; voltada para o mercado externo.	Era realizada preferencialmente por mulheres.	Adultas e jovens participavam da atividade.

Fonte: LOPES (2015-2016). Diário de Campo.

O quadro 5 ajuda a interpretar aspectos significativos do desenvolvimento do trabalho em Araquebaua, como as características de cada atividade produtiva, o papel da unidade familiar como condutora do trabalho, o destino da produção, a organização do processo produtivo e a divisão sexual e etária das práticas laborais.

As famílias que conduziam o trabalho representam um importante elemento no processo de preservação do grupo. Elas agregam os poderes e os saberes locais. Aglutinam práticas que são pautadas na ancestralidade, na cultura, no imaginário do grupo. O papel de cada pessoa dentro da unidade familiar é fundamental para a perpetuação desse modo de vida. No passado, eram muito numerosas, chegando a somar quinze ou mais filhos, além dos pais e agregados que moravam juntos.

A trajetória de Araquembaua revela um tipo de organização onde a garantia da reprodução do grupo e das unidades familiares de produção acontece a partir da constituição de uma série de práticas, que tem por base a existência de regras e normas coletivas em relação ao uso dos recursos, a transmissão de bens e saberes.

Os moradores desenvolveram formas combinadas de trabalho, onde a agricultura, o extrativismo, a caça, a pesca e a colheita de flores configuravam as principais atividades produtivas demonstrando uma intensa apropriação dos ambientes da terra, água e floresta. Parte da produção agrícola era destinada ao autoconsumo e o excedente, sob forma de mercadoria, era comercializado.

Cruz (2007) discute a existência de um sujeito polivalente na Amazônia capaz de se apropriar dos ambientes da terra, água e floresta para se reproduzir. No ambiente amazônico o trabalho conduzido pela unidade familiar surge como elemento central da produção camponesa, trabalho que evoca uma combinação de atividades como agricultura, pesca, extrativismo, caça, entre outras.

A relação com o mercado derivava de necessidades relativas às demandas do cotidiano da comunidade. Em nenhum relato apresentado sobre este período, houve referências a pessoas ou grupos que conduzissem o trabalho dentro da comunidade com fins de acumulação. A vida era simples, a produção compartilhada e os desafios eram comuns.

Na comunidade predominava uma racionalidade que conduzia os sujeitos a responsabilizar-se por competências que considerassem suas condições físicas e a natureza do trabalho. Homens, mulheres, crianças e idosos assumiam papéis importantes na divisão do trabalho, ao mesmo tempo, havia uma profunda preocupação com a conservação do meio ambiente, a diversificação de atividades na lavoura e a inclusão dos jovens e crianças nas atividades laborais a partir de uma perspectiva pedagógica de reprodução social.

Para Sabourin (2009, p.278),

“a sobrevivência e a reprodução das famílias camponesas dependem em geral, de uma área bem reduzida de terra. Assim, os pequenos agricultores fazem de tudo para manejar esse recurso natural vital de forma a preservá-lo. [...] a lógica camponesa do

vínculo com a terra e com o patrimônio familiar é decorrente de certo tipo de reciprocidade entre as comunidades camponesas e o meio ambiente, de natureza tanto real, quanto simbólica”.

As tradições, a religiosidade, as redes de parentesco e o desenvolvimento do trabalho expressam a existência/resistência de um modo de vida que se reafirma nas práticas tradicionais e coletivas. Um modo de vida reflete a maneira como as pessoas garantem o que é necessário para a produção e reprodução do grupo e não é simplesmente a reprodução física dos indivíduos, ao contrário, é uma maneira de viver que expressa valores, culturas, formas simbólicas, identidades do grupo (DIEGUES, 2008).

O modo de vida em Araquembaua deriva das relações estabelecidas entre o grupo e o meio geográfico ao longo do tempo, relações que são mediadas pela produção de técnicas e pela invenção de estratégias de sobrevivência e intervenção na natureza. É um modo de vida que considera o tempo da água para a realização da pesca, o tempo da floresta para a caça e o extrativismo e o tempo da terra para a agricultura.

A vida em Araquembaua foi marcada por uma profunda relação entre terra, água, trabalho e família. Elementos que representam material e simbolicamente a relação do homem com o meio geográfico. As pessoas rememoram um tempo em que as práticas eram regidas por acordos mútuos, por uma racionalidade coletiva e compartilhada e por solidariedade.

Portanto, as pistas dadas sobre a origem e formação da comunidade, sobre as formas de reprodução, as estratégias de desenvolvimento do trabalho, a gestão dos recursos produtivos, os laços sociais e modos de ajuda mútua que se expressam no território, remetem a compreensão de que Araquembaua se constituiu alicerçada em sistemas de produção extrativista e pré-sistemas técnicos, onde imperava a precariedade estrutural e a terra era o principal meio de produção.

A regulação espacial originou a vila e as instituições religiosas constituíam os principais agentes delineadores da produção do espaço, fundamentos que como sugere Nahum (2017, p.9) estão presentes na constituição da condição espacial camponesa na Amazônia. Araquembaua, dessa maneira, surge como comunidade camponesa, uma vez que nela se manifestam as condições espaciais para tal.

## **CAPÍTULO II – A TITULAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA**

Pretende-se, neste capítulo, produzir uma reflexão sobre as dinâmicas dos quilombos contemporâneos na Amazônia a partir da titulação do território quilombola de Araquembaua. Para tanto primeiramente caracterizamos os traços gerais do processo de titulação de territórios quilombolas na atualidade dentro do território brasileiro e, em especial, no amazônico.

Analisa-se, em seguida, o processo de titulação do território quilombola de Araquembaua, considerando os condicionantes territoriais, técnicos e políticos que possibilitaram a emergência do evento. Parte-se do pressuposto que o lugar materializou as condições materiais concretas para que a titulação quilombola pudesse ocorrer. Ao mesmo tempo observam-se as interferências exógenas ao lugar que se cruzaram com os interesses do grupo para propiciar a adesão ao novo enquadramento normativo.

### **2.1. Quilombos contemporâneos no Brasil e na Amazônia.**

A luta por territórios quilombolas antecede as conquistas no âmbito jurídico revelando um grande poder de organização social dos que reivindicam historicamente direitos territoriais a partir da perspectiva étnica. Dessa forma:

O movimento de luta pela garantia dos direitos dessas comunidades é histórico e político. Traz em seu íntimo, uma dimensão secular de resistência, na qual homens e mulheres buscavam o quilombo como possibilidade de se manterem física, social e culturalmente, em contraponto à lógica escravista (SOUZA, 2008. p12).

Um quilombo expressa a recriação dos modos de vida originais dos povos africanos, simbolizando, entre outros, a ruptura com o sistema escravista, a resistência a lógica de dominação e, ainda, a recriação dos laços identitários relacionados com as práticas espaciais e culturais que compreendem o uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água como símbolo estruturante (CASTRO, 2006).

Romper com a lógica perversa da escravidão que colocou homens e mulheres em condição de subalternidade, exclusão e invisibilidade histórica representou, provavelmente, o primeiro passo em direção a reconquista da dignidade e da humanidade roubadas. Mas foram necessários séculos de luta para que a legislação brasileira reconhecesse nos povos herdeiros da escravidão africana o direito à cidadania plena:

A norma constitucional foi propulsora de uma série de iniciativas do movimento negro, dando origem a inúmeras associações quilombolas que permitiram aos afro-brasileiros reescreverem sua história, recuperando e incorporando em sua prática cotidiana de luta pela efetiva emancipação, a efetivação da inclusão social e a garantia da cidadania (TRECCANI, 2006. p. 14).

O quilombo contemporâneo expressa a permanência de um núcleo étnicorracial que não esteve restrito apenas ao período em que houve escravidão oficial no país. Estudos que datam de meados do século passado já demonstravam a existência/resistência de quilombos na atualidade, evidenciando a expressiva população negra presente no Brasil e na Amazônia, em particular, muito embora, ainda sob a égide da invisibilidade (MARIN; CASTRO, 1999; SALLES, 2005; TRECCANI, 2006; SOUZA, 2008).

A permanência no tempo e no espaço indica que as territorialidades quilombolas conseguiram sobreviver com ou sem a presença de um território definido. Segundo Sack (1986), o território tem limites instáveis e aquilo que pode servir como território em determinado tempo e espaço, em outro já pode ter assumido uma configuração totalmente diversa. O território, então, está sujeito a ação do tempo, do espaço, das pessoas, das intenções e das relações de poder que nele se inserem.

Mas a terra-território para os quilombolas é um elemento fundante, uma vez que:

[...] é mais que um bem econômico. Terra e identidade para essas comunidades estão intimamente relacionadas. A partir da terra se constituem as relações sociais, econômicas, culturais e são transmitidos bens materiais e imateriais. Quando privados de sua territorialidade e, assim, alienados de seu modo tradicional de vida e produção, muitos quilombolas buscam o caminho das periferias das grandes cidades. Lá chegando, sem os anos necessários de educação formal ou qualificação para o trabalho, a eles resta a miséria e o subemprego (BRASIL, 2012. p.5).

A trajetória das comunidades quilombolas amazônicas foi marcada por um intenso processo de resistência territorial. Os quilombos amazônicos tiveram que se recriar o tempo inteiro desenvolvendo estratégias particulares de relacionamento com seu território.

A territorialidade quilombola, isto é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence, segundo Santos e Silveira (2001), expressa relações de solidariedade e pertencimento ao lugar, mas como o território nem sempre assumiu um formato único, entre os quilombos amazônicos ocorreram, de forma intensa, processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização.

Como a territorialidade humana assume múltiplos significados simbólicos e supera a concretude da área e dos usos para se manifestar também de forma abstrata em dimensões como a da linguagem, da religião, da tecnologia e das práticas culturais, o quilombo

amazônico materializa uma diversidade territorial se expressando em vários formatos territoriais e sociais.

A desterritorialização dos povos quilombolas esteve associada ao processo de pressão sobre a terra. Expulsão, medo, segregação territorial foram fatores que fizeram as comunidades quilombolas abandonarem seus territórios. As mudanças recentes nos marcos legais brasileiros, no entanto, têm estimulado a reterritorialização do território.

No final do século XX o movimento negro brasileiro conquistou direitos que se materializaram nos marcos legais nacionais. Além dos decretos, instruções normativas e portarias que visavam a garantia dos direitos territoriais dos povos quilombolas (ver quadro 6), houve a inserção do artigo 68, que determina a regularização territorial das comunidades quilombolas e dos artigos 215 e 216 referentes à proteção do patrimônio cultural e simbólico dos remanescentes de quilombos.

**Quadro 6.** Principais dispositivos legais relativos à titulação de territórios quilombolas no Brasil

Decretos	Portarias	Portarias/ Instrução Normativa
<b>Decreto n.º 3.912/2001:</b> regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos.	<b>Portaria n.º 98 da Fundação Cultural Palmares:</b> institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares e o regulamenta.	<b>Portaria N.º 40/2000 da Fundação Cultural Palmares:</b> estabelece as normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação dos territórios quilombolas
<b>Decreto n.º 4.883/2003:</b> transfere a competência relativa a delimitação das terras de quilombo para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).	<b>Portaria n.º 307/1995:</b> determina que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas.	<b>Portaria N.º 397/2014:</b> instaura a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola com a finalidade de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil.
<b>Decreto n.º 4.887/2003:</b> regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o artigo 68 da CF.	<b>Portaria N.º 25/1995 da Fundação Cultural Palmares:</b> normatiza os trabalhos de identificação e delimitação das terras quilombolas.	<b>A Instrução Normativa n.º 49/INCRA/2008:</b> regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintração, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o artigo 68 da CF/88 e o decreto 4.887/2003.

O Quadro 6, reúne alguns dos principais dispositivos legais acerca do processo de regularização dos territórios quilombolas e mostra que os decretos, em geral, assumem a função de regulamentar o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas, definem ainda, as instâncias responsáveis pelo processo. As portarias normatizam os trabalhos de identificação e delimitação das terras quilombolas e instituem o cadastro geral de remanescentes dos quilombos feito pela Fundação Cultural Palmares. As portarias e instruções normativas são dispositivos de apoio aos trabalhos de identificação e titulação dos territórios quilombolas.

Os dispositivos legais representam o reconhecimento de um conjunto de direitos territoriais reservados aos povos quilombolas do Brasil. São direitos territoriais que, em princípio, democratizam o acesso a terra, ao mesmo tempo em que, colaboram para dar visibilidade as demandas dos povos quilombolas do país.

A titulação da terra representou, entre outros, a garantia da continuidade do homem no seu meio, a preservação da identidade étnica e cultural do grupo, a visibilidade de um modo de vida particular que engloba um conjunto de técnicas e de objetos técnicos de uso prioritariamente coletivo que simbolizam o meio geográfico, meio rural que tem como principais aspectos a ligação com o rio e com a terra (NAHUM, 2011).

A Amazônia paraense, em particular, foi profundamente impactada pelo processo de titulação dos territórios quilombolas. Segundo o Programa Raízes no Pará, em 2005, 293 áreas quilombolas já tinham sido identificadas. Um estudo posterior realizado por Treccani (2006) apontou um número bem mais expressivo, chegando ao total de 410 comunidades apenas na Amazônia paraense. Os dados do IBGE (2014) também apontam para um número aproximado de mais de quatrocentas comunidades quilombolas no Pará, mas o mapeamento de todas as áreas quilombolas ainda não está completo.

As conquistas legais, ainda que não efetivadas de maneira homogênea, estimularam o processo de organização das comunidades quilombolas locais. Evocou-se, dessa forma, um movimento de memorização que buscava a recuperação da identidade étnica negra há tempos invisibilizada no traçado histórico da Amazônia Paraense. Para tanto, o apoio encontrado nos dispositivos legais locais foi fundamental (MARIN; CASTRO, 1999).

O estado do Pará, a semelhança do que ocorria no cenário nacional, respondeu às demandas dos povos quilombolas instituindo dispositivos legais que amparavam as propostas de demarcação territorial. Neste sentido elaborou leis como a Lei Estadual nº 6.165/1998 que dispõe sobre a legitimação de terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, assim como elaborou decretos e instruções normativas, conforme quadro 7.

**Quadro 7.** Principais dispositivos legais relativos à titulação de territórios quilombolas no Pará

Leis/Decretos	Decretos	Instrução Normativa
<b>Lei Estadual nº 6.165/1998:</b> Dispõe sobre a legitimação de Terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos.	<b>Decreto nº4. 054/2000:</b> cria o Programa Raízes com o objetivo de dinamizar as ações de regularização do domínio das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.	<b>Instrução Normativa ITERPA/1999:</b> Define o ITERPA como órgão responsável pela abertura, processamento e conclusão dos processos administrativos de legitimação das Terras de Quilombos.
<b>Decreto nº 663/1992:</b> Dispõe sobre a titulação de terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos.	Decreto 1.404/2008: institui o Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PEPPIR).	-----
<b>Decreto nº 3.572/1999:</b> Regulamenta a Lei nº 6.165/1998 que dispõe sobre a legitimação de Terras das Comunidades Quilombolas do Pará.	Decreto 1.403/2008: cria o Conselho Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (CONEPPIR).	-----

FONTE: TRECCANI (2006). Organizado pela autora.

As normativas locais, de acordo com a síntese apresentada pelo Quadro 7, amparavam o reordenamento territorial suscitado pela titulação das terras quilombolas locais, uma vez que, criavam estratégias de regulamentação e definição territorial, além de instituírem os órgãos competentes para a realização do processo.

O critério da auto-identificação foi incorporado ao processo de reconhecimento territorial das comunidades quilombolas. Hoje a invisibilidade dos povos quilombolas que foi em parte compulsória, em parte estratégica, aos poucos está sendo abandonada, uma vez que o processo de reconhecimento territorial faz, também, parte do reconhecimento identitário dos quilombos atuais (ARRUTI, 2006; TRECCANI, 2006).

Há um problema, no entanto, no que tange a comprovação da origem das terras quilombolas o que obstaculizou, em diversos casos, a garantia da posse da terra. Alguns estudos recuperaram o processo de formação de quilombos na Amazônia (SALLES, 2005; TRECCANI, 2006; TERCEROS SIROTHEAU, 2012) e revelam que ocorreram modos diferenciados na formação das comunidades. Muitos quilombos derivam de doações, compras, heranças e até de abandono da terra por parte dos antigos senhores de escravos na ocasião de crises econômicas.

De acordo com Andrade (2009), os caminhos institucionais que levam ao reconhecimento do território quilombola consideram a necessidade de cumprimento de

exigências formais e são orientados por legislações federais e estaduais. O órgão oficial responsável pelo processo de reconhecimento territorial na esfera federal é o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Pará quem assume a função é o ITERPA (Institutos de Terras do Pará). Os procedimentos para a titulação do território são comuns em todo o território brasileiro.

O processo é aberto pela Superintendência do Incra atendendo ao pedido dos quilombolas ou por iniciativa da própria instituição. O grupo requerente já deve ter a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP). É a Superintendência do Incra que elabora o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). O RTID reúne um conjunto de estudos antropológicos, fundiários, geográficos e sociais, geralmente é feito com a participação das famílias.

O RTID é avaliado pelo Comitê de Decisão Regional do Incra, o relatório pode ser aprovado ou rejeitado. No caso da aprovação o relatório é liberado para publicidade. A publicidade consiste na divulgação do resultado através do Diário Oficial da União e do Diário Oficial do Estado, deve ainda ser afixado na sede do município onde se encontra o território. Há um prazo de 90 dias para contestação por parte de vizinhos ou demais interessados.

O relatório é encaminhado para diversos órgãos competentes que terão a responsabilidade de avaliá-lo, caso algum órgão manifeste restrições, o INCRA deverá tomar as medidas necessárias para ajustá-lo. A avaliação do relatório considera as especificidades de cada caso, alguns territórios estão em áreas de conservação ambiental, então é necessário acessar o apoio do Instituto Chico Mendes para garantir o processo.

Quando o território está em áreas de segurança nacional e faixa de fronteira é a Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional que deve colaborar. Quando as terras quilombolas estão em sobreposição com as terras indígenas, a FUNAI (Fundação Nacional do Índio) é acionada. Se o território quilombola estiver em terra de particulares, o Incra deverá desapropriar a área, indenizar o proprietário para proceder a titulação em nome dos quilombolas.

Se houver discordância sobre o mérito da titulação, o processo é encaminhado para a Casa Civil ou para a Advocacia Geral da União. O órgão mobilizado assumirá os procedimentos para a solução do caso. Quando o processo não é questionado o Incra faz a demarcação física do território quilombola e outorga o título. O processo de identificação do território termina com a publicação de portaria do Presidente do Incra reconhecendo os limites

da terra quilombola no Diário Oficial da União e do Estado, conforme exposto no fluxograma 3.

**Fluxograma 3.** Procedimentos legais para a titulação do território quilombola



Fonte: ANDRADE (2009). Organizado pela autora.

O fluxograma 3 sintetiza os procedimentos legais necessários à conquista do reconhecimento dos territórios quilombolas. São várias etapas a serem percorridas na luta pela garantia dos direitos territoriais e étnicos. A titulação do território quilombola demarca um processo de reconhecimento da identidade negra quilombola há tempos invisibilizada no traçado histórico brasileiro e amazônico

A assunção da identidade quilombola, no entanto, não ocorre de forma homogênea em todos os espaços e, nem sempre representa a materialização de um percurso marcado pela etnicidade negra. Muitas comunidades aproveitaram o impulso provocado pelas conquistas legais e aderiram a ideia da titulação, a maioria delas representa uma parcela significativa do campesinato amazônico. A comunidade camponesa, nestes casos, é uma condição anterior a formação da comunidade quilombola e a auto-identificação como território quilombola constitui uma estratégia para garantir a posse e permanência na terra.

O quadro não é raro na Amazônia, uma vez que retrata dinâmicas recentes de revalorização do território a partir de agentes exógenos às comunidades, permitindo a

configuração de algo próximo àquilo que Lifschitz chama de *neocomunidades*. De acordo com o autor:

Trata-se de comunidades com identidades étnicas, históricas ou sociais demarcadas, que foram por longo tempo esquecidas e que vêm sendo atualmente visitadas e pesquisadas por representantes de ONGs, jornalistas, sociólogos, antropólogos, políticos locais, turistas e outros, gerando ambiências culturais *suigeneris* bem distantes das comunidades isoladas que motivaram clássicas etnografias antropológicas (LIFSCHITZ, 2006).

As neocomunidades configuram experiências de revisitação a identidades étnicas, históricas ou sociais que estavam apagadas. A busca da titulação do território como estratégia territorial não invalida nem diminui a luta comunitária por reconhecimento e valorização do território. Ao contrário, a presença de agentes exógenos mobiliza as identidades e contribui para a positivação das dinâmicas locais.

Segundo Treccani (2006) na Amazônia paraense foi muito forte o papel dos movimentos sociais, dos movimentos negros e de setores intelectuais no processo de mobilização das comunidades quilombolas em torno da possibilidade de titulação de terras. A titulação do território trouxe a reboque a perspectiva da seguridade territorial.

O processo de demarcação e titulação dos territórios étnicos estimulou, em grande medida, a reterritorialização dos sujeitos no lugar e, muito embora, esteja, em princípio, vinculado a interesses exógenos ele se fundamenta e se consolida na aceitação do grupo e na legitimação de saberes tradicionais que, muitas vezes, estavam invisibilizados no traçado histórico da comunidade. É marcado por disputas e tensões, mas é também, um processo de construção onde a questão da assunção da identidade quilombola aparece como importante estratégia territorial (DINIZ; TUBALDINI, 2015).

As comunidades camponesas amazônicas constituíram-se em um cenário onde predomina a exclusão aos recursos do território, a precariedade, o uso de sistemas técnicos obsoletos, o isolamento geográfico, a subordinação ao mercado, o pouco acesso a políticas públicas, entre outros. Porém, os povos negros camponeses agregam ao panorama de desafios e dificuldades a questão da exclusão racial.

Como sugere Souza (2008), as lutas dos povos negros são marcadas também pela etnicidade e, muito embora, como no caso das neocomunidades, nem sempre a condição étnica seja evidente, ela está presente nos corpos e nas relações que estabelecem com seus pares.

A titulação do território quilombola representa uma conquista do ponto de vista territorial. O território quilombola agrega aspectos fundantes da identidade negra que foi

sendo tecida sob a égide da segregação, da exclusão racial, da invisibilidade compulsória. Foi/é abrigo para os povos negros, uma vez que o pertencimento a ele demarca a existência/resistência de inúmeras comunidades que tiveram que reconstruir e ressemantizar seus modos de vida para não desaparecer. Representa ainda a expressão de diversas territorialidades marcadas pelo uso comum.

As territorialidades negras ganharam especificidades no tempo e no espaço. Antes mesmo da titulação dos territórios quilombolas, já era possível encontrar uma diversidade de denominações para os povos negros: Terras de Santo, Terras de Preto, Comunidades Negras Rurais, Terras de Herança e Terras de Irmandade (ARRUTI, 2006; MALCHER, 2009; TERCEROS SIROTHEAU, 2012). São comunidades que têm no uso comum uma marca horizontal que as aproxima. Tem, ainda, uma tessitura simbólica, étnica, histórica e cultural que as acompanha. Prova cabal de que os territórios, ainda que espoliados, estavam e estão atravessados pela presença negra.

Para Cruz (2014) os territórios quilombolas expressam uma dinâmica que inclui o processo de construção, desconstrução e reconstrução de seus territórios em um movimento dialético, são territórios que ora se configuram como velhos territórios que apresentam novos sujeitos e novos problemas ou como novos territórios que inversamente contem velhos sujeitos e velhos problemas

Entre os problemas enfrentados pelos povos quilombolas, a partir das mudanças que favoreceram a titulação dos seus territórios, encontra-se o questionamento a legitimidade das modalidades de uso comum da terra, uma vez que a titulação das terras quilombolas produziu um expressivo reordenamento territorial no território nacional e, em especial, no amazônico. Parte dos problemas deriva da interpretação do direito constitucionalmente assegurado aos quilombolas.

A resistência dos setores conservadores expressa uma face da dinâmica territorial brasileira. Compreendê-la passa pela compreensão do que significa a ampliação do capital no Brasil e na Amazônia e de como a posse da terra, interpretada pela lógica do capital como mercadoria, representa um aspecto fundante para a consolidação de um processo de apropriação territorial excludente e materializa uma territorialidade comprometida com interesses exógenos ao lugar.

A titulação dos territórios quilombolas representa uma forma de resistência aos mecanismos de exclusão territorial impostos pela lógica do capital. Para os povos quilombolas camponeses da Amazônia a terra não é mercadoria, é vida e identidade.

## 2.2. A ameaça da posse sobre o uso em Araquembaua

Em 2000 um processo coletivo de titulação de terras quilombolas foi enviado ao ITERPA totalizando 26 pedidos de Titulação Coletiva de Remanescentes de Quilombos. Todas as localidades requerentes estão situadas no município de Baião, entre elas, Araquembaua.

O município sofria os impactos de ações estatais e políticas públicas, entre elas, a construção da UHE de Tucuruí, a criação de um polo madeireiro em Cametá e a instalação de um polo energético em Baião com base no desenvolvimento da cultura do dendê. Baião passava a integrar o território do dendê na Amazônia paraense.

A comunidade de Araquembaua dialogava com as mudanças e sofria seus rebatimentos, principalmente, nas dinâmicas territoriais. Porém, as transformações territoriais que acenaram alterações nos hábitos e práticas da comunidade só podem ser compreendidas dentro de um contexto maior e uma das chaves para o entendimento do processo se encontra no papel que o Estado veio assumindo ao longo do tempo na Amazônia.

Nas últimas décadas do século XX, a Amazônia paraense sofreu uma forte intervenção estatal que materializou ações pautadas em diversos paradigmas de desenvolvimento. Foram ações que incidiram diretamente sobre as populações camponesas provocando um reordenamento territorial significativo:

Tratam-se, de ações e políticas públicas que operam sobre um mesmo território com distintos paradigmas do desenvolvimento e que resultam em transformação das relações sociais e territoriais, poder-se-ia dizer, um processo de desterritorialização e de reterritorialização, assentado em mudanças sociais e ambientais (MAGALHAES, et al. 2012. p. 2).

O Estado brasileiro seguia uma orientação intervencionista relativamente comum na América Latina, na época marcada por ditaduras militares, pelo receio das burguesias em face da expansão do modelo socialista e, ao mesmo tempo, pelo estabelecimento de novos padrões do capital no mundo.

Na Amazônia, os desdobramentos das políticas intervencionistas se materializaram a partir de 1966, uma vez que, grandes obras de infraestrutura foram destinadas ao lugar com o intuito de favorecer a “ocupação efetiva” da região. Durante os governos militares ocorreu a intensificação do processo de exploração do território amazônico sob diversas frentes.

De acordo com Manyari (2007), o impacto das políticas estatais na região do Baixo Tocantins foi intenso. A autora recorda o processo de construção da Usina Hidrelétrica (UHE)

de Tucuruí (1974-1984) responsável por produzir mudanças na vazão do rio Tocantins que atingiram pelo menos quatro municípios: Baião, Mocajuba, Cametá e Igarapé-Miri.

Os referidos municípios reuniam grandes quantidades de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas, populações que viviam tradicionalmente da pesca artesanal, da atividade extrativista e da agricultura de subsistência. A construção da usina sinaliza uma profunda alteração no modo de vida, permitindo e estimulando o avanço das frentes agrícolas, das frentes madeireiras, a formação de novos núcleos urbanos e o surgimento de grandes problemas ambientais, conforme quadro 8.

**Quadro 8. Impactos socioambientais no Baixo Tocantins - UHE de Tucuruí**

Baixo Tocantins (antes da UHE)	Baixo Tocantins (depois da UHE)
Hidrossistema conservado	Hidrossistema alterado
Grande cobertura vegetal	Perda da cobertura vegetal
Atividade Extrativista	Avanço das madeireiras
Agricultura de Subsistência	Avanço das frentes agrícolas
Pesca artesanal	Redução do pescado/Pesca predatória
Grande presença de comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas	Formação de novos núcleos urbanos em função do reassentamento da população deslocada

Fonte: MANYARI, 2007. Organizado pela autora.

O Quadro 8 demonstra que não ocorreram mudanças apenas no aspecto ambiental a partir do represamento das águas do Tocantins, as populações que habitavam tradicionalmente ao redor do rio sofreram a falta do pescado, a ameaça sobre o uso da terra com o avanço das madeireiras e as frentes agrícolas, além disso, o discurso competente que se organizou em torno da UHE serviu ainda como atrativo da mão de obra local, provocando um esvaziamento dos lugares.

Foi o caso de Araquembaua. A construção da hidrelétrica impactou profundamente o território de Araquembaua. Havia, na época, uma expectativa que associava o empreendimento ao progresso, a chegada da energia elétrica, ao desenvolvimento de serviços e de uma infraestrutura mínima que representasse um pouco mais de qualidade de vida. Segundo o relato dos moradores:

Quando começaram a falar da hidrelétrica por essas bandas, agente se animou. Nós pensamos que ia ter energia em Baião, aqui. Agente tá bem na frente de Tucuruí! Mas nada disso aconteceu, só conseguimos luz elétrica em 2007 e por causa do Programa Luz para Todos. Nem em Baião tinha. Lá eles ligavam a luz só de noite,

mas de dia não tinha (Entrevistado 13. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

Quando agente foi informado que a UHE de Tucuruí ia ser construída foi uma festa. Pensamos em várias coisas: na energia que ia chegar, nas coisas que agente ia poder ver, assistir, sem ter que desligar o motor. Aqui agente se organizou com a ajuda do Dr. Bazílio pra comprar um motor e ligava ele toda noite pra assistir o jornal e a novela, mas quando não tinha dinheiro pra comprar o combustível ele ficava sem funcionar, aí agente pensou que tudo isso ia acabar e que dava até pra tentar conseguir um emprego na obra de Tucuruí, mas não chegou energia aqui, só muito tempo depois e no governo do PT. (Entrevistada 14. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

Bom, Tucuruí parecia um presente. Lá na sede as pessoas diziam que ia trazer desenvolvimento, modernidade, que agente ia sair da miséria e passar pelo menos pra pobreza. Muitos trabalhadores foram trabalhar na construção da usina, eles queriam uma oportunidade de assinar a carteira e conseguir um emprego fixo, mas ninguém ficou por muito tempo. A obra funcionava por partes e quando acabava uma parte os chefes demitiam os trabalhadores braçais. Mesmo assim, no início agente ficou alegre por que sonhava com a energia, mas não foi assim que aconteceu (Entrevistada 15. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

As narrativas demonstram que a instalação da UHE de Tucuruí trouxe expectativas positivas, mas elas não se cumpriram. A energia esperada pelos moradores como referência de modernidade e inclusão só foi conquistada em 2007. Muitos partiram de Araquembaua em direção a Tucuruí movidos pelo interesse em conseguir um trabalho com remuneração fixa, garantias trabalhistas, acesso a serviços urbanos, etc., todavia, a maioria não ficou por muito tempo empregado.

Os dados do campo também sinalizam para a negatividade dos impactos provocados pelo empreendimento, um dos mais graves tem relação com o desenvolvimento da atividade pesqueira. O represamento das águas provocou a redução do pescado, atividade que tradicionalmente mantinha a sobrevivência dos moradores. Sobre o assunto, os moradores relatam que:

Dezessete espécies de peixe desapareceram com a barragem, mas essa não foi a única causa. A utilização de técnicas predatórias de pesca por parte de pescadores de outras localidades vindos até de municípios vizinhos, também, impactados pela hidrelétrica, a presença de barcos de empresas de pesca com a autorização do município, tudo colaborou para a redução do pescado. Atualmente o número de peixes é tão pequeno que obriga os pescadores locais a usarem a flexa, uma técnica que exige que o pescador nade até o fundo do rio para conseguir pescar. A técnica é perigosa, não é incentivada pela associação, mas não foi abandonada pelos pescadores, não sendo raros os acidentes derivados dela. (Entrevistado 16. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.10.2015).

Tucuruí foi um desastre pra nós. A comunidade ficou tão feliz com a ideia de que ia chegar energia pra cá, mas só o que aconteceu foi que o nosso peixe sumiu. Agente teve que se associar ao Movimento dos Atingidos por Barragem de tanta coisa ruim

que veio. A energia mesmo só chegou mais de vinte depois (Entrevistado 17. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 15.07.2016).

A construção da UHE de Tucuruí, de acordo com o que afirmam os moradores, foi responsável por uma profunda alteração na dinâmica do trabalho, impactando o modo de vida do grupo que tinha como uma de suas mais importantes práticas de sobrevivência a pesca artesanal. Ao mesmo tempo, a existência da UHE no município vizinho não significou a obtenção da energia elétrica, principal expectativa do grupo.

Analisa-se, então, o caso das madeireiras. A extração e o processamento industrial de madeira representam para Amazônia um grande nicho de mercado e, muito embora, a retirada de madeira tropical tenha ocorrido por séculos na região sem provocar grandes impactos ambientais, nos últimos anos, principalmente a partir da década de 1970, o cenário também se transformou (IMAZON, 2010).

Conforme indica Veríssimo (2006), polos madeireiros se espalharam na Amazônia materializando um cenário de intenso desmatamento, de conflitos, violência no campo e de desterritorialização. Eles inauguram novas temporalidades imprimindo um ritmo diferente daquele conhecido pelas populações locais. Também expandem as fronteiras e invadem territórios tradicionalmente ocupados forçando a migração de camponeses, subordinando a terra e seus moradores e provocando rebatimentos que chegam até os dias de hoje.

Em 2010 o setor madeireiro empregava na região aproximadamente 400 mil trabalhadores (IMAZON, 2010). A intensificação da exploração madeireira na Amazônia pode ser compreendida a partir de algumas chaves:

Três fatores contribuíram para esse crescimento do setor madeireiro. Primeiro, a construção das estradas possibilitou o acesso a recursos florestais em florestas densas de terra firme ricas em madeiras de valor comercial. Segundo, o custo de aquisição dessa madeira era baixo, pois a extração era realizada sem restrição ambiental e fundiária. E finalmente, o esgotamento dos estoques madeireiros no Sul do Brasil, combinado com o crescimento econômico do País, criou uma grande demanda para a madeira Amazônica (VERÍSSIMO, 2006).

Segundo Veríssimo (2006), os polos foram se instalando em lugares que agregavam serviços, infra-estrutura mínima e mão de obra disponível, ou seja, de maneira geral, as empresas madeireiras se fixaram onde havia grande cobertura florestal, uma rede de transportes disponíveis para escoar a madeira e mão de obra barata. Havia uma diversidade de empresas do ramo que se dividiam em micro serrarias, serrarias, beneficiadoras, laminadoras ou faqueadoras e fábricas de painés. Em 2010 elas estavam espalhadas em pelo menos 31 municípios paraenses, totalizando 1.067 empresas e absorvendo 92.423 trabalhadores do setor madeireiro (ver quadro 9)

**Quadro 9.** Polos Madeireiros no Estado do Pará

<b>Pólo Madeireiro</b>	<b>Número de Empresas</b>	<b>Absorção de mão de obra</b>
Afuá	219	1.001
Belém	35	13.241
Breves	159	2.171
Calha Norte	7	2.643
Cametá	39	1.763
Moju	11	1.754
Portel	7	678
Porto de Moz	14	1.018
Dom Eliseu	14	3.057
Goianésia do Pará	21	2.963
Jacundá	27	3.687
Marabá	25	2.385
Nova Esperança do Piriá	3	-
Paragominas	42	3.693
Tailândia	28	1.594
Rondon do Pará	27	3.886
Tomé-Açu	36	9.147
Tucuruí	22	3.819
Ulianópolis	24	4.327
Castelo de Sonho	22	1.829
Itaituba	26	2.991
Novo Progresso	46	3.464
Santarém	31	1.159
Trairão	17	1.509
Altamira	31	2.270
Anapu	41	6.070
Breu Branco	12	1.581
Novo Repartimento	23	3.313
Uruará	25	2.843
Parauapebas	23	1.799
Santana do Araguaia	16	768
<b>Total: 31</b>	<b>1.067</b>	<b>92.423</b>

Fonte: IMAZON (2010). Organizado pela autora.

Os dados do Quadro 9 indicam o alcance e proporção que o setor madeireiro adquiriu na Amazônia no período que antecede o ano de 2010. O município de Afuá é o que tem o maior número de empresas registradas no período, porém, a mão de obra registrada oficialmente não é expressiva. A capital do Estado, Belém, aparece como a maior empregadora do setor, seguida pelos municípios de Tomé-Açu e Anapu.

De acordo com o IMAZON (2010), em 2009 o Pará aparece como responsável pela extração de 47% da matéria prima de um total de 14,2 milhões de metros cúbicos em tora nativa que foram retiradas de toda a Amazônia. 92.423 empregos diretos e indiretos foram

criados e a receita bruta da atividade ficou em torno de aproximadamente R\$ 2.177,061 milhões.

Dados mais recentes (IBGE, 2015) revelam que a exploração madeireira continua sendo muito significativa na Amazônia paraense. A extração da madeira em 2015 resultou na produção de 26.918 toneladas de carvão vegetal; 2.175.487 m<sup>3</sup> de lenha; 4.150.193 m<sup>3</sup> de madeira em tora. A comercialização dos produtos rendeu o equivalente a R\$1.089.103 milhões.

O polo madeireiro instalado em Cametá atraiu trabalhadores do município de Baião. De Araquembaua alguns trabalhadores migraram em direção a Cametá e, muito embora, as madeireiras não tenham definido o território de Araquembaua como alvo de suas estratégias diretas de atuação, elas chegaram até Igarapé Preto, comunidade vizinha provocando intensa alteração na organização espacial do referido território. De acordo com o entrevistado 18:

As madeireiras estão chegando. Não faz muito tempo recebi o convite de uma das empresas, no convite havia uma referência a participação dos moradores de Araquembaua na elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável, ou seja, eles propõem retirar nossas riquezas e, ao mesmo tempo, fazer agente acreditar que está ganhando. Mas a experiência em Igarapé Preto foi muito ruim, pois lá por conta da venda da terra e dos acordos feitos por alguns moradores, atualmente as madeireiras impedem o acesso ao igarapé que fica dentro da comunidade e onde o povo pesca, proibem as pessoas de passar por dentro do terreno que eles demarcaram. Só coisa ruim (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 15.07.2016).

Na fala do morador é possível identificar o quanto a experiência negativa vivida pela comunidade vizinha assustava os moradores de Araquembaua. Eles pareciam dimensionar a extensão dos impactos produzidos pela presença das madeireiras nas áreas rurais de Baião, percebiam que estavam sendo ameaçados por um empreendimento exógeno ao território capaz de alterar profundamente o seu modo de vida.

Conforme sugere Mesquita (2011), a reprodução ampliada do capital vem se expressando através de novas configurações, onde predomina a adoção de uma lógica perversa e agressiva, amparada, no entanto, por subsídios governamentais e pelo apoio do mercado externo, gerando um território fragmentado aonde os interesses do grande capital vem se impondo, não raro, de forma ilegítima e, ao mesmo tempo, encontrando novas estratégias de encantamento e subordinação das populações tradicionais que habitam a Amazônia.

Durante a Ditadura Militar (1964-1985) as expectativas que surgem em torno da região amazônica trazem a perspectiva de aumentar a produção e a produtividade dos empreendimentos amazônicos e vem acompanhada por uma rede de interesses e de atores que

historicamente são os detentores das terras, dos meios de produção e do poder político local, associados aos interesses nacionais e internacionais. Encontra-se neste cenário, clientelismo, concessão de favores, paternalismo, compadrios, tutela, governos corruptos e ineficazes (idem, ibidem).

A partir da década de 1970 a Amazônia configura-se como fronteira de *commodities*. Grandes empresas estatais, privadas e internacionais se instalam na região para atender as demandas do mercado global. Pecuária, grãos, minérios passam a ser explorados por megaenclaves extrativos como a Vale, a Albrás, Alcoa, entre outras, sinalizando o papel que o mercado vai assumir na regulação da economia local.

O Estado intervencionista saiu de cena na década de 1980 e em seu lugar assumiu o mercado, representando os interesses do grande capital. Becker (2010) afirma que, a partir de então, a exploração dos recursos naturais e públicos que sempre constituíram a base da sobrevivência das populações tradicionais amazônicas se intensificou, processo amparado ora pelo Estado, ora a serviço dos grandes empreendimentos globais.

No início do século XXI o Estado age no sentido de dar legitimidade a expropriação do território amazônico, visto que, as ações estatais não são poucas, nem insignificantes. Um bom exemplo foi a volta do financiamento ofertado pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), pelo BB (Banco do Brasil) e BASA (Banco da Amazônia) aos empreendedores. A oferta de longo prazo para pagamento e os juros baratos aqueceram o panorama do agronegócio na Amazônia.

Almeida (2011) afirma que os custos sociais e ambientais das ações empreendidas pelo Estado tem sido inúmeros, uma vez que recursos públicos estão sendo direcionados para outros setores, que territórios ocupados tradicionalmente têm sido invadidos e desrespeitados, que a grilagem de terras se tornou uma prática aliciada pelo poder público, que os povos camponeses têm sido obrigados a abandonar suas terras diante da gigante reconfiguração promovida pelas forças do capital amparadas pelo Estado.

O discurso defendido pela bancada ruralista, por exemplo, apontando as questões socioambientais como responsáveis por obstaculizar a ampliação da capacidade produtiva dos imóveis rurais, reflete o empenho das elites do país para desqualificar as conquistas territoriais das populações assentadas tradicionalmente no Brasil e na Amazônia e expressa a pressão dos latifundiários e dos empreendedores rurais sobre o estoque de terras públicas e de territórios protegidos por força da lei.

O debate em torno da possibilidade de transformar o Código Florestal Brasileiro que protege a vegetação e as terras ocupadas tradicionalmente em um Código Ambiental,

flexibilizando algumas das regras presentes no documento anterior, dá mostras do esforço que o setor ruralista tem empreendido para construir um código de gestão de terras mais suscetível aos interesses do agronegócio. São afetadas por essa proposta as terras indígenas, os territórios quilombolas, as áreas de extrativismo das quebradeiras de coco babaçu, seringueiros e castanheiros, os faxinais, os fundos de pasto, enfim uma diversidade de terras e territórios estão na mira do grande capital.

As disputas, portanto, sobre e no território são intensas. Ocorrem em todo o Brasil, porém, na Amazônia ganham uma dimensão ainda mais densa. O confronto de interesses perpassa por questões que agregam problemas históricos como a concentração fundiária, a apropriação indevida do território, a segurança alimentar, a destruição da biodiversidade, a intensificação do desmatamento e a presença, ainda que indesejável para os setores políticos e econômicos, de povos e comunidades tradicionais.

Segundo Nahum e Bastos dos Santos (2014):

A reprodução do capital no espaço agrário amazônico, por meio do monopólio do uso da terra, é voraz e demanda grandes áreas. Isso porque, a ampliação e apropriação da renda da terra pelo capital, ainda que auxiliada pela revolução técnica-científica-informacional balizadora de uma agricultura de precisão genética e edafoclimática, é incapaz de subverter o ritmo e movimento da vida, da natureza. O tempo natural flui entre o semear, o germinar e o colher; movimenta-se entre a coleta de sêmen, a inseminação, a gravidez, a gestação e o nascimento. E como para o capital tempo é dinheiro, busca-se apropriar de terra útil e utilizável até que dela não precise mais. Portanto, é instrumental a relação que, em seu processo de reprodução, o capital estabelece com a terra, ela é tão somente um meio de produção e força produtiva, valor de troca (p. 2).

Configura-se na Amazônia a formação de um espaço agrário marcado pela expropriação dos povos tradicionais que nela habitam em função da presença de territorialidades excludentes. A precariedade da vida no campo, os altos índices de violência e conflitos em torno do uso da terra, os desafios cotidianos para garantir o acesso a saúde, educação, saneamento, etc. são sintomas que denunciam a existência de um quadro marcado por contradições.

Os dados do trabalho de campo indicam que Araquembaua dialogava intensamente com as mudanças provocadas no município de Baião pelos grandes projetos e pela condução das políticas públicas. Perguntei aos moradores o que fizeram para enfrentar os problemas advindos da redução do pescado e do esvaziamento da mão de obra local que foi atraída para a construção da UHE ou para as madeireiras. Eles responderam:

A pesca ficou tão escassa que por um tempo quase acabou. Eu só pescava pra comer e mal. Vender não dava, não sobrava. Aí passei a criar mais galinhas e porcos. Como os mais jovens saíram da comunidade atrás de emprego eu deixei de ir pro centro,

ficou longe demais e eu não tive mais forças, mas não deixei de plantar, só que passei a plantar aqui atrás de casa, no meu terreiro mesmo (Entrevistado 19. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 18.07.2016).

A vida ficou muito difícil. Agente montou aqui uma venda pra ver se tinha outra opção de renda, não tinha muita expectativa de crescer, mas como ficou difícil pra todo mundo até que agente conseguiu levar. Mas algumas coisas que nós plantávamos, passamos a comprar. Agente ia pra sede comprar comida, coisa que quase não acontecia antes da usina. A caça também desapareceu praticamente por que as comunidades foram derrubando a mata pra vender a madeira (Entrevistado 20. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 18.07.2016).

Eu saí da comunidade, fui estudar na cidade pra ver se tinha algum futuro. Aqui não tinha futuro nenhum, agente só perdia, parece que o tempo tava parado pra nós. Antes tinha a comida e depois nem isso. Mas na cidade as coisas também não foram fáceis, aí resolvi voltar. O jeito foi usar o terreno de casa pra plantar e criar galinha, pato, porco, o que desse (Entrevistada 21. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 19.07.2016).

As informações cedidas pelos moradores revelam que os impactos dos grandes projetos produziram novos usos do território e sinalizaram a ressemantização de algumas atividades tradicionais. A pesca artesanal não desapareceu totalmente, mas a redução do pescado inibiu a atividade, a agricultura nos centros (roça) foi praticamente abandonada, sobrevivendo apenas a dos quintais para subsistência, aos poucos uma pequena rede de comércio e serviços foi incorporada a dinâmica local.

Também sinalizam que a articulação dos moradores para permanecer no território e garantir a vida representa uma ruptura no modelo globalizante hegemônico que aos poucos tentava se impor. Este tipo de resposta não constitui uma forma isolada de enfrentamento, de acordo com Cruz (2014) as populações camponesas amazônicas, diante do quadro de transformações na dinâmica política dos conflitos sociais do mundo rural na América Latina, têm materializado um protagonismo que denuncia a ressemantização das lutas por terras e territórios. São novas arenas políticas que trazem forças sociais de resistência a reprodução do capital no campo e que indicam um movimento contrário ao esperado pelas elites hegemônicas.

Os velhos personagens do campo tais como quilombolas, ribeirinhos, indígenas, extrativistas, pequenos agricultores, etc. se unem em prol da possibilidade de construção de um ideal de justiça e cidadania e apresentam novas demandas. A capacidade organizativa dos grupos demonstra que as relações sociais estão prenhes de um empoderamento maior do que aquele que se apresenta verticalizado e imposto através dos instrumentos jurídicos e punitivos.

Cruz (2014) afirma que os movimentos sociais na Amazônia crescem e recuperam a noção de comunidade. Um processo de construção de identidades coletivas começa a ser

gestado. Busca-se a politização das culturas, a revalorização das memórias, o reconhecimento das diferenças étnicas, culturais, religiosas. Lutas por autonomia política, econômica, por soberania alimentar, entre outras, invadem as pautas dos movimentos. E eles seguem em frente construindo uma agenda de lutas que expressa a existência/resistência de antigas/novas territorialidades na Amazônia.

O cenário indica como sugere Sack (1986) que as pessoas territorializam lugares e intenções e definem novos usos do espaço produzindo o espaço à medida que interagem, que se relacionam. E assim tem sido a luta dos camponeses amazônicos: sobreviver, produzir e manter o espaço da vida. Manter os meios de subsistência. Preservar as formas de trabalho e o ritmo da produção. Permanecer na terra.

As narrativas dos moradores demonstraram que a comunidade de Araquembaua sofreu duros golpes com a instalação dos grandes projetos, mas não foram os únicos. No final da década de 1980 algumas pessoas portando documentos de origem duvidosa passaram a reclamar a posse da terra. Sobre o assunto, o entrevistado 22 comenta:

Chegou um pessoal aqui dizendo que tinha documento provando que uma parte da terra era deles. Mas compraram de quem? E quando? Nós moramos aqui há muitas gerações, são poucos os moradores que tem algum documento que comprove até o uso da terra, têm alguns na Primeira Rua que tinham uma espécie de cadastro junto à prefeitura, no máximo. Mas também teve morador que vendeu uma parte da terra, principalmente daquelas que ficam mais perto da Rodovia Transcmetá. Não sei como venderam nem quanto ganharam, só sei que de repente tinha umas pessoas querendo as nossas terras (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 19.07.2016).

A fala do morador indica uma nova preocupação relativa a seguridade territorial. Segundo ele, pessoas estranhas ao lugar reivindicavam a posse da terra, amparadas em documentos que não pareciam ter validade, mas o fato de estarem reclamando a terra sinalizava a vulnerabilidade dos moradores assentados tradicionalmente, surgia a compreensão de que a ameaça sobre o uso da terra se configurava a partir de diversas frentes. Perguntei ao grupo de que forma eles se organizaram para reagir aos assédios dos sujeitos que disputavam o território:

Nós começamos a conversar com as outras comunidades, a Igreja ajudou muito. Promoveu encontros entre nós e ajudou as lideranças a organizar melhor as associações. Nós já éramos associados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Baião (STR), fazíamos parte da Colônia de Pescadores de Baião (Z-34) e já tínhamos a nossa própria associação de pescadores. O exemplo do Igarapé Preto serviu pra gente ver que se fôssemos vendendo aos pouquinhos a terra, daqui a pouco não teríamos mais onde plantar, caçar, criar e viver e ia ter gente expulsando o povo que nem fizeram lá (Entrevistado 23. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 20.07.2016).

Agente ficou preocupado com o que aconteceu em Igarapé Preto e no Anilzinho. Teve gente morta, mulher estuprada, briga, as pessoas que moravam na terra perderam o direito de andar nela, de usar o rio. Agente aqui já percebia que um dia ia chegar aqui por essas bandas tudo isso, então nós começamos a conscientizar o povo que tínhamos que nos unir, não vender nada, lutar pra melhorar as coisas, ir lá à prefeitura pedir ajuda, afinal na época das eleições eles sabiam atravessar o rio pra pedir voto (Entrevistado 24. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 20.07.2016).

Ah, minha irmã. Teve uma família que veio visitar Araquembaua que gostou tanto do lugar que resolveu ficar. Eles compraram uma terra, fizeram uma casinha e moram aqui até hoje. Mas não tinha problema com eles, o problema era com gente endinheirada que queria comprar ou ficar aqui na marra, inventando que tinha documento. Agente não aceitou não. Eles marcaram um pedaço de terra, nós fomos lá e desmarcamos, aí eles desistiram, mas infelizmente teve gente que vendeu a terra que morava (Entrevistada 25. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 21.07.2016).

Os depoimentos expõem as preocupações dos moradores relativas ao uso do território, ao mesmo tempo, sinalizam a articulação comunitária e o papel da igreja no fortalecimento do processo de resistência ao avanço das ameaças sobre o território. As respostas dadas à intensificação das ameaças territoriais dão mostras de que o grupo foi se articulando para garantir a resistência e o enfrentamento.

Segundo Diniz e Tubaldini (2015), enquanto que o grande projeto e a política pública exercem a força das multiterritorialidades, as populações que habitam tradicionalmente o território amazônico têm sido obrigadas a abandonar seus territórios ou a redimensioná-los a serviço de elementos exógenos que chegam ao território.

A ameaça da posse sobre o uso em Araquembaua produzia um presente incerto e projetava um futuro improvável. O conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que se expressava evocava a assunção de uma resposta mais contundente. A adesão ao processo coletivo de titulação de territórios quilombolas enviado no ano 2000 ao Iterpa sinaliza a perspectiva adotada pelo grupo como forma de resistência. De acordo com Diniz e Tubaldini (2015), a titulação quilombola serve de freio a ameaça da posse sobre o uso e nesse sentido, se configura em uma importante estratégia territorial.

### **2.3 O território enquanto possibilidade para realização: condições territoriais, técnicas e políticas**

Parte-se do pressuposto que o território traz em si os elementos que explicam as transformações por quais passa e que as condições materiais de produção e reprodução da vida, o processo de desenvolvimento do trabalho, a relação com a terra enquanto meio de

produção e força produtiva, a chegada de comandos exógenos ao lugar, a metamorfose das dinâmicas territoriais e a ressignificação gradativa das práticas cotidianas expressaram as condições territoriais, técnicas e políticas que favoreceram e impulsionaram a titulação do território quilombola em Araquembaua.

A comunidade de Araquembaua demarcou seu território a partir de práticas ancestrais. Consolidou sua identidade desenvolvendo laços de solidariedade e fortalecendo suas lutas de forma coletiva e dialógica. A relação com o grupo é orgânica. Cada morador representa uma parte da história do território. Cada família, cada lote de terra, cada árvore plantada, cada caminho construído, tudo sinaliza a existência de um território marcado por seus usos, por seus costumes e tradições. Sobre o assunto os moradores relataram:

Quando eu falo em Araquembaua me lembro do cheiro da terra, da pescaria, do convidado, da companhia, dos mutirões pra construir as casas, da festa da Santíssima Trindade, das conversas em baixo da mangueira, das brincadeiras no trapiche, todo mundo se ajudava na saúde e na doença. É isso que eu lembro. Tudo o que eu falei é Araquembaua (Entrevistado 26. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 21.07.2016).

A nossa história tem relação com os homens acordando de madrugada pra pescar, era uma pesca artesanal. Agente também fazia junto o trabalho da roça, agente plantava mandioca, arroz, milho, melancia, jerimum, maxixe, quiabo, couve, tomate, fazia tudo junto. As mulheres cozinhavam pra nós e os homens iam preparar a terra geralmente cantando, era muito bonito. A roça era feita em braças. Eu também lembro da coleta da borracha, nós íamos pra ilha do rio Bacuri, lá preparávamos o bolão e vendíamos no comércio pra comprar as despesas, agente se mudava pra lá na época e só voltava pra festa da Santíssima, quase não ficava ninguém aqui. Os moradores mais antigos eram o Mamede Lopes, o Manoel Lopes, O Gumercindo Dias e a dona Antonieta, o Augusto Chaves e a Cota Chaves, O velho Ventura, o Nilo Gomes e a Paula, eles foram os primeiros moradores da Primeira Rua, lutaram muito pra ficar. Na década de 1940 o seu Virgílio Vieira e a Raimunda Vieira vieram de Mocajuba morar pra cá, eles compraram uma terra do seu Benigno Baia, e ficaram aqui. A igreja católica era de taipa, depois o seu Bazílio Rodrigues construiu de alvenaria. Também lembro das benzedeadas, a tia Felipa, a dona Arita, a tia Coló, a Tia Tonton, só a tia Tonton tá viva, mas tá bem velhinha. Elas cuidavam das pessoas quando adoeciam, das crianças, ensinavam o que era certo, a espantar mal olhado, toda noite agente se reunia pra ouvir a história delas, dos homens mais velhos (Entrevistado 27. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 22.07.2016).

As falas dos moradores rememoram um tempo em que a solidariedade e a reciprocidade animavam o ritmo do trabalho e acompanhavam o cotidiano do território. Os objetos foram sendo construídos com o esforço coletivo, as dificuldades e os desafios eram enfrentados a partir da ajuda mútua.

Porém, conforme exposto anteriormente, as dinâmicas territoriais amparadas nas práticas do trabalho e nas relações sociais vinham sendo afetadas diretamente pela presença de comandos exógenos ao território. Entre eles destaca-se a presença de grandes projetos

como a construção da UHE de Tucuruí que provocou a diminuição do pescado e ao mesmo tempo evocou o esvaziamento do lugar através da atratividade sobre a mão de obra local empreendida por um discurso competente (MANYARI, 2007). De acordo com o entrevistado 28:

A construção da hidrelétrica alterou muito o ritmo do trabalho dos homens daqui. Os peixes desapareceram, a água não aumentou mais. Eu vim da Varginha pra cá, casei com uma mulher daqui, meu principal meio de vida era a lavoura da mandioca, do arroz, do milho, depois veio a pimenta do reino. Mas eu pescava também, só pra comer. Quando construíram a usina o peixe diminuiu tanto que muita gente foi embora e eu fui estudar, formei em magistério, virei professor e depois montei um comércio. Dei um jeito de continuar sobrevivendo. (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 22.07.2016).

Os impactos da UHE de Tucuruí, conforme indica o morador, obrigaram a comunidade a criar estratégias diferentes para garantir a permanência no território. Alguns migraram em busca de trabalho, mas os que ficaram fortaleceram outras atividades laborais ou estudaram pra conquistar um emprego público.

Ocorreu, ainda, a instalação de um polo madeireiro em Cametá que, além de captar mão de obra, agiu em localidades próximas no sentido de garantir a apropriação de terras com o apoio do poder público (IAP, 2003; AMAZON, 2010). A existência de pessoas portando documentos questionáveis, reclamando a posse da terra e delimitando áreas tradicionalmente ocupadas, também materializou a sensação de insegurança territorial. O entrevistado 29 rememora a situação:

O Benigno Baia e o Zé Fernandes diziam que eram os donos de muitas terras aqui. O Benigno Baia até vendeu um lote na Primeira Rua pro seu Virgílio e pra mulher dele, mas quando agente perguntava como ele era o dono, quando tinha comprado, de quem tinha comprado, ele dizia que tinha documento da prefeitura, mas nunca mostrou. Ele e o Zé Fernandes mandaram até colocar uma cerca nas terras que eram deles, mas nós tiramos a cerca. Eles nunca mostraram nenhum documento real. O seu Zé Fernandes era um português, ele morava na Ilha do Boi, tinha mais de 100 cabeças de gado, mas a ilha enchia de vez em quando e teve uma vez que ela encheu tanto que o gado dele morreu, deve ter sido castigo. Eles diziam que eram donos de terra desde a Baixinha e criavam muita confusão com os moradores das comunidades daqui, teve gente que desistiu de plantar e foi embora (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.07.2016).

O morador expressa em sua narrativa um quadro de insegura territorial que vinha se aprofundando em função do surgimento de estranhos reivindicando a posse da terra. Ele denuncia os conflitos que surgiram em torno da situação e mostra que ocorreram não apenas em Araquembaua, pois as comunidades vizinhas também sofriam a mesma ameaça territorial.

Somam-se a todos os condicionantes as evidências históricas, antropológicas e geográficas que indicam ser o Baixo Amazonas uma região tradicionalmente ocupada por

remanescentes de quilombos. De acordo com Pinto (2015), a presença negra de forma ancestral no território do Baixo Tocantins é inquestionável, ainda que esteja invisibilizada.

Os mais velhos da comunidade sinalizam a existência de uma memória relativa a existência de tribos indígenas no território. A entrevistada 30 confirma a versão da presença indígena na área no momento de sua origem, mas aponta a presença negra, também, como elemento fundante:

Meu bisavô era descendente de escravos, seu nome era Boaventura, mas as pessoas daqui o chamavam de Velho Ventura. Ele faleceu com 112 anos e sempre contava a história de sua chegada aos mais jovens. Ele conta que veio de Minas Gerais ainda criança, depois foi pra Marabá, Mocajuba e Igarapé Preto, até chegar a Araquembaua. Segundo ele, naquela época quase não tinha ninguém na comunidade, mas mesmo assim, dava pra morar perto do rio, o terreno era alto e de difícil acesso, mas tinha um problema com os índios que moravam aqui perto. Eles não queriam estranhos e toda vez que sabiam que tinha alguém tentado ocupar anunciavam uma guerra, vinham cantando e gritando, aí o povo corria pros casquinhos e ia pro meio do rio. De lá, eles viam as flechas que os índios jogavam. Tinham medo, mas acabam voltando por que, com tudo, era mais seguro morar aqui do que em outro lugar, onde podiam voltar a serem escravos. Depois de um tempo os índios foram desaparecendo e quem ficou foi meu bisavô e sua mulher (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 25.07.2016).

O relato da moradora corrobora a versão apresentada por outros moradores antigos acerca das dificuldades enfrentadas pela comunidade em seu processo de formação, mas ao mesmo tempo alarga a análise, uma vez que, inclui a presença do elemento negro no processo de formação da comunidade.

De acordo com Pinto (2015), o Baixo Tocantins foi palco de um extenso processo de ocupação e formação de quilombos ou mocambos. O quilombo do Mola, localizado em Cameté, município vizinho de Baião, foi um importante foco de resistência negra e dele derivaram vários quilombos menores. Fato semelhante ocorreu no município de Mocajuba, lugar citado na narrativa da moradora de Araquembaua como um dos pontos da trajetória migrante de seu bisavô. Em Mocajuba surgiu o quilombo do Paxibal, quilombo que deu origem a diversos mini quilombos que se constituíram em Baião, inclusive o de Igarapé Preto, que também serviu de moradia ao senhor Boaventura.

No ano de 1999 a comunidade recebeu a visita de um representante da ARQMO, o Daniel. O jovem era uma liderança importante no Movimento Negro do Estado, uma vez que, seu território, o município de Oriximiná, vinha sendo contemplado com conquistas territoriais importantes. Oriximiná foi o primeiro dos municípios paraenses onde ocorrem titulações quilombolas. Ele não estava sozinho, vinha acompanhado do CEDENPA e de intelectuais da UFPA. O objetivo era conscientizar os moradores de Araquembaua de que havia uma forma

de defender o território das constantes e crescentes ameaças territoriais. Nesse sentido, os moradores relataram:

O Daniel veio com um pessoal lá do Igarapé Preto. Ele pediu pra falar com os moradores e disse que ficou sabendo do que agente vinha passando aqui. Então ele apresentou o pessoal do CEDENPA e as doutoras e eles foram explicando que Araquembaua, o Umarizal, a Pampelônia, a Baixinha, o Igarapé Preto, enfim, tudo era quilombo. Aí ele falou que nós devíamos nos unir e montar uma associação de quilombolas pra pedir a titulação das terras (Entrevistado 31. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 26.07.2016).

Agente tava passando por muitos problemas aqui tipo tinha madeireira querendo comprar terra, tinha fazendeiro dizendo que era dono de terra aqui no Araquembaua, tinha o problema do peixe que sumiu e muita gente tava sem conseguir trabalhar, era muita coisa ruim acontecendo de uma vez só. Mas em algumas comunidades vizinhas tava pior, era o caso do Igarapé Preto. Aí eles pediram pro movimento negro vir aqui, falar com eles. Agente sempre chamou o pessoal de Igarapé Preto de povo negro, lá e no Umarizal tinha muito negro, mas quando eles vieram aqui eu estranhei um pouco. Eles falaram que agente também era descendente de negro e que aqui já tinha sido quilombo, mas eu só sabia que aqui tinha sido terra de índio. Bom, eles mostraram um trabalho que estavam fazendo e que provava que as terras de Baião quase todas já foram quilombos e falaram da lei que tinha mudado e que agente ia poder garantir a terra, ter documento de posse, só que ia ser de todo mundo, coletivo, mas que ninguém mais ia precisar sair (Entrevistado 32. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 26.07.2016).

Eu não concordei com o que aconteceu. Um povo de fora chegou aqui falando que agente é quilombola, que descende de escravo, mas eu cresci e me criei ouvindo falar que agente descende de índio e de português. Eu sou branco, minha família é branca e não acho que agente tem alguma relação com os negros. Mas as pessoas falaram que agente ia poder ter a terra de vez, que bastava concordar em criar uma associação e se unir pra pedir a titulação do território. Pra falar a verdade eu fiquei muito desconfiado de tudo isso, mas se era o jeito podia até ser que o governo realmente fizesse umas melhorias por aqui. Até hoje eu não vejo muita coisa não, mas pelo menos os jovens estão entrando nas universidades (Entrevistado 33. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 27.07.2016).

A presença do Daniel no território de Araquembaua sinalizava o diálogo que ocorria entre as comunidades camponesas do Baixo Tocantins e o movimento negro. As narrativas indicam que os moradores compreendiam o processo de ameaça territorial e se articularam com o apoio de atores exógenos ao território, para garantir a seguridade territorial.

A experiência exitosa de Oriximiná estimulou a organização de outras comunidades rurais que, amparadas pela norma constitucional e pela ocupação ancestral da terra enxergaram o êxito como exemplo e passaram a cobrar seus direitos territoriais. O resultado do processo fez com que o Pará se tornasse o pioneiro na titulação de terras quilombolas e apresentasse o maior desempenho entre os estados brasileiros (TRECCANI, 2006).

O estado do Pará contava com o apoio de entidades envolvidas na luta pela garantia dos direitos territoriais das comunidades quilombolas, entre elas, destaca-se o NAEA/UFPA (Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará), responsável pela

organização e sistematização de várias pesquisas sobre a questão territorial quilombola, o Programa Raízes que oferecia apoio aos processos de titulação, aos projetos de valorização da cultura e da educação quilombola, entre outros e, também, contava com a colaboração do ITERPA, órgão encarregado da abertura, processamento e conclusão dos processos administrativos de legitimação das Terras de Quilombos (MARQUES, MALCHER, 2009).

É preciso destacar os esforços do movimento negro urbano que, no Pará, principalmente representado pelo CEDENPA (Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará), militou de forma contundente na direção das conquistas territoriais e políticas dos povos negros rurais, tendo uma atuação relevante no processo de titulação de todas as comunidades quilombolas de Baião.

De acordo com Marin e Castro (1999) o mapeamento das regiões onde provavelmente houve ocorrência de mocambos e quilombos foi um passo decisivo para a consolidação da conquista efetiva da terra dando visibilidade a presença negra historicamente demarcada no território, rememorou, ainda, o fato de que o direito social garantido aos afrodescendentes através da regularização da posse da terra, não contempla somente as terras de quilombo originadas durante o processo de escravidão ou após a abolição. Esse direito se estende a todas as comunidades camponesas ocupadas tradicionalmente por afrodescendentes.

O cenário marcado por mobilizações, lutas e diligências políticas compõe o processo de organização em torno da titulação quilombola na comunidade de Araquembaua. Não ocorre isoladamente, mas somado aos fatores técnicos e territoriais, expressa a imanência da titulação.

Em 2000, Araquembaua juntamente com outras 25 comunidades enviou um documento ao ITERPA solicitando a titulação do território quilombola. Os entrevistados 34 e 35 rememoram:

Agente primeiro se associou a ARQIB e aí começaram a acontecer várias reuniões, alguns moradores foram contra e não quiseram fazer parte da associação, mas a maioria concordou. Nós tiramos uma carteirinha e escolhemos o nosso representante. Era assim que funcionava, cada comunidade tinha que mandar uma pessoa representando os interesses da comunidade. Agente escolhia em assembléia, escolhe até hoje assim. Não podia ser o mesmo representante da nossa associação de pescadores e de moradores, tinha que ser alguém só pra tratar desses assuntos. Aí depois começou a vir um monte de gente pra cá pra fazer laudo, conversar com os moradores, delimitar as terras. Bom, acho que no final a nossa terra diminui por que teve gente lá pra cima que não quis participar, mas já tava diminuindo mesmo por que o povo tava vendendo (Entrevistado 34. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 27.07.2016).

Tinha gente dizendo que isso não ia dar em nada, mas eu acreditei que sim. A igreja sempre deu muita força pra nossas lutas e nós temos que lutar mesmo pela nossa vida e pela nossa dignidade. Quando nós mandamos o pedido de titulação, muita

gente questionou, dizia que se agente não era negro não podia dizer que a terra era de quilombo, mas a professora que veio aqui, disse que nem todo quilombo é só de gente preta, que quilombo é todo lugar de resistência, de luta, e que no Pará teve quilombo formado por negro, branco e índio, deve ter sido o caso de Araquembaua. Ficou todo mundo ansioso esperando o resultado, e quando a titulação foi aprovada, fizemos a maior festa (Entrevistado 35. Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 28.07.2016)

A percepção apontada pelo entrevistado 34 de que o território titulado não corresponde a terra usada ancestralmente pelos moradores demonstra que, muito embora, a titulação da terra não tenha sido uma proposta originalmente gestada no território, os moradores se apropriaram do processo e acompanharam detalhadamente o que estava ocorrendo, todavia, compreendiam que a redução do território usado já estava acontecendo na prática a partir de decisões individuais tomadas por alguns moradores, como era o caso da venda de lotes de terra.

A igreja católica é apontada na fala do morador como um importante agente nas conquistas territoriais de Araquembaua, ela esteve em momentos decisivos ao lado dos moradores fortalecendo a luta por terra e território. De forma semelhante, o papel do movimento negro e dos intelectuais parece ter sido fundamental para a efetivação do direito territorial através da titulação.

A articulação territorial conduzida pelo grupo também dialogou com as redes que se conectaram ao território. As redes ganharam penetração e a conectividade se estabeleceu de forma veloz. A presença de um novo sistema de transportes expressa, em parte, esse fenômeno. O entrevistado 36 comenta:

Era muito difícil chegar a Araquembaua. Quando agente ia pra Belém era de casquinho e demorava três semanas viajando, nós parávamos pra dormir e comer, mas a viagem tinha que prosseguir. Então, quando uma pessoa saía daqui dificilmente voltava logo, tudo era muito longe, até ir pra sede era difícil, se adoecesse e precisasse de atendimento urgente acaba morrendo no caminho por que não tinha como chegar. Com o tempo vieram outros barcos com motor e facilitou um pouco, mas mesmo assim nós passávamos muitas horas viajando, umas 14 horas. Agora as coisas mudaram muito. Com a PA 151 já dá pra vir de Belém até a sede de ônibus e depois que construíram a balsa agente vem de balsa até aqui em Araquembaua ou pega o barco do Diego. É rápido, uma hora mais ou menos agente chega aqui (Trabalho de Campo. Entrevista realizada no dia 28.07.2016)

O morador comenta que, no passado, chegar a Araquembaua demandava o emprego de horas a fio dentro de um casquinho ou um barco e mostra o grau de dificuldade que os moradores enfrentavam para resolver problemas relativos à necessidade de deslocamento. A abertura de rodovias e o acesso a novas tecnologias de transporte mudaram o quadro.

A diferença das horas gastas na viagem sinaliza uma mudança bastante significativa. Agora existem estradas onde antes era só mata fechada. A pequena localidade, que antes só

podia dispor como transporte de barquinhos e bicicletas, já partilha o problema da poluição sonora e ambiental por conta da invasão pela PA 151 das motos e carros, da presença de uma balsa que transporta veículos de maior porte da sede do município até a Varginha, comunidade vizinha de Araquembaua, da existência de um ramal que se liga a Transcmetá o que deu ao lugar um posicionamento estratégico no circuito de bens e serviços do município. Sobre o assunto os moradores comentaram:

Dizer que a estrada e a balsa não foram boas pra gente é exagero, elas facilitaram muito a nossa vida. Tinha parente que agente não via há muito tempo por que era difícil de voltar pra cá, o transporte era muito difícil. Mas também veio problema com a modernidade. Passa muita gente por aqui por que dá pra ir pra rodovia Transcmetá daqui, ali por aquele ramal do lado da torre. Agora tem um bocado de moto por aqui e agente tem que ter cuidado, já teve acidente, já chega droga, malandro e agora as casas tem que dormir bem trancadas por que já tem roubo (Entrevistado 01. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015)

Olha eu gostei da modernidade. Você já viu a minha casa como tá? Eu nunca ia conseguir colocar lajota, comprar os móveis, arrumar do jeito que eu quero se não tivesse a loja de construção e a loja só existe por que agora tem balsa, não dava pra vir material antes. Se você der uma olhada o povo de Araquembaua agora vai à cidade, viaja, os jovens estudam foram, fazem faculdade em Tucuruí e voltam no fim de semana, as coisas melhoraram. Mas, tudo tem o lado ruim né? Era muito tranquilo antes, agora isso mudou um pouco (Entrevistado 02. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

Eu sei que a balsa só veio pra cá porque as madeiras e as empresas acham mais perto levar o produto daqui pra Cameté e por que a prefeitura quer a nossa piçarra, é mais fácil levar pela balsa. E empresa da balsa ganha também por que ela cobra pra atravessar os carros e as motos, só as pessoas é que não pagam. Quem tinha embarcação pequena perdeu um pouco, por que tem gente que vai pra lá pro porto da balsa pra não gastar, mas mesmo assim foi bom, agente vivia muito isolado aqui, só que agora tem barulho, tem moto toda hora, carro andando na comunidade e roubo minha irmã, agente não pode mais bobear (Entrevistado 03. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

As entrevistas revelam que a penetração dos novos objetos no território causa mudanças nas dinâmicas sociais. A denúncia relativa ao adensamento de casos de roubos na comunidade, da intensificação do trânsito, do acontecimento de acidentes, da circulação de drogas e de pessoas suspeitas, revela que a comunidade analisa as transformações pela quais vem passando de forma crítica.

A narrativa da entrevistada 39 expressa a compreensão de que o equipamento só chegou até Araquembaua porque outros interesses estavam em jogo e que a preocupação com a comunidade era o menor deles. Mas em geral, a comunidade reconhece a positividade do acesso a tecnologias mais eficazes de transporte. A balsa que dá acesso à Araquembaua representa uma conquista para os moradores de Araquembaua e do entorno. A figura 5 mostra a chegada da balsa na Comunidade de Varginha.

**Figura 5.** Chegada da balsa que dá acesso à Araquembaua. Comunidade Varginha. Baião (PA)



Fonte: LOPES (2015). Diário de Campo.

A instalação de uma rede de transportes mais eficientes (estradas, balsas, barcos a motor) revela uma dinâmica de entrelaçamento entre redes e território. De acordo com Santos (1998) as redes surgem como instrumento de manipulação, poder e controle da sociedade, alterando as configurações socioterritoriais e produzindo um cenário marcado por desigualdades e contradições:

As redes são vetores da modernidade e também da entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos fatores hegemônicos, na escala planetária. Locais essas mesmas redes são portadoras da desordem (SANTOS, 1998c, p. 57).

A reflexão do autor confirma a inquietação vivenciada pelos moradores de Araquembaua, pois, na medida em que incorporam novos objetos ao seu cotidiano percebem as problemáticas que os acompanham. Além disso, as novas tecnologias de informação, comunicação e transportes não chegam para todos da mesma maneira. Se, por um lado, elas estão influenciando as formas de organização social, de organização do trabalho e de gestão dos recursos, também é verdade que uma parcela significativa das comunidades que tradicionalmente ocupam a terra sem transformá-la em mercadoria, está excluída do acesso às tecnologias.

Em Araquembaua, segundo os moradores, as pessoas que não tem condições de acessar a comunidade pelas rodovias ou pelas balsas e que continuam usando o transporte tradicional da comunidade, a pequena embarcação, ainda são a maioria. Para elas, os desafios não cessaram. O trapiche alto não proporciona acessibilidade aos doentes, deficientes, idosos,

gestantes, cenário que preserva a vulnerabilidade e precariedade que sempre foi denunciada em relação aos serviços básicos.

Os postos de saúde instalados no local não dão conta de resolver casos mais graves e, mesmo diante da possibilidade de acessar a balsa, ela só está disponível pela parte da manhã bem cedo. Qualquer ocorrência em outro horário pode implicar em resultados dramáticos para os moradores. De acordo com o entrevistado:

A balsa foi muito boa pra gente por um lado, por que agora da pra vir carro, moto, ambulância, viatura da guarda municipal, da polícia. Mas só dá pra pegar a balsa de manhã e agente tem que ir lá pra Varginha, tá certo que não é longe, mas não dá pra ir andando. Então quem tem moto vai de moto, mas quem não tem paga alguém pra fazer o frete. E como a balsa só sai de manhã se acontecer alguma coisa ruim, se alguém passar mal, precisar de ajuda ou se ferir tem que ir de barco mesmo. O barco sai daqui bem cedinho pra levar os alunos e pra pegar os professores que vem pra cá, a desvantagem é que se tiver que resolver alguma coisa em Baião acaba gastando por lá com moto-táxi e sem falar que o trapiche tá muito ruim, nem todo mundo consegue subir ou descer (Entrevistado 04. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

O morador demonstra ter a percepção de que o acesso as novas tecnologias de transporte é limitado pelas condições materiais de existência. Quando as pessoas têm recursos para garantir o transporte até a Varginha a balsa é mais acessada, mas quando não e, isso parece ser mais comum, os barcos locais é que servem à comunidade.

Como o transporte feito através da balsa é tarifado para os veículos e os pedestres não pagam, isso se torna um atrativo, porém, a localização escolhida para a chegada da balsa suscita o apoio de transportes motorizados no deslocamento. A estratégia do negócio, então, empurra os impossibilitados para as antigas embarcações e seleciona um público com potencial financeiro maior, inclusive, os veículos usados para transportar madeira (Figura 6) e piçarra, esta última, inclusive, oriunda da própria comunidade.

Sendo assim, como sugere Nahum (2017, p. 10) percebe-se o delinear de um conjunto de possibilidades para a reprodução do capital, possibilidades que se materializam através da edificação de sistemas técnicos na forma de redes rodoviárias, energéticas, de comunicação, na instalação dos portos, hidrovias, telefonia, entre outros, tudo sob a perspectiva do espaço areal, ou seja, sob a lógica da exclusão.

**Figura 6.** Registro fotográfico de um caminhão que transporta madeira aguardando a chegada da balsa.



Fonte: LOPES, 2015. Diário de Campo.

De acordo com Herrera (2012) a penetração do capital no lugar se dá de variadas formas e se expressa através das redes. Ele não chega trazendo apenas a perspectiva da acumulação, ele aciona novas territorialidades se sobrepondo às antigas. O território, então, acolhe o novo e preserva o antigo, ressignifica e ressemantiza suas práticas.

Em geral, os moradores manifestam uma compreensão de que as dinâmicas territoriais de Araquembaua se transformaram aos poucos, que ocorreram mudanças no ritmo dado pela presença dos novos objetos e de interesses exógenos ao lugar, mas que muito do que está acontecendo responde a própria articulação do grupo e materializa conquistas. Sobre o assunto o entrevistado afirma:

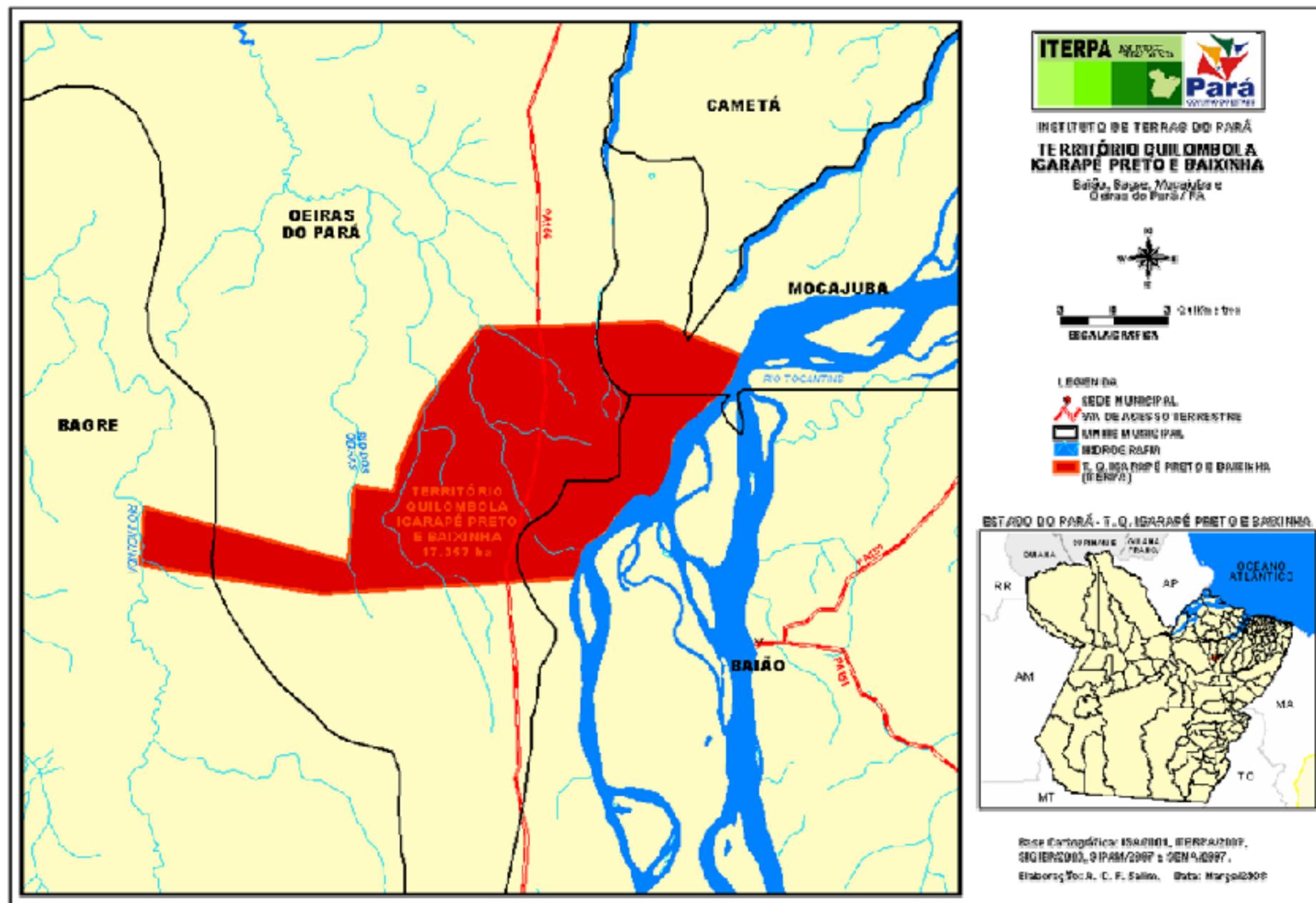
Araquembaua pertence ao distrito de Umarizal e é a única comunidade de Baião que tem um ordenamento urbano, graças aos nossos esforços e ao apoio da gestão municipal que cedeu um topógrafo para ajustar os terrenos. As mudanças em Araquembaua a tornaram atrativa, muita gente vem de outras comunidades fazer compras aqui, pois temos diversos comércios de gêneros alimentícios, casas de material de construção, loja de peças de motos, lojas de roupas, internet, enfim, Araquembaua hoje é notada pelo município. Como nós conseguimos abrir as ruas e estabelecer contato com as outras localidades isso tornou o acesso de outras pessoas e de veículos, muito mais fácil. A balsa colaborou muito. Ela é resultado de um acordo entre a gestão municipal e uma empresa privada. O porto fica na Varginha por que é o local mais estratégico, mais fundo. Pra nós foi muito bom, a balsa ajudou na interligação com a sede e com outros municípios, mas também trouxe alguns problemas. Agora nós já temos registrado um número muito grande de motos circulando e já houve vários acidentes, alguns graves. Também temos visitas que nem sempre são agradáveis, já acontecendo casos registrados de entrada de drogas, roubos, violência (Entrevistado 05. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 23.10.2015).

O ordenamento urbano e a presença de objetos como carros, motos, lojas de roupas, loja de material de construção, internet, entre outros, é percebido pelo morador entrevistado como um avanço, como sinal de desenvolvimento e modernidade. A fala também sinaliza a articulação da comunidade com a gestão municipal para a contratação de serviços especializados que respondessem às demandas locais e a relação entre a empresa privada e o poder público em torno de interesses econômicos. Por outro lado, assim como os demais entrevistados, ele denuncia o aumento da violência, dos acidentes e dos casos que envolvem drogas e roubos.

Segundo Silveira (2011), o território, dessa forma, passa a ser organizado com outros fins e agrega novas racionalidades, uma vez que, incorpora conteúdos diversos de ciência, tecnologia, informação, mercado. O mundo se expressa no lugar através do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2014) e é na empresa que se instala, no empreendimento que surge, no aparecimento de novas formas e relações de trabalho que se percebe que uma nova temporalidade se instalou.

A incorporação de novos objetos na comunidade de Araquembaua sinaliza, de certa forma, um processo de ressignificação do território. A processualidade carrega apropriações, conflitos, disputas territoriais e aciona, ao mesmo tempo, um alto grau de atratividade. Araquembaua se tornou estratégica sob diversos aspectos e entrou na mira do capital. A defesa do território através da titulação quilombola é uma resposta da comunidade que agora compõe a ARQIB (Mapa 2).

Mapa 2. Mapa de localização da ARQIB.



Fonte: ITERPA/INCRA

A ARQIB, conforme o mapa demonstra, reúne territórios em quatro municípios do Baixo Tocantins – Baião, Mocajuba, Oeiras do Pará e Bagre, ocupando uma extensa faixa territorial da região. A área de domínio coletivo corresponde a 17.357, 0206 ha. Em Baião, em particular, até 2015 encontravam-se registradas 34 comunidades quilombolas (IBGE, 2015) conforme quadro 10.

**Quadro 10.** Quilombos do Município de Baião – PA.

Nº	Quilombos	Associações	Instancia responsável pela titulação
01	Anilzinho	-	ITERPA
02	Aparecida	-	ITERPA
03	Araquembaua	ARQIB	ITERPA
04	Baião	-	ITERPA
05	Bailique	ARQIB/Oeiras	ITERPA
06	Boa Vista	ACORQBU	ITERPA
07	Calados	ARQIB/Oeiras	ITERPA
08	Carará	ARQIB	ITERPA
09	Campelo	ARQIB	ITERPA
10	Costeiro	-	ITERPA
11	Cupu	ARQIB	ITERPA
12	Cardoso	-	ITERPA
13	Fé em Deus	-	ITERPA
14	França	ARQIB	ITERPA
15	Fugido Rio	-	ITERPA
16	Tucunaré	-	ITERPA
17	Icatu	-	ITERPA
18	Igarapé Preto	ARQIB	ITERPA
19	Joana Peres	-	ITERPA
20	Paritá Miri	ACORQBU	ITERPA
21	Pampelônia	ARQIB	ITERPA
22	Pirizal	-	ITERPA
23	Prainha	-	ITERPA
24	Santa Fé	-	ITERPA
25	Santa Fé e Santo Antonio	-	ITERPA
26	São José do Icatu	-	ITERPA
27	Itaperuçu	ARQIB	ITERPA
28	Teófilo	ARQIB	ITERPA
29	Umarizal Centro	ACORQBU	ITERPA
30	Umarizal Beira	ACORQBU	ITERPA
31	Varginha	ARQIB	ITERPA
32	Vila Dutra	-	ITERPA
33	Baixinha	ARQIB	ITERPA
34	Santo Antonio	-	ITERPA

Fonte: IBGE (2015). Organizado pela autora

O quadro relativo aos quilombos do município de Baião pontua alguns detalhes sobre a articulação política dos territórios quilombolas do município. É possível ver que a ARQIB

não é a única associação a atuar na órbita territorial de Baião, outra informação relevante é que parte da associação encontra-se representada no município de Oeiras. Araquembaua é uma comunidade fronteiriça entre os municípios de Baião e Oeiras do Pará e há disputas entre os dois territórios pelo reconhecimento do lugar. A entrevistada afirma:

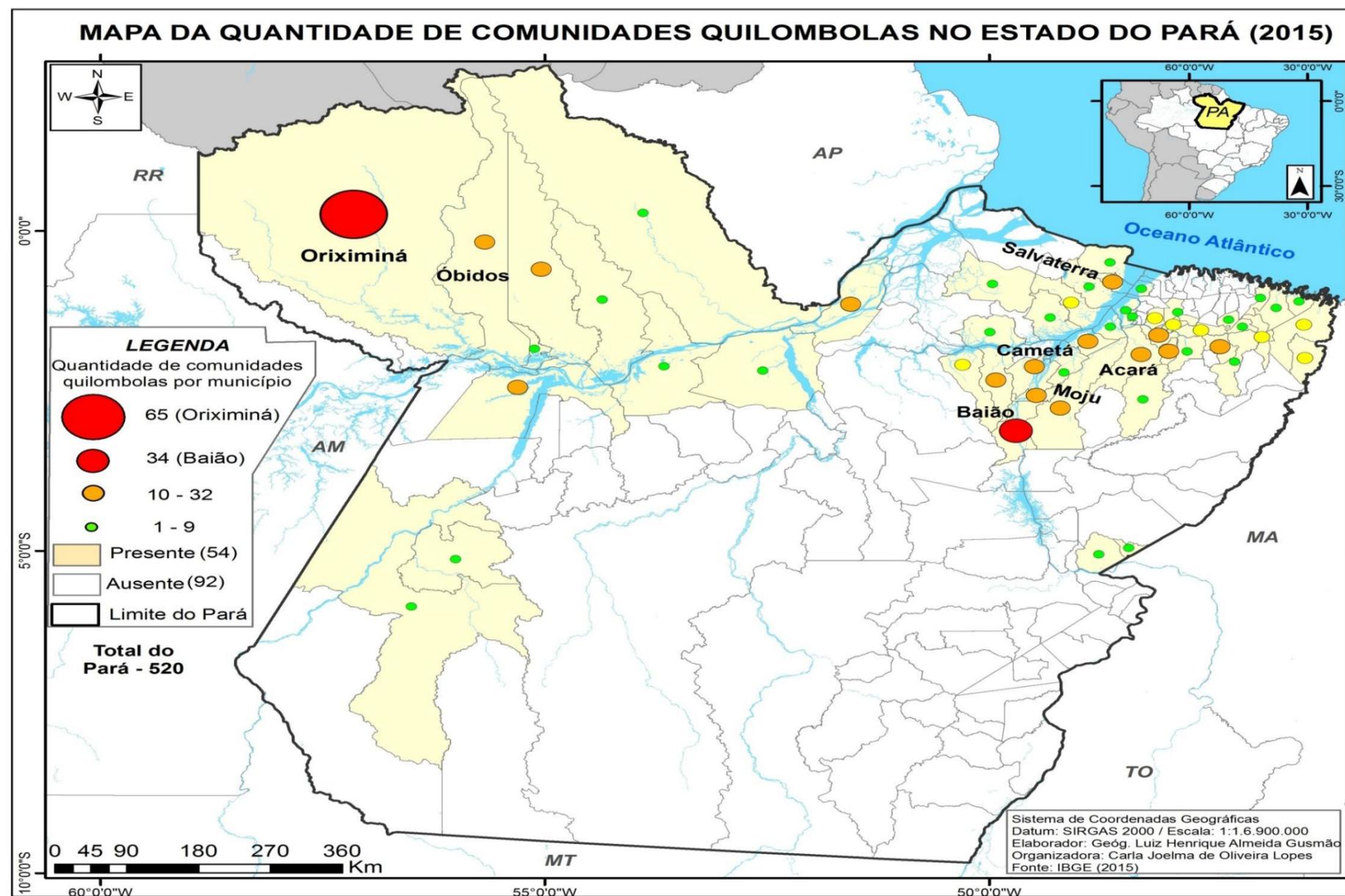
Às vezes as correspondências que chegam aqui vêm com o endereço de Oeiras, outras com o de Baião. Pra nossa comunidade, nós somos e sempre seremos de Baião, mas agente sabe que Oeiras tem interesse em anexar mais essa comunidade, já levou o Igarapé Preto e quer nos levar também, eles querem os nossos votos e os nossos direitos (Entrevistada 06. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 12.07.2016).

O depoimento do morador exhibe a compreensão de que outra forma de reclamar a terra está sendo articulada entre as instâncias responsáveis pela gestão dos municípios. Segundo ele, incorporar uma comunidade quilombola que hoje comporta mais de mil habitantes representa garantir para o domínio municipal a barganha com o governo federal relativa às políticas públicas e aos investimentos destinados às comunidades autodeclaradas como remanescentes de quilombos. A assunção da identidade quilombola em Araquembaua agrega, portanto, novos desafios. Antes da titulação quilombola, o território partilhava as dificuldades comuns ao campesinato amazônico, ainda assim, usando a criatividade, a solidariedade, várias formas de reciprocidade e ajuda mútua, os moradores conseguiram superar os desafios e garantir a vida.

No entanto, a criação da UHE de Tucuruí e a instalação do polo madeireiro de Cameté impactaram profundamente o modo de vida das pessoas, pois alteraram a dinâmica do trabalho com a redução do pescado e estimularam a migração dos trabalhadores atraídos pela perspectiva de trabalho assalariado evocada na construção da obra, no caso da usina, ou pelo emprego ofertado nas madeireiras.

A vida em Araquembaua também foi afetada pela penetração de novos objetos no lugar. A narrativa dos moradores apontou a abertura de rodovias como a PA 151 que favoreceu o acesso ao território como um dos acontecimentos que mais trouxe rebatimentos ao território, uma vez que criou a possibilidade de chegar até a sede municipal através da estrada e facilitou o acesso de veículos nas proximidades. O quadro se completou com a instalação da balsa que transporta os veículos até a comunidade vizinha. Carros, motos, pessoas, negócios, tudo penetrou com uma velocidade muito intensa em Araquembaua e evocou uma resposta. Os moradores se organizaram e juntamente com outras comunidades de Baião conseguiram a titulação do território. A partir de então, Baião passou a figurar como o segundo município em número de territórios quilombolas no Pará conforme o mapa 3.

Mapa 3. Quantidade de Comunidades Quilombolas no Estado do Pará



Fonte: IBGE (2015). Organizado pela autora.

No mapa é possível observar que até 2015 o município de Baião só é superado em número de quilombos pelo município de Oriximiná e que a região do Baixo Tocantins concentra um número expressivo de municípios com territórios quilombolas. A densidade dos dados revela um território provavelmente ocupado por populações negras no passado colonial, o que confirma a premissa dada por Salles (2005) de que nessa região houve uma intensa presença do elemento negro que sob a égide da escravidão se rebelou, fugiu e ocupou as terras e os rios do Tocantins.

As informações relativas ao passado insurgente chegaram a Araquembaua. A comunidade entrou em contato com pessoas que discutiam a possibilidade da defesa territorial e que indicavam a partir de laudos antropológicos, mapeamentos e cartografias sociais que seu território no passado foi ocupado por grupos negros. Descobriu, ainda, dentro do processo de reflexão e revisitação a memória invisibilizada, que alguns moradores traziam as informações guardadas entre as narrativas dos mais velhos, caso da neta do senhor Boaventura.

O reconhecimento da identidade étnica negra animou as pessoas a assumirem a ancestralidade quilombola, não sem conflitos, pois a decisão não foi homogênea, porém, a partir da decisão da maioria e dentro da construção de uma trajetória democrática, o grupo solicitou a titulação quilombola em 2000 e foi contemplado com a resposta positiva em 2002.

A partir de então novos desafios se configuram no território. Os moradores percebem que a adesão a condição de território quilombola também evocou interesses políticos provocando disputas intermunicipais. Compreendem, dessa forma, que tem muito a aprender e muito a construir. A nova condição declarada evoca ressemantizações, estudos, debates e organização constante por parte dos moradores.

A trajetória da constituição do território quilombola revelou que um conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas permitiram e estimularam a adesão ao novo enquadramento territorial.

### **CAPÍTULO III – O TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE ARAQUEMBAUA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS**

O capítulo procura analisar as configurações territoriais que despontam no território após a titulação quilombola. Nesse sentido, discute as dinâmicas territoriais que se expressam considerando o surgimento e sobreposições de territorialidades vinculadas a nova condição territorial ou ao território inventado. Objetiva, também, refletir acerca dos desafios que se colocam no território quilombola, parte deles relativos ao processo de reterritorialização do território, fator atrelado ao surgimento de expectativas positivas em relação a implementação de políticas públicas destinadas a quilombos. Finalmente procura-se compreender as mudanças e permanências que se configuraram no território, considerando três aspectos fundantes nesse debate: terra, trabalho e família.

#### **3.1. A invenção do território e de territorialidades**

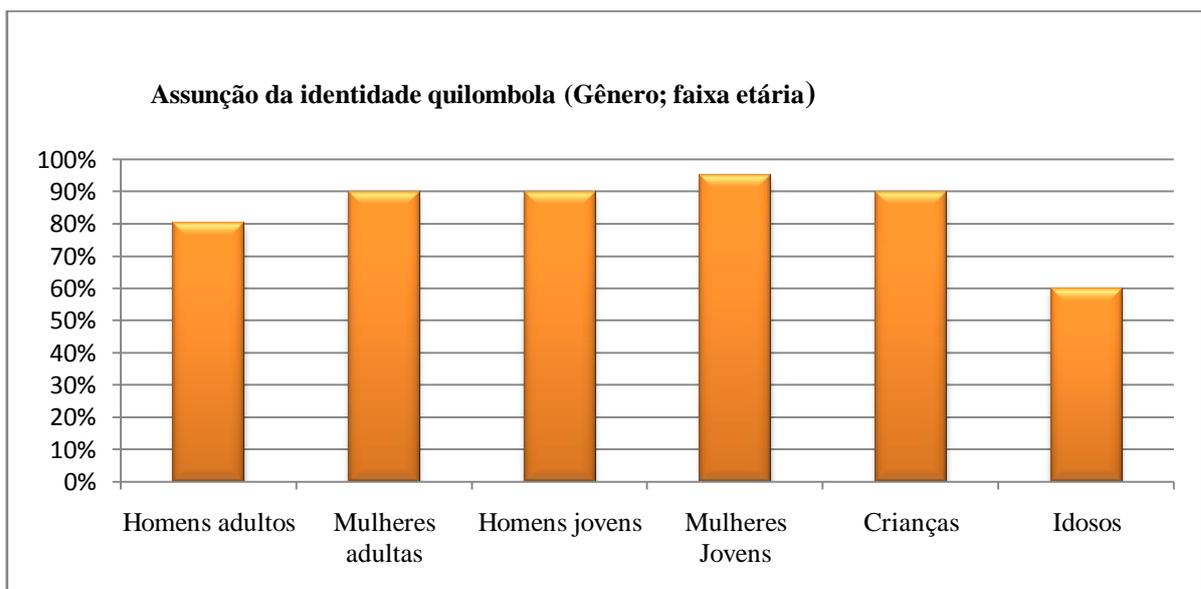
Araquembaua é um território tradicionalmente camponês. Como a condição camponesa inclui diversas modalidades de uso comum da terra e entre elas estão os povos da floresta, os pescadores, os ribeirinhos, os agroextrativistas, quilombolas, colonos, entre outros (GODOI et al., 2009), pode-se afirmar que a identidade quilombola que hoje está presente na comunidade não apaga a identidade camponesa, ao contrário, a nova demarcação territorial expressa um processo de apropriação do espaço onde as dimensões culturais, políticas, simbólicas e identitárias assumem um importante valor configurando uma estratégia territorial para garantir a permanência e sobrevivência do grupo no território.

A identidade, como sugere Hall (2004) é móvel, está sujeita a contradições e deslocamentos, dialoga com o inédito e, ao mesmo tempo, incorpora o passado é, portanto, muito mais volátil do que fixa como alguns imaginam, pois “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis [...]” (p.13).

O território assume assim diversas feições, age como um espaço de organização política, mobilização, luta, atuação (SAQUET, 2013) e, ao mesmo tempo, transforma-se em locus da diversidade, da pluralidade, das metamorfoses e do pertencimento, marcado que está, por dinâmicas e percepções territoriais em constante processo de produção (HAESBAERT, 2004).

Perguntei aos moradores se eles se consideravam quilombolas. Entrevistei homens adultos e mulheres adultas, jovens de ambos os sexos, crianças e idosos. Meu objetivo foi o de compreender como a comunidade vem se relacionando com a nova condição territorial ou identidade/territorialidade quilombola. Os resultados da pesquisa de campo indicaram um alto grau de aceitação da territorialidade quilombola, conforme o gráfico 1 abaixo.

**Gráfico 1.** Assunção da identidade quilombola na atualidade em Araquembaua.



Fonte: LOPES, 2016. Pesquisa de Campo.

O detalhamento do gráfico indica que as mulheres, em geral, têm demonstrado uma adesão maior à nova identidade territorial, entre as jovens a aceitação é mais acentuada. O comportamento dos homens, jovens e adultos, também sinaliza uma aceitação significativa da identidade territorial quilombola. Crianças e idosos apresentam resultados diferentes, sendo que o primeiro grupo demonstra uma aceitação muito mais expressiva do que o segundo. As respostas dos entrevistados vieram acompanhadas de informações relativas às práticas comunitárias que visam o fortalecimento da identidade quilombola e a preservação do território.

Uma das informações complementares é que as escolas, as associações e a igreja católica fortalecem o processo de reflexão e estudo acerca da ancestralidade negra local. A informação permite inferir que o resultado positivo em relação a aceitação da territorialidade quilombola está relacionado ao processo pedagógico de posituação da identidade étnica negra dado pelas práticas da igreja, associação e escola, enquanto que o segundo grupo é aquele que

reflete mais intensamente a trajetória de invisibilização da presença negra no território. Ainda assim, percebe-se uma crescente aceitação da ancestralidade negra entre o grupo.

Nesse sentido perguntei aos gestores, professores e estudantes sobre as práticas escolares e as propostas que as escolas locais desenvolvem no território. Meu objetivo foi o de compreender se (ou como) a escola que se localiza no território quilombola desenvolve uma educação que afirma a identidade quilombola.

Os dados coletados informam que na comunidade de Araquembaua encontram-se duas escolas em funcionamento sendo que uma é destinada ao Ensino Infantil (ver Quadro de Figuras 1) e outra ao Ensino Fundamental e Médio. O Ensino Médio é realizado através do Sistema de Organização Modular de Ensino – SOME. O público alvo da escola é composto por estudantes da própria comunidade e de comunidades vizinhas como a de Itaperuçu, Varginha, Pampelônia e Baixinha, elas ficam no entorno de Araquembaua e pertencem a ARQIB. Ao todo são 324 alunos atendidos no ensino fundamental e 132 alunos no ensino médio.

### Quadro de Figuras 1. Atividades na Escola de Ensino Infantil de Araquembaua



Fonte: LOPES (2015). Pesquisa de Campo

O Quadro de Figuras 1 reúne algumas imagens relativas às atividades desenvolvidas na Escola de Ensino Infantil de Araquembaua. A figura 1 expõe o prédio em que são realizadas as aulas do ensino infantil; a figura 2 mostra a professora da turma organizando suas tarefas diárias e a figura 3 exhibe as crianças em atividade escolar. A escola oferece a alfabetização e o ensino fundamental menor. Sobre o formato da grade curricular e o

tratamento dado às especificidades do ensino voltado para a comunidade quilombola, obteve-se as seguintes respostas:

Havia uma disciplina incluída no currículo que discutia a História da Cultura Africana, só que a disciplina foi retirada do currículo pelo município, mas nós fazemos uma semana de atividade pedagógica sobre a cultura negra em novembro. Cumprimos uma parte das exigências legais dadas pela Lei 10.639/2003, pois comemoramos o dia da Consciência Negra e não fazemos mais por que temos filhos de evangélicos na escola e, no geral, eles associam atividades sobre a cultura africana à religião umbandista, por isso são resistentes (Trabalho de Campo. Informação retirada de formulário preenchido em 09.09.2016).

Atualmente a grade curricular é unificada a de outras escolas. Mas nós somos classificados como escola quilombola. Temos apenas um momento destinado a comemoração da Consciência Negra, mas alguns professores usam temáticas culturais em suas aulas. Já tivemos algumas ações sobre a cultura negra, mas tem pais que não gostam por causa da religião (Trabalho de Campo. Informação retirada de formulário preenchido em 09.09.2016)

A escola, conforme sugerem os dados coletados, não tem autonomia para definir a grade curricular. Segundo os informantes já houve uma disciplina referente a inclusão de debates sobre a história e cultura africana no currículo, mas ela foi retirada a pedido da prefeitura com o argumento de que não havia como pagar um professor específico para a condução da disciplina. Com isso, as práticas que vislumbravam a inclusão etnicorracial ficaram formalmente reduzidas a um momento formativo, a Semana da Consciência Negra em novembro.

Ainda assim o papel da escola no ensino infantil tem colaborado para positivar a história dos povos negros. Ao entrevistar os responsáveis pelos alunos, eles responderam:

Os professores trabalham o tema da consciência negra em novembro, mas durante o ano eles fazem várias atividades com as crianças. A minha filha já ouviu muitas histórias sobre os negros, já participou de danças da cultura negra e sabe que ela é quilombola por que a professora dela sempre lembra a nossa herança (Entrevistado 37. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 13.07.2016).

Eu acho que só não tem mais atividade por que aqui em Araquembaua tem três igrejas evangélicas. Eles também defendem a herança quilombola, mas acham que a cultura dos negros é ligada a macumba, por isso não deixam os filhos participarem das danças, das peças de teatro e das oficinas que os professores oferecem. Meus filhos participam de tudo, por que eu quero é que eles aprendam mais da história dos nossos antepassados (Entrevistado 38. Trabalho de Campo. Entrevista realizada em 13.07.2016).

A comunidade parece compreender a importância do papel da educação para a garantia dos direitos territoriais, porém, como os dados sinalizam ainda há relações de conflito, resistência e antagonismo no que tange à assunção de alguns aspectos da identidade

étnica quilombola e a escola reflete a realidade, materializando avanços e recuos nas práticas pedagógicas.

A outra escola em funcionamento destina-se ao atendimento do ensino fundamental maior e do ensino médio (SOME). É uma escola grande, construída recentemente e que foi resultado da luta dos moradores que exigiam um espaço mais adequado para abrigar os jovens estudantes que, no passado, eram obrigados a migrar para outras cidades a fim de continuar os estudos (ver Quadro de Figuras 2).

### **Quadro de Figuras 2.** Escola de Ensino Fundamental de Araquembaua



Fonte: LOPES (2016). Pesquisa de Campo.

O Quadro de Figuras 2 exibe imagens da Escola de Ensino Fundamental de Araquembaua. A figura 1 mostra a frente da escola, a figura 2, o corredor que serve de entrada para os estudantes e a figura 3, a área de recreação. Como é possível observar nas imagens o prédio é novo e está em boas condições físicas. Os moradores demonstram ter orgulho da escola, pois ela resulta de uma série de ações que envolveram mobilizações, articulação política e militância comunitária para que o projeto de uma escola melhor chegasse à comunidade.

Porém, como já foi discutido anteriormente, a grade curricular e as práticas voltadas para a constituição de uma escola que atenda as especificidades do território quilombola estão restritas a comemoração da Semana da Consciência Negra. Os relatos dos profissionais que trabalham na escola indicam que alguns ainda estão em formação através de programas do governo federal como o Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR e, que boa parte deles não teve acesso a formação continuada.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, através da Resolução nº08/2012 estabelecem que o ensino em instituições educacionais localizadas em territórios quilombolas deve fundamentar-se na compreensão da memória coletiva, das línguas remanescentes, dos marcos civilizatórios, das práticas culturais, das tecnologias e formas de produção do trabalho, dos acervos e repertórios orais, dos festejos, usos, tradições e demais elementos que formam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país e da valorização das territorialidades (MEC, 2012). As premissas dadas pelo Ministério da Educação, no entanto, nem sempre são cumpridas, elas esbarram, na prática, em uma série de limites dados pela realidade dos lugares onde as escolas estão inseridas, caso de Araquembaua.

Conforme sugerem Mascarenhas e Amaral (2016), a educação quilombola configura uma importante dimensão da dinâmica territorial, uma vez que, materializa estratégias de controle do território e de reprodução do modo de vida, pois “as estratégias territoriais se expressam também mediante práticas pedagógicas comunitárias ancestrais” (p.134).

A perspectiva da educação quilombola representa a materialização de uma educação diferenciada capaz de agregar as histórias e memórias dos povos negros como prática educativa e deve potencializar a reflexão sobre aspectos geográficos, filosóficos, culturais e simbólicos das populações, uma vez que, o reconhecimento dos territórios quilombolas deve estar acompanhado de políticas afirmativas que ajam a favor de seus povos.

A educação quilombola representa um instrumento de empoderamento das comunidades quilombolas, na medida em que, coopera para que as identidades presentes sejam valorizadas e preservadas. Ao mesmo tempo carrega uma perspectiva de afirmação de identidades étnicas diferenciadas e plurais configurando uma prática de resistência a lógica da colonialidade (OLIVEIRA; CANDAU, 2010).

A educação ocorre em diversas frentes, mas quando acontece nas escolas ela reflete dinâmicas específicas, uma vez que as territorialidades que nela despontam exprimem as relações que se estabelecem no interior do território. De acordo com Almeida e Silva (2015) a escola configura um campo de territorialidade marcada por contradições internas, disputas, desigualdades e sobreposições, pois, o Projeto Moderno de educação é excludente e reproduz uma geopolítica dominante e subordinadora, materializando racionalidades e inteligibilidades dicotômicas e contraditórias.

A proposta de educação quilombola, ao contrário, configura um projeto epistemológico inovador defendendo a contraposição ao modelo pedagógico hegemônico de

bases européias. Porém, muito embora o território quilombola suscite uma educação quilombola, nem sempre é o que acontece.

Os dados revelam uma dinâmica pedagógica que transcende o território quilombola de Araquembaua, uma vez que, projetos exógenos ao território estão presentes nas práticas cotidianas da escola. Exibe ainda alguns aspectos contraditórios. A escola está situada em uma comunidade quilombola, mas se percebe a permanência de resistências e conflitos em relação a assunção da identidade étnica negra e da ancestralidade quilombola, o que interfere diretamente nas práticas pedagógicas desenvolvidas por ela e pelos professores. Mas, para além das dificuldades e obstáculos, a importância de seu papel na consolidação da identidade autodeclarada da comunidade tem sido inquestionavelmente expressiva.

Ao serem indagados a respeito do que é ser quilombola hoje, a comunidade respondeu:

Os quilombolas pra mim são os herdeiros da opressão, da escravidão e da pobreza (Trabalho de Campo. Informação retirada de formulário preenchido em 13.09.2016).

Do meu ponto de vista é uma forma de se garantir direitos sobre a terra (Trabalho de Campo. Informação retirada de formulário preenchido em 13.09.2016).

Um orgulho. Pra mim a etnia quilombola já foi muito sofrida, mas hoje é vencedora. Uma vez fomos a um encontro de negros e as pessoas de lá disseram que nós de Araquembaua não éramos negros e que não havia motivo de estarmos lá. Então eu fiz uma reflexão: a melancia é verde por fora, tem uma camada branca, antes da casca, mas a polpa é vermelha e suas sementes são pretas. Assim somos nós humanos. Por fora temos cores diferentes, mas por dentro todos têm o sangue vermelho e a semente da África, no fundo todo mundo aqui tem ancestralidade negra (Trabalho de Campo. Informação retirada de formulário preenchido em 13.09.2016).

Ser quilombola é herança de luta, de resistência, de um povo que foi e é até hoje excluído. Pode ser negro, branco, pardo, todos. Aqui em Araquembaua todos são quilombolas Trabalho de Campo. (Informação retirada de formulário preenchido em 13.09.2016).

Ser quilombola é aceitar a raiz, a identidade negra (Informação retirada de formulário preenchido em 13.09.2016).

Ser quilombola é ter a essência do caboclo da terra, que tem suas raízes dos refúgios dos quilombos, que extrai da terra seu modo de sobrevivência e exerce a cultura e os valores deixados por nossos antepassados (Trabalho de Campo. Informação retirada de formulário preenchido em 15.09.2016).

As narrativas evidenciam um empoderamento gradativo da comunidade em relação a condição étnica autodeclarada. Ainda assim, em uma das falas surge a análise de que a titulação do território quilombola foi usada como estratégia territorial, ou seja, como forma de garantir o uso da terra. A assunção da identidade quilombola e o uso da estratégia territorial expressam aspectos fundamentais para a compreensão das dinâmicas que se materializam em Araquembaua.

Na identidade, como afirma Saquet (2014), “há heterogeneidade, conflitos, diferenças, desejos, necessidades, utopias e necessariamente, iniciativas de mobilização e luta por melhorias sociais e territoriais” (p. 20). Nesse sentido, a identidade é um elemento fundante na análise do comportamento socioterritorial que Araquembaua vem demonstrando, uma vez que evoca o surgimento de novas territorialidades e estimula a reterritorialização do território.

O morador afirma:

Quando começou o processo da titulação nós fomos convidados a participar dos encontros de negros e das reuniões com as outras comunidades que tinham feito o pedido junto com agente, como não dava pra todos irem, geralmente ia só o nosso representante da ARQIB e mais quem pudesse. Daí quando eles voltavam contavam tudo pra nós e ensinavam o que tinham aprendido. Depois da titulação muita gente voltou pra cá, por que uma coisa que todo mundo entendeu é que pra garantir o direito quilombola e exigir dos políticos nossos direitos valerem, precisa estar aqui, não dá pra ser quilombola de longe, tem que lutar junto com a gente e resistir. Ser quilombola não é ser resistente? (Informação retirada de formulário preenchido em 12.07.2016).

O morador sinaliza em seu depoimento algumas das estratégias utilizadas pela comunidade no processo de auto-reconhecimento da identidade negra. Foi, segundo ele, necessário aprender a ser quilombola, participar de encontros, eventos formativos, estimular a participação comunitária nas assembleias e compartilhar os novos saberes adquiridos, além disso, o retorno ao território se tornou um critério para a inclusão do morador na partilha das políticas públicas destinadas ao território quilombola.

Durante o processo de titulação quilombola (2000-2002), a comunidade se articulou e construiu um barracão para a realização dos encontros decisórios, das festas tradicionais, dos eventos esportivos. De acordo com o relato dos moradores, as reuniões ocorriam em um barracão ao lado da Igreja, mas como nele também aconteciam as atividades festivas, a Igreja tentou limitar alguns dos eventos e demonstrava a intenção de proibir a festa que acontecia após a procissão da Santíssima Trindade.

A resposta da comunidade, no entanto, foi mais criativa. Muito embora, tenham considerado a necessidade da Igreja, não abriram mão de um evento tão tradicional para eles. Um novo objeto foi incorporado ao território (ver figura 7). Nas entrevistas os moradores revelaram que a construção do barracão reavivou práticas ancestrais, pois evocou o trabalho coletivo dos homens e das mulheres, o assessoramento da igreja na condução da arrecadação de recursos e a participação de crianças e idosos, cada qual a sua maneira.

**Figura 07.** Barracão Comunitário. Araquembaua/ Baião – PA



Fonte: LOPES (2015). Diário de Campo

A Figura 7 exhibe o barracão que serve para os encontros da comunidade. É um objeto que agrega diversas funcionalidades dentro do território, pois nele são realizadas assembléias, festas, campeonatos esportivos, programações das escolas e cerimônias oficiais. É o espaço preferencial para as discussões relativas à gestão territorial do território titulado.

A titulação do território em 2002 suscitou vários desafios, entre eles o controle do território quilombola. O território titulado passa a constituir uma propriedade privada coletiva que é gestada por uma entidade que representa o grupo, o domínio traz como características fundamentais a inalienabilidade, a imprescritibilidade e a impenhorabilidade significando que não pode ser dividida, vendida, loteada, arrendada ou penhorada, isso também significa que “se algum remanescente tiver um título de propriedade incidente na área comunitária, terá que doar a terra para a comunidade, representada pela associação, incluindo essa terra na área coletiva” (MARQUES, MALCHER, 2009. p. 54).

Em Araquembaua poucas pessoas tinham algum tipo de documento que comprovasse a posse da terra, o mais comum era a escritura pública de posse. Ainda assim, na ocasião dos debates em torno da adesão a titulação quilombola, houve resistências. De acordo com a moradora:

Teve gente que não aceitou de jeito nenhum se associar a ARQIB, principalmente aqueles que tinham terrenos com plantações, os terrenos mais distantes, perto da estrada. Quando eles souberam que tudo ia ser administrado pela associação e que eles não poderiam mais usar as terras de forma individual, não aceitaram mesmo sabendo que a titulação ia trazer benefícios pra comunidade. Agora, passado o tempo, tem gente que está voltando atrás por que quer o filho ou a filha fazendo o

vestibular quilombola, sendo beneficiado com algum programa destinado aos quilombos, mas não foi fácil não. Uma das coisas que a associação fez foi reunir com todos os moradores da Primeira Rua e pedir que eles aceitassem uma nova demarcação pra que outras ruas fossem criadas. Quem morava na Primeira Rua praticamente era dono de todos os terrenos atrás e isso impossibilitava várias famílias de construir suas casas, as famílias, no entanto, eram formadas por filhos e netos dos moradores de lá, mesmo assim foi difícil. Com muita luta e ajuda da igreja agente conseguiu, hoje já tem seis ruas que abrigam 116 casas (Informação retirada de formulário preenchido em 08.09.2016).

O relato da moradora indica que a articulação territorial no território quilombola passou a expressar outra dinâmica, uma vez que, novos sujeitos de direito surgiram representando a presença de múltiplas territorializações e refletindo a forma como o grupo se organiza para o controle do território e para a conquista de suas demandas.

Também aponta para o despontar de novas identidades, que aos poucos, vem sendo construídas pelo grupo, identidades que surgem atadas ao território, uma vez que envolvem como sugere Saquet (2014, p.19) “relações afetivas e de pertencimento [...] e organização política a partir das diferenças e das características comuns entre os sujeitos com vistas à projeção e (i) materialização do presente e do futuro”. Sobre o assunto o morador falou:

Eu fui o fundador da Associação de Pequenos Pescadores e Agricultores de Araquembaua e Itaperuçú. No início eram 46 sócios, nós desenvolvíamos projetos de piscicultura e de plantação de pimenta do reino. Chegamos a receber um investimento do FNO pra financiar nossos projetos, mas em 1999 veio a doença da pimenta, a fusariose, e tudo deu errado. Nós ficamos com o débito. Atualmente ainda existe a associação, mas agora se chama Associação de Pequenos Pescadores Quilombolas Ribeirinhos de Araquembaua e Região. Só que as coisas agora mudaram bastante, as pessoas da comunidade agora compram farinha, ninguém quer mais plantar, por que falta tecnologia apropriada pra acelerar e incentivar a produção. Como tá muito quente a plantação morre, principalmente a mandioca. Agente tinha uma expectativa de que a ARQIB ia conseguir junto a prefeitura que a merenda escolar fosse produzida por nós mesmos, comprada daqui da comunidade, mas nada disso aconteceu, a merenda escolar vem de fora e não existe projetos para a inclusão dos agricultores na produção desses alimentos (Informação retirada de formulário preenchido em 10.09.2016).

O morador denuncia assim uma inquietação, pois a expectativa criada em relação à associação quilombola era de que sua presença no território efetivasse algumas das demandas dos trabalhadores locais. No entanto, como a associação não representa exclusivamente o território de Araquembaua, a atualização do diálogo com a comunidade é mais lenta, muito embora, os moradores escolham, através de assembléia, os representantes locais para compor a ARQIB.

Por outro lado os representantes da ARQIB no território, também, reclamam alguns problemas. De acordo com o informante:

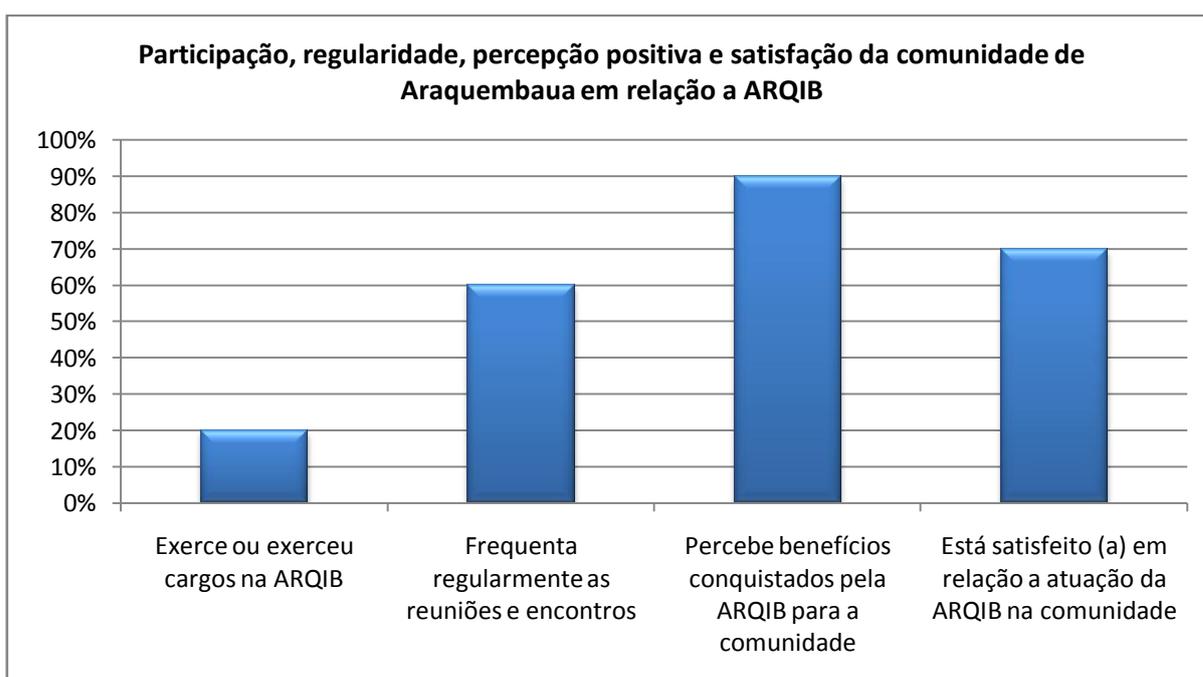
Eu sei que durante a nossa liderança, minha e da minha mulher, ficou muita coisa a desejar. Agente tinha muitos projetos, mas falta a participação da comunidade.

Quando tem reunião eu saio avisando todo mundo com bastante antecedência, passo de casa em casa, convido, falo que é importante, que agente precisa estar junto pra unir as forças e conseguir conquistar o que queremos, mas poucos vêm. Eu acho que metade da comunidade participa das reuniões mesmo, mas não é sempre, quando vem um não vem outro, aí agente enfraquece e ninguém quer se responsabilizar pra assumir cargos, trabalhar de verdade. Olha, agente perdeu o projeto Minha Casa Minha Vida que tava certo que vinha pra cá. Perdemos por quê? Por que o pessoal do Umarizal tava mais unido e tinha gente olhando por eles (Informação retirada de formulário preenchido em 08.07.2016).

A fala denuncia o grau de dificuldades enfrentadas na gestão da associação quilombola. O entrevistado declara que, muito embora, haja limites na gestão, é necessário que a comunidade também reflita sobre o papel que vem exercendo no processo decisório comunitário.

Ainda assim a filiação do grupo é bastante expressiva. A filiação a entidade quilombola expressa um mecanismo de controle territorial, pois fortalece a identidade territorial adquirida através da mobilização política e adensa o anseio por conquistas. Quando indagadas sobre o papel que desempenham dentro da associação, sobre a regularidade da frequência em reuniões e encontros e sobre o grau de satisfação em relação a condução das atividades propostas pela associação quilombola, as pessoas sinalizam diversas pistas, conforme gráfico 2.

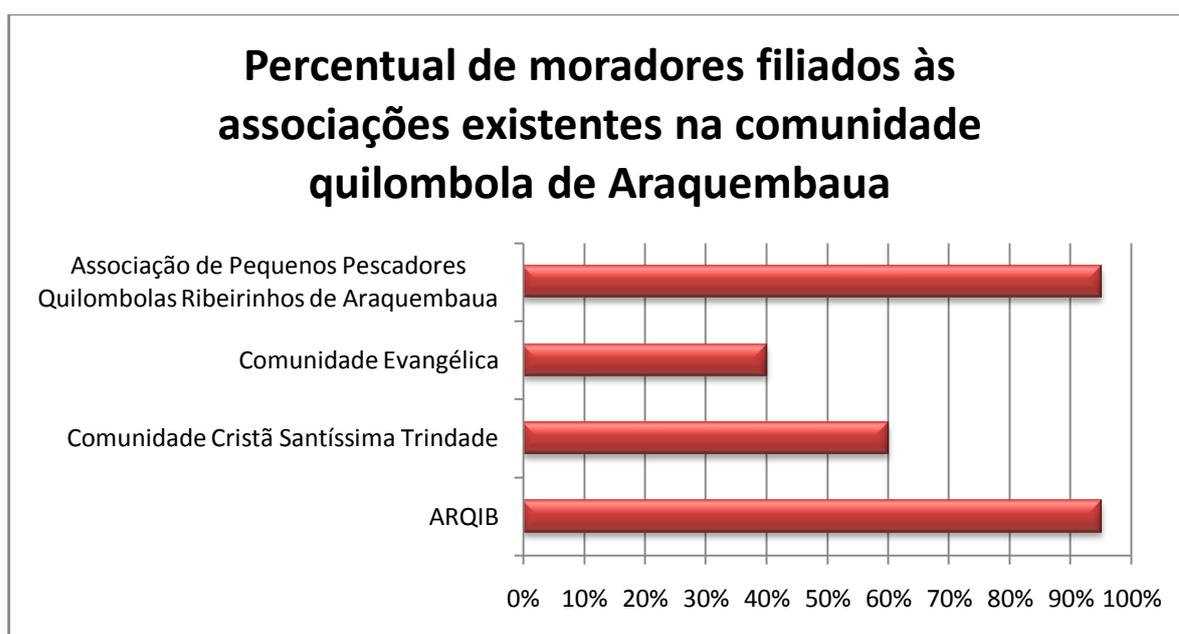
**Gráfico 2.** Participação, regularidade da frequência, percepção e satisfação da comunidade de Araquembaua em relação a ARQIB.



O gráfico 2 indica que a comunidade sinaliza uma crescente positividade em relação a ARQIB, demonstrada na frequência declarada em reuniões e encontros por parte de mais da metade dos moradores. Por outro lado, poucos são os que assumem ou assumiram cargos dentro das associações. A maioria dos entrevistados relatou não ter interesse em exercer cargos ou por considerar que os líderes atuais já são representativos ou por não desejarem se envolver em disputas por liderança.

A associação quilombola, no entanto, não é a única a agir na comunidade, ao contrário, a articulação política comunitária é anterior a presença da ARQIB no território. Há também uma grande mobilização dos moradores em torno das associações religiosas e da associação que representa os pescadores de Araquembaua, conforme gráfico 3.

**Gráfico 3.** Percentual de moradores filiados às associações existentes na comunidade quilombola de Araquembaua



Fonte: Lopes (2016). Trabalho de Campo.

O gráfico demonstra a adesão de quase todos os moradores a ARQIB e a Associação de Pequenos Pescadores Quilombolas Ribeirinhos de Araquembaua indicando a mobilização intensa do grupo em torno da identidade quilombola. O resultado pode indicar a expectativa comunitária no que diz respeito à conquista de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas.

É importante ressaltar que a Associação de Pequenos Pescadores Quilombolas Ribeirinhos de Araquembaua passou a se chamar assim a partir da titulação quilombola no território, mas sua existência antecede esse momento e representa os interesses dos pescadores da comunidade. Outro dado relevante diz respeito a relação da comunidade com as associações de caráter religioso, a participação dos moradores é bem intensa, no passado era quase toda voltada para a fé católica, o crescimento das igrejas cristãs evangélicas no território, no entanto, alterou significativamente o quadro.

Ao mesmo tempo, as pessoas sinalizam a compreensão de que a presença das associações no território sejam elas religiosas, de caráter trabalhista ou relativas à territorialidade quilombola, materializam estratégias de controle territorial que são importantes para o desenvolvimento do território.

De acordo com Mascarenhas e Amaral (2016), os mecanismos de controle territorial, orbitam em torno das práticas coletivas e muitas vezes são definidas através da mobilização política do grupo visando a consolidação da conquista do território e o resgate da identidade quilombola, pois “o controle do território quilombola está voltado para a preservação de um modo de vida e de uma identidade quilombola na Amazônia” (p.123).

Os dados demonstraram que escolas, associações e igrejas têm contribuído, cada uma a sua maneira, para o resgate e fortalecimento da identidade étnica quilombola, uma vez que, a identidade consolida a conquista territorial e fortalece o domínio coletivo do território aproximando as pessoas e as práticas. Muitas comunidades camponesas, assim como em Araquembaua vem buscando fortalecer o domínio territorial acessando a titulação quilombola.

De acordo com Diniz e Tubaldini (2015) o uso da titulação como estratégia territorial foi relativamente comum na Amazônia, a assunção da identidade quilombola representou, em alguns casos, uma estratégia de reordenamento territorial a partir dos interesses das comunidades negras camponesas.

Macedo (2015) ao estudar a territorialidade camponesa na comunidade do Cravo, localizada no município de Bujaru, analisa o processo de constituição do território quilombola como elemento de resistência às políticas empreendidas pelo projeto da dendeicultura no nordeste paraense.

De acordo com Nahum e Bastos dos Santos (2014), a dendeicultura expressa o movimento dialético das dinâmicas territoriais na Amazônia, pois, ao mesmo tempo em que representa uma nova estratégia da reprodução ampliada do capital e de espoliação do trabalhador do meio rural, responde a dívidas sociais produzidas pelo Estado em relação ao

campesinato tradicional, oferecendo renda e inclusão social enquanto subordina esse trabalhador a outra lógica de organização do trabalho

A atratividade produzida pelo discurso competente, porém, segundo Macedo (2015), não conseguiu vencer a resistência e a capacidade de mobilização política da comunidade do Cravo. A adesão a titulação quilombola configurou, dessa maneira, uma importante estratégia territorial, não aconteceu, no entanto, sem conflitos e incertezas.

O caso, ressalvadas as especificidades, se assemelha ao ocorrido em Araquembaua, visto que, foi o avanço das ameaças territoriais e a insegurança produzida pelos grandes projetos no território que mobilizaram as forças coletivas em prol da titulação quilombola.

A análise de Malcher e Nahum (2010) sobre a dinâmica de adesão a titulação da comunidade do Cravo (citada anteriormente) e de São Judas, indica outros componentes, entre eles, a articulação política em torno da conquista e acesso a políticas públicas destinadas aos territórios quilombolas. Ambos os territórios foram tradicionalmente ocupados por comunidades negras rurais, mas apresentam trajetórias históricas singulares.

A comunidade do Cravo traz como marca uma ocupação centenária com episódios de migração e retorno ao território motivados, em grande medida, pela relação estabelecida dos moradores com a realidade local, ora excludente e precária, ora apresentando algum grau de atratividade, “este retorno se devia as melhorias de infra-estrutura, (tais como eletrificação rural, água encanada), que vinham ocorrendo na comunidade neste momento” (idem, ibidem. pp. 5-6).

O segundo território, o de São Judas, está dividido em duas pequenas comunidades. Ambas são compostas por poucas famílias, mas estas, diferente do que ocorreu no Cravo, mantiveram-se no território e passaram a lutar sistematicamente pela conquista do domínio territorial, “sendo a única a se autodefinir quilombola e reivindicar tal reconhecimento” (idem, ibidem. p. 8). Dessa forma, ocorre a expressão de “dois processos diferenciados de mobilização política para afirmação da identidade territorial quilombola no processo de titulação coletiva” (idem, ibidem. p.10).

A análise das motivações que levaram as comunidades do Cravo e de São Judas a buscar a titulação rememora o ocorrido em Araquembaua. O interesse em acessar as políticas públicas destinadas aos territórios quilombolas e a busca por seguridade territorial serviram de estímulo para que os moradores se organizassem e adensassem as lutas territoriais.

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, do rio Itacuruça, localizada em Abaetetuba, município paraense, passou a lutar pelo reconhecimento da identidade quilombola a partir do final da década de 1990. Segundo Nahum e Ferreira (2011) o principal

meio de sobrevivência do grupo era o trabalho em olarias. Foi através da colaboração da Diocese de Abaetetuba, a partir de um estudo do levantamento populacional realizado na área, que se constatou a existência de remanescentes de quilombos.

O legado ancestral demarcado suscitou uma profunda mobilização política em torno da perspectiva de garantia territorial. Essa mobilização responde a inquietações evocadas no território pelas práticas relativas ao trabalho, uma vez que, a principal fonte de renda das famílias, configurava-se em “trabalho precário, predatório ao ambiente e economicamente ineficaz para as famílias” (idem, *ibidem*. p. 2). A titulação da terra, dessa forma, configurou uma estratégia de acesso às políticas públicas destinadas aos territórios quilombolas, uma vez que, até então, predominava um quadro de abandono e descaso em relação às demandas históricas da comunidade.

De acordo com Nahum (2011) a demarcação das terras remanescentes de quilombo das ilhas de Abaetetuba (PA), em geral, representou uma conquista para os moradores. Ao mesmo tempo, configurou uma estratégia contra o avanço da dendeicultura e contra o descaso produzido por relações desiguais oriundas das práticas laborais dadas pela lógica das olarias no município.

A garantia do domínio das terras, no entanto, não surtiu o efeito desejado, pois, não conseguiu alterar “a dependência que a atividade oleira tem dos agentes atravessadores, bem como a ameaça que a expansão da dendeicultura tem sobre esse território” (idem, *ibidem*. p. 80).

A realidade marcada por precariedade, pela impossibilidade de manter o modo de vida diante do avanço de interesses exógenos ao lugar e da força do capital, é também, um aspecto comum ao quadro de Araquembaua, o que demonstra que a dinâmica territorial experimentada no lugar é compartilhada com o mundo se manifestando em outros lugares assemelhados.

África e Laranjituba são territórios quilombolas localizados no município de Moju, nordeste paraense. O primeiro território é composto por 68 famílias e o segundo por 73. De acordo com os moradores a posse da terra é ancestral, herança dos antigos senhores comprovada através de testamento lavrado em cartório. Os moradores desses quilombos “desenvolveram inúmeras estratégias territoriais de luta e resistência para garantir e afirmar suas identidades étnico-raciais e, de modo semelhante, assegurar o controle e o uso do território” (MASCARENHAS; AMARAL, 2016. p.108).

Os mecanismos utilizados pelo grupo apresentam um conteúdo baseado na ancestralidade, tomando como referência os saberes, as práticas e as técnicas desenvolvidas

na comunidade. Destacam-se, entre eles, o artesanato, com a produção de panelas de barro e carrancas, objetos marcados por forte ancestralidade, o estabelecimento de relações sustentáveis com o meio ambiente a partir do uso comum da terra e da preservação do ecossistema e o desenvolvimento de uma pedagogia comunitária ancestral com vistas a assegurar a preservação da identidade e do controle territorial dos quilombos.

Nestes espaços “a territorialidade quilombola emerge de um conjunto de práticas espaciais desencadeadas pelos agentes de África e Laranjitiba, constituindo-se em estratégias para garantir a manutenção de um modo de vida e legitimar a reprodução do grupo” (idem, *ibidem*. p. 142). Percebe-se, então, que a revalorização das memórias, das tradições comunitárias, da ancestralidade e das múltiplas identidades presentes no território, inaugura um novo código ético e político pautado na mobilização das identidades culturais dos povos quilombolas (CRUZ, 2014).

O cenário apresentado até aqui, relativo aos territórios quilombolas paraenses, não representa um processo isolado no Brasil, nem na América Latina. A invenção de territórios e territorialidades quilombolas “representa uma estratégia de sobrevivência do grupo visando tanto sua reprodução material quanto cultural” (FONTELES, 2008. p.2).

O caso dos remanescentes de quilombo do Ceará é bastante representativo. O estado reflete uma trajetória marcada por contradições no que diz respeito ao reconhecimento da presença negra, uma vez que ela é negada e esteve invisibilizada por tempos, mesmo tendo sido palco de um processo de escravidão que durou três séculos.

A negação é um sintoma da exclusão destinada à população negra do país e do estado, neste caso em particular, indica que “a identificação como remanescente de quilombos ainda é cercada de muitas incertezas a respeito das implicações práticas das políticas públicas e porque não dizer de uma carga negativa associada ao termo” (idem, *ibidem*. p. 2). Essa identificação, no entanto, foi acessada diante da necessidade de garantia territorial, de acesso às políticas públicas e de preservação dos direitos culturais.

Acessar uma territorialidade materializa o esforço de dar visibilidade ao que historicamente foi apagado da memória dos povos negros e de todos os povos subalternizados na história da humanidade. Inventar os territórios e as territorialidades não representa, portanto, como afirmam os setores que tentam invalidar a existência desses sujeitos de direito, a reivindicação de “uma ancestralidade negra artificial, criada e mantida por sua utilidade pragmática a fim de obter vantagens coletivas” (CARDOSO, 2011. p. 122), ao contrário, implica em um movimento de tomada de consciência de que “os territórios não são

substâncias a - históricas e que são, sempre, inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram”. (PORTO-GONÇALVES, 2012. p.18).

Na América Latina as comunidades quilombolas, também historicamente invisibilizadas, passam a operar em um campo político importante reivindicando juntamente com outros movimentos sociais, o reconhecimento de identidades territoriais, o direito à dignidade e a autonomia dos povos (ARRUTI, 2000; CRUZ, 2014).

Brasil, Colômbia, Venezuela e Cuba são os países latinos com maior população negra, mas o povo negro também está presente em outros espaços. O “Chile, como Argentina, nega a existência de los afrodescendientes em la historia y el presente del país” (WALKER, 2012. p.30) e essa negação, lamentavelmente, subtrai a contribuição do povo negro e fragiliza sua luta. Por outro lado, o Equador e a Colômbia vêm fortalecendo sua mobilização e inaugurando no espaço público, novas agendas e novas bandeiras de luta (CRUZ, 2014).

Assim como no Brasil, a Colômbia conquistou através de militância e mobilização política, alterações nos marcos legais. No Brasil, elas estão presentes na CF/88 e na Colômbia, na Constituição de 1991. As formas de dominação e resistência se assemelham e resultam em conquistas, muitas delas, territoriais e culturais (SILVA; GRACIANO, 2016). Em ambos os casos, a invenção dos territórios e de territorialidades são componentes importantes na compreensão das dinâmicas desses povos.

De Araquembaua até a Colômbia existem distâncias geográficas consideráveis. Porém, os dois casos se cruzam e outros tantos na América Latina, também, uma vez que, a configuração de estratégias territoriais para a preservação do grupo, da memória, da identidade, da cultura, da dignidade e da autonomia, é comum a esses povos.

A recorrência de casos semelhantes ao de Araquembaua no Pará, no Brasil e na América Latina como um todo, demonstra o caráter universalista do processo. Não se discute apenas o lugar, mas a presença do mundo no lugar. Como afirma Santos (1999a. p. 22), “O mundo está aí e o lugar colhe no mundo atributos que o realizam histórica e geograficamente. É o mundo que se dá seletivamente no lugar”.

O processo de titulação de territórios quilombolas marca, desse ponto de vista, um momento de reterritorialização que não apaga, nem substitui a territorialização camponesa. Ela representa antes, a luta combinada por melhores condições de vida, pela contenção da pressão sobre a terra, e pelo reconhecimento de direitos ancestrais invisibilizados (DINIZ; TUBALDINI. 2015).

Nesse sentido, ocorreu um alargamento das problemáticas, uma vez que as novas identidades requeridas a partir de um momento específico da luta camponesa trazem

especificidades que precisam ser pensadas em seu próprio terreno semântico (CARDOSO, 2008; CRUZ, 2014). Essa realidade pode ser um indicativo que a reterritorialização quilombola ainda está em construção em algumas comunidades amazônicas e que como indica Souza (2008), o movimento de aquilombar-se implica na luta pela sobrevivência física do grupo, mas é também um processo pedagógico que reflete a invenção do território e das territorialidades.

### **3.2 Terra, trabalho e família no quilombo de Araquembaua**

Araquembaua vive hoje uma nova situação geográfica que indica, sobretudo, que o território dialoga com as políticas de Estado impostas ao município e a Amazônia; que vem sofrendo, ao longo do tempo, o impacto da proximidade com os Grandes Projetos e com a iniciativa privada que representa o avanço do capitalismo na região; que novas racionalidades penetram no lugar, mediadas pela técnica e pelo desenvolvimento de outras práticas laborais.

Os camponeses de Araquembaua, atualmente agregam a identidade quilombola e constroem novos traçados territoriais. A mudança semântica nas relações territoriais é acompanhada de uma série de outras transformações que não estão isoladas de um contexto mais global, ao contrário, respondem aos estímulos dados pela temporalidade do mundo, dessa forma, o meio geográfico incorpora a novidade e a herança expressando um território usado que é, sobretudo, produto e produtor de territorialidades em movimento (SILVEIRA, 2011; SILVA, 2012).

A titulação do território quilombola é um marco na história de Araquembaua. As narrativas dos moradores dão indícios de que a comunidade percebe temporalidades diferentes, muito embora, a maior parte das expectativas que se originaram com o processo da titulação não tenham se cumprido ainda, é possível identificar no imaginário coletivo o tempo de “antes” e o de “agora”.

A terra permanece sendo usada coletivamente, uma vez que, o grupo detém o controle relativo do território e de seus recursos e define as regras de uso comum (CARDOSO, 2011), mas o status de território quilombola a transformou em propriedade privada coletiva, isso quer dizer que os interesses do grupo, também, são mediados pela articulação promovida através da representação oficial que é a associação quilombola, ou seja, surgiram novos atores e novas representações.

Uma das primeiras e mais impactantes ações da ARQIB no território, realizada em parceria com a Prefeitura Municipal foi a demarcação de novas ruas na vila. Até pouco tempo antes da titulação, a comunidade contava apenas com a Primeira Rua e com alguns poucos objetos que incluía um número pequeno de casas, a igreja católica, o cemitério, um campo de futebol, o Porto da Trindade e alguns trapiches particulares, todo o resto do território era considerado área rural como já foi discutido anteriormente.

A conquista de uma nova configuração geográfica que considerasse a necessidade da existência de outras ruas na vila para a construção de casas com vistas a abrigar as famílias recém formadas fortaleceu a associação e exibiu o grau de articulação da territorialidade emergente. Nas palavras do informante,

Graças à associação quilombola hoje a comunidade tem várias ruas, nós conseguimos convencer os moradores antigos a abrirem mão dos extensos sítios que ocupavam para que novas casas e ruas surgissem (Informação retirada de formulário preenchido em 13.09. 2016).

Dessa forma, os objetos que se desenham no território usado de Araquembaua sinalizam aspectos particulares da organização comunitária e materializam algumas das intencionalidades projetadas para o futuro evidenciam, ao mesmo tempo, um território em mudança, em processo, um território articulado com o mundo, uma vez que incorpora a dimensão global, a nacional e a local (SANTOS, 1999a).

O território de Araquembaua incorpora hoje diversos objetos, entre eles, postos de saúde, torre de internet, torre de telefonia, ginásio esportivo, campos de futebol, barracão comunitário, barracão da igreja, várias casas, mais ruas, lojas, panificadoras, mercadinhos, entre outros, conforme o croqui 2.

Croqui 2. Comunidade de Araquebaua depois da titulação (2017). Baião (PA)



Fonte: LOPES (2017). Trabalho de Campo.

A análise do croqui 2 permite afirmar que configuração espacial do território mudou. A área residencial chamada pelos moradores de Vila cresceu, comporta agora seis ruas, cento e dezesseis residências e diversos objetos diferentes. Por outro lado a área rural destinada às atividades produtivas reduziu significativamente.

Os moradores relatam que há em Araquembaua hoje nove comércios de gêneros alimentícios, uma loja de material de construção, seis bares, quatro lojas de venda de roupas, duas oficinas de moto, uma loja de eletrodomésticos, duas casas de festa e duas linhas de barco próprias.

Uma mudança importante diz respeito ao estilo das casas em Araquembaua. Hoje elas se assemelham muito as casas urbanas que estão na sede do município ou em outras cidades próximas (ver Quadro de Figuras 3). Não fosse, o hábito cultivado no território de manter a casa antiga ao lado da nova, em quase nada lembraria a vila de moradores na década de 1980, por exemplo.

**Quadro de Figuras 3.** Registro fotográfico das casas de Araquembaua



Fonte: LOPES (2016). Trabalho de Campo.

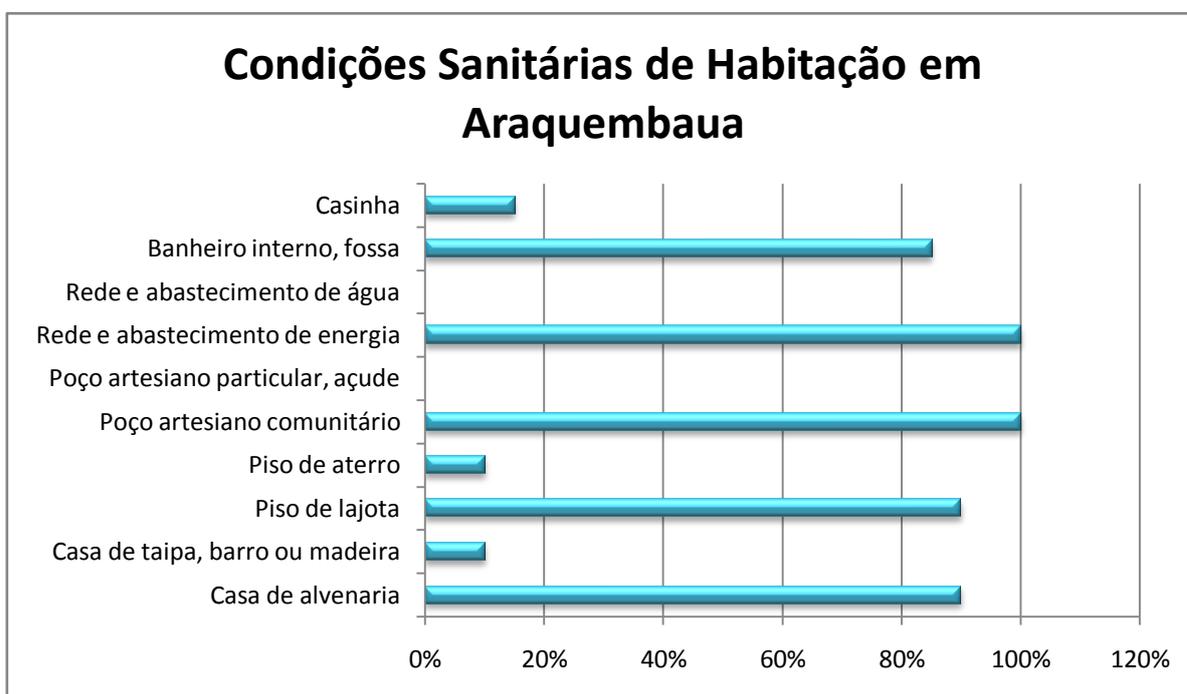
O quadro de figuras 3 exibe a nova configuração das casas da vila de Araquembaua. é possível observar nas imagens que os moradores construíram casas de alvenaria com modelos urbanos, mas mantém a casa antiga, geralmente de madeira ou taipa, ao lado da nova como na figura 1. A segunda figura mostra a frente de uma casa totalmente modificada e na figura 3, vê-se o interior da casa, a área onde funciona a cozinha. A figura 4 exibe a construção de uma vila de kit nets.

Para Carvalho (2016), a adoção do novo padrão estético adotado em Araquembaua não é uma realidade isolada na Amazônia, ao contrário, a preservação das antigas casas ao lado das novas é um fato que se repete em diversas localidades camponesas. A autora relata que ao realizar um estudo de caso sobre as metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da

dendeicultura em Tomé-Açu, mais especificamente na Vila Forquilha, percebeu que “[...] comumente encontramos nas unidades familiares a presença de duas casas [...]. Uma simples de madeira, pequena, em alguns casos de barro, e ao lado uma casa maior de alvenaria, construída recentemente, com o piso de lajota, moveis novos” (p.104)

Mas não foi apenas o estilo arquitetônico das casas que mudou as condições sanitárias de habitação também se alteraram, conforme gráfico 4.

**Gráfico 4.** Condições Sanitárias de Habitação em Araquembaua



Fonte: LOPES (2016). Pesquisa de Campo.

O Gráfico 4 aponta o grande número de casas de alvenaria, com piso de lajota e banheiro interno, fato que, segundo os moradores, no passado era muito incomum. A mudança, conforme a comunidade indica, deriva de uma série de circunstâncias somadas. A primeira se refere ao contato dos moradores que foram estudar fora com os modelos dados pelas cidades, no retorno eles passaram a estimular essa mudança arquitetônica por que atribuíam a esse padrão um pouco mais de higiene e modernidade. Com a chegada da energia elétrica e outros serviços como telefonia e internet, a comunidade se viu dialogando com outras realidades mediadas por técnicas novas. Aos poucos a comunidade foi aderindo a um padrão urbano de moradia.

Mas o campo não exibiu apenas os novos formatos arquitetônicos e as mudanças nas condições sanitárias, também confirma o grau significativo de dependência dos moradores em relação às políticas públicas que beneficiam os territórios, uma vez que a maioria dos moradores afirmou que os recursos financeiros destinados às reformas em suas residências são oriundos do pagamento do Seguro Defeso, benefício concedido ao Pescador Profissional Artesanal durante o período de defeso da atividade pesqueira para a preservação da espécie. Como as famílias são numerosas e reúnem um número significativo de pescadores, incluindo cônjuges e filhos, elas aproveitam o momento do seguro para investir na compra de materiais de construção. A mão de obra geralmente é familiar.

O território responde, dessa forma, a estímulos exógenos que ultrapassam as fronteiras físicas e culturais demonstrando certa conectividade com as dinâmicas globais. De acordo com Camargo (2009), “Nasce daí uma nova dinâmica espacial associada a uma economia global que se estrutura em diversas escalas de redes que atravessam todo o planeta [...] e que não mais respeitam fronteiras e desejos locais” (p. 36). As feições de Araquembaua se metamorfoseiam aos poucos.

No gráfico, também, é possível observar que a comunidade toda é beneficiada por um sistema de abastecimento de água que deriva de poços artesianos comunitários. A construção dos poços e das caixas d'água resulta da mobilização comunitária em parceria com a ARQIB. A comunidade pressionou a sede do município para obtenção de alguns serviços, ofereceu a mão de obra em forma de mutirão e a ARQIB conseguiu o material necessário.

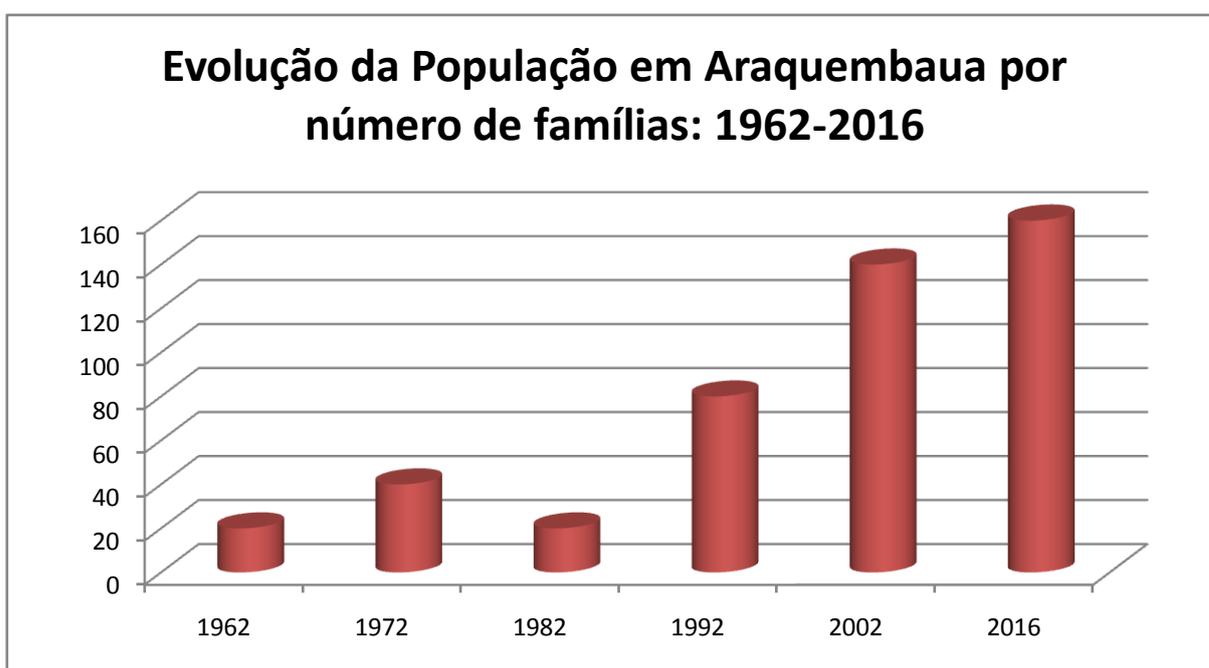
O desenvolvimento do trabalho em Araquembaua também tem dado sinais de mudança. Uma das características mais marcantes do modo de vida dos moradores da comunidade se refere a possibilidade de manipular, ao longo do tempo, vários recursos do ambiente, seja em terra firme, na floresta ou nos quintais, seja na água. A versatilidade ou polivalência permite a combinação de estratégias diferenciadas para a garantia da sobrevivência do grupo e indica o “caráter dinâmico das formas de uso dos recursos naturais [...], a capacidade de adaptação de inúmeros seguimentos da população ribeirinha ao ambiente amazônico [...]” (FERREIRA, 2014. p.113).

Segundo Cruz (2007) as diferentes formas de uso dos recursos naturais amazônicos tem sido ressignificadas, uma vez que, a penetração do capital impõe ritmos e projetos exógenos ao território e redimensiona relações socioterritoriais construídas ancestralmente, pois “[...] os camponeses não são autônomos, nem auto-suficientes. Eles estão inseridos no conjunto da sociedade, nesse caso, a sociedade capitalista” (p.6).

A construção da UHE de Tucuruí foi responsável pelo desaparecimento de diversas espécies de peixes, fato denunciado nas narrativas dos moradores anteriormente, e ao mesmo tempo, atraiu trabalhadores locais que viam nesse processo a chance de conseguir alguma remuneração. Dessa forma, a impossibilidade de manter a pesca como principal fonte de renda da família fez com que muitos abandonassem o território e procurassem emprego assalariado em cidades próximas como Tucuruí, Mocajuba e Cametá. Alguns se deslocaram para mais longe, indo morar nas áreas periféricas de Belém.

A migração resultante da atratividade evocada pelo grande projeto ou pela busca por melhores condições, muito embora tenha provocado um esvaziamento no território o que, de acordo com Nahum e Bastos dos Santos (2015) indica a subordinação do camponês a essa nova dinâmica, foi seguido em outros momentos pelo retorno ao campo e/ou pela combinação de atividades variadas (pluriatividade) sem abandono do lugar. O gráfico 5 demonstra o comportamento demográfico da população em Araquembaua entre os anos de 1962 a 2016.

**Gráfico 5.** Evolução da População em Araquembaua: 1962-2016



Fonte: LOPES, 2016. Diário de campo: relato dos moradores.

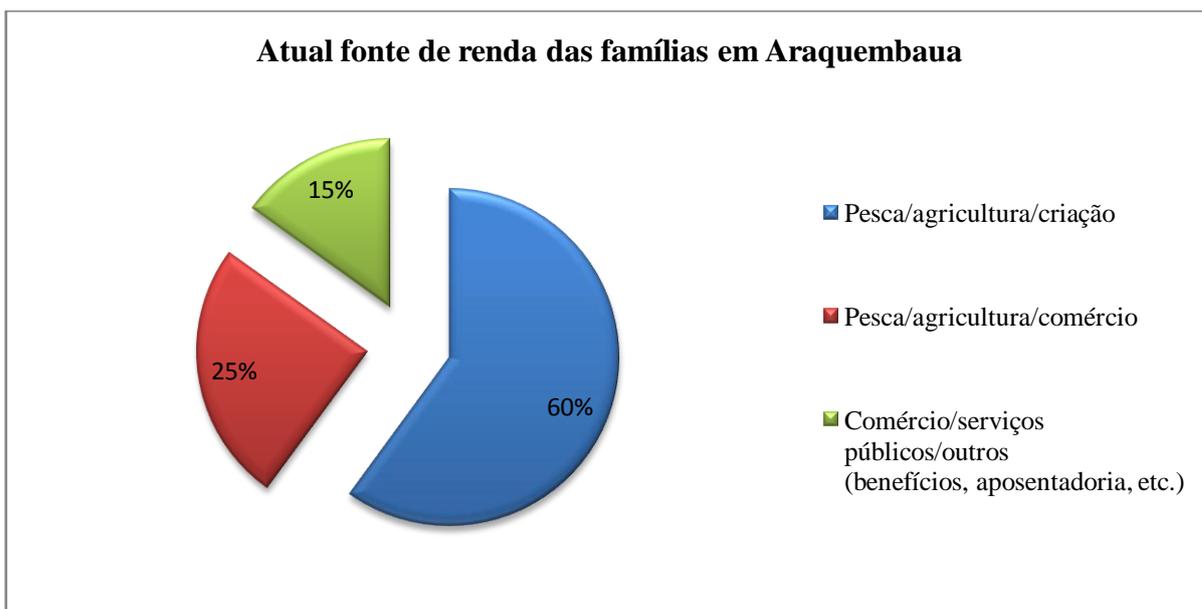
O Gráfico 5 demonstra que no período de 10 anos (1962-1972), a população de Araquembaua cresceu moderadamente. A redução da população que ocorreu em 1982, segundo os moradores, está relacionada à construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE)

e a atratividade produzida a partir da instalação de um polo madeireiro no município de Cameté. As décadas seguintes, no entanto, expressam um comportamento diferente, demarcando o retorno ao território.

Os moradores sinalizam as prováveis causas da reterritorialização e aumento demográfico no território, entre elas: a) a expectativa e posterior mobilização dos pescadores de Baião em torno do recebimento do Seguro Defeso, instituído em 1991 no território brasileiro; b) as constantes ações da Igreja Católica local e de seus fieis para a conquista de benefícios comunitários; c) a articulação conjunta com as demais comunidades quilombolas em torno da titulação quilombola desde 1997; d) o recebimento do título de território quilombola no ano 2002; e) o fornecimento de energia elétrica a partir do Programa Luz Para Todos em 2007; f) a inserção na comunidade via casamento; g) o acesso ao território através das rodovias e da balsa.

Soma-se ao quadro, o fato de que os moradores de Araquembaua forjaram estratégias para reagir ao processo de desterritorialização que assolava o território, pautadas na mobilização e articulação em prol de conquistas de políticas públicas para o atendimento das demandas internas e, estratégias voltadas para a garantia de renda através da pluriatividade como demonstra o gráfico 6.

**Gráfico 6.** Atual fonte de renda das famílias em Araquembaua



Fonte: LOPES, 2016. Trabalho de Campo.

De acordo com os dados do gráfico a quantidade de pessoas que obtém renda da pesca e da agricultura é bastante superior a de outras práticas laborais, no entanto, o percentual declarado, também, tem relação com as políticas públicas destinadas ao grupo. O trabalho nos quintais, no entanto, tem sido bastante relevante para a sobrevivência dos moradores, uma vez que é deles que se extrai o necessário à alimentação cotidiana.

Por outro lado, a combinação de diversas atividades vem garantindo renda para os moradores, muito embora, ela ainda não seja suficiente para que eles consigam superar o quadro de pobreza e desigualdade, comum às comunidades camponesas da Amazônia. A atividade comercial vem crescendo no território. O comércio configura uma renda extra que não precisa ser declarada oficialmente, uma vez que a maioria dos estabelecimentos funciona na informalidade.

A somatória do trabalho comercial, dos serviços públicos e dos pensionistas, no entanto, não ultrapassa os 15% indicando que o número de pessoas que conseguiu ingressar no serviço público ou vive de programas assistenciais é insignificante, portanto, é o grupo doméstico que trabalha na terra e no rio, que permanece responsável pela reprodução da comunidade e de seu modo de vida.

O acesso a novas tecnologias informacionais, a possibilidade de deslocamento por terra, a chegada da luz elétrica, representaram importantes mudanças na feição do lugar e impactaram o cotidiano das pessoas. No entanto, apesar dos avanços em alguns aspectos da organização social, política e econômica da localidade, muito há que se conquistar. Segundo os moradores, ainda ocorre migração da população jovem em direção às cidades mais próximas em função da falta de estrutura adequada para a permanência na comunidade com a qualidade de vida que se almeja, fato que a titulação quilombola não conseguiu impedir.

A titulação agregou algumas expectativas do grupo, a maioria relacionada aos benefícios prometidos em lei principalmente no que diz respeito ao apoio às atividades produtivas do local. Porém, a semelhança do ocorrido em outras localidades que também foram tituladas a efetivação da titulação não veio acompanhada de ações capazes de impulsionar as atividades produtivas do território. Aos poucos a comunidade foi percebendo que a titulação somente não conseguiu imprimir as transformações sonhadas, visto que precisa ser acompanhada de outras ações capazes de dar forma e substância a condição reconhecida de Araquembaua como quilombo.

O trabalho de campo revelou, portanto, que não foi a titulação quilombola o elemento responsável pela dinâmica que se observa no território, antes, um conjunto de fatores ajuda a explicar as proporções da mudança no traçado territorial ao longo do tempo. Mas a força

criativa e a articulação política que os moradores demonstraram mediados pela representatividade quilombola parecem ser fundamentais para o entendimento do processo de produção territorial. Como sugere Saquet (2014), “O território é produzido por meio das territorialidades, num processo histórico e social centrado nas relações de poder, nas redes [...] e nas identidades” (p. 21).

A titulação, no entanto, veio acompanhada de um processo pedagógico que, aos poucos se instala na comunidade, uma vez que dela se exige constantemente a afirmação da ancestralidade quilombola. A participação ativa dos moradores nas assembléias promovidas pela ARQIB e nos encontros dos quilombos amazônicos onde se discute a realidade dos camponeses, ribeirinhos e quilombolas, tem favorecido o processo de auto-identificação do grupo com a nova condição territorial.

Outro fato que vem consolidando uma mudança de postura em relação a assunção da ancestralidade quilombola deriva do número significativo de jovens que tem conseguindo entrar nas universidades públicas por conta das cotas e projetos destinados ao público quilombola. A perspectiva de conseguir conquistar uma vaga em universidades públicas e gratuitas tem estimulado o retorno ao território.

Ocorreram mudanças também em relação ao meio ambiente. A exploração contínua dos recursos, o avanço de práticas predatórias de caça e pesca, o desmatamento e o acúmulo de lixo produzido por uma comunidade que apresenta um comportamento demográfico crescente sinalizam alguns dos problemas e desafios enfrentados pela comunidade. De acordo com os moradores os recursos disponíveis no ecossistema do território quilombola de Araquembaua já não são tão vastos.

A retirada de parte da floresta primária para fins de desenvolvimento de práticas agrícolas, para a fabricação de casas, para a construção de novas ruas e para abertura de ramais entre uma comunidade e outra, produziu mudanças não apenas na vegetação, também afetou o clima. O território que antes apresentava temperaturas amenas agora sofre com o calor em excesso.

Reduziu-se, também, a quantidade de frutos disponíveis no ambiente, os frutos saciavam a fome da comunidade quando faltavam peixes no rio. A mata retirada sinaliza, ainda, a ausência da caça, prática muito importante para a garantia da sobrevivência do grupo. A caça trazia também um componente simbólico em torno do caçador, pois um bom caçador portava a admiração e o respeito do grupo. De acordo com o informante:

Houve grandes caçadores em Araquembaua, mas entre os mais novos estava meu irmão Wilson. Foi meu pai, Leonilo Lopes, que o ensinou a caçar, mas sempre orientou que um bom caçador não é aquele que sai matando um animal por matar, um bom caçador tinha que respeitar a mata, respeitar a floresta, os animais e só caçar quando havia necessidade, apenas pra saciar a fome da família. Um bom caçador tinha que ter respeito pela natureza e ser respeitado pela comunidade (Informação retirada de formulário preenchido em 25.10.2015).

As narrativas também denunciam a presença de uma nova racionalidade entre os moradores no que diz respeito ao desenvolvimento do trabalho. Considerada penosa e de baixo retorno financeiro a agricultura, principalmente a da mandioca, tradicional em Araquembaua, está perdendo o dinamismo. A produção tem sido tão pequena que muitas famílias já estão comprando o que antes era produto farto na mesa.

Os quintais substituem as antigas roças e destinam-se a criação de galinhas, porcos, patos, peixes para o consumo doméstico. É comum a utilização do terreno para fazer uma pequena horta, para a plantação de árvores frutíferas e, em alguns casos, para abrigar um forno de farinha (Quadro de Figuras 4).

**Quadro de Figuras 4. Os Quintais de Araquembaua**



Fonte: LOPES (2015-2016). Pesquisa de Campo.

No Quadro de Figuras 4, as figuras 1, 2 e 3 exibem o quintal de dona Celeste com horta, plantações e criações de galinha, respectivamente. As figuras 4 e 5 referem-se ao quintal de dona Luize de Marilaque, a moradora cria peixes em um pequeno tanque doméstico e porcos para o consumo de sua família. Ao indagar se estas mulheres recebem algum tipo de assistência técnica ou financiamento para a realização das atividades, elas afirmaram que não, que desenvolvem seus trabalhos com o apoio familiar e com custos próprios.

O trabalho nos quintais, exercido predominantemente pelas famílias, atende a uma demanda local e objetiva suprir a falta de acessos a alimentos saudáveis, ao mesmo tempo, diminui o impacto provocado pela ausência de políticas públicas efetivas de apoio às famílias camponesas.

As práticas e usos da terra revelam “de que forma as famílias estão se adaptando às novas condições ecológicas, econômicas e sociais de seu meio ambiente” (MARIN; CASTRO, 2004. p.108). Indicam, ao mesmo tempo, a adoção de um conjunto de estratégias de enfrentamento às dinâmicas excludentes dadas pela realidade concreta tecida no seio da comunidade e na relação que ela estabelece com o entorno.

Outro dado significativo refere-se a quantidade de pequenos estabelecimentos comerciais de gêneros alimentícios instalados na comunidade, ao todo são treze, sendo que nove são mercadinhos, três são padarias e há uma lanchonete. Esses espaços trazem novidades do ponto de vista da cultura alimentar. Alimentos enlatados, grãos ensacados e pesados, tudo com uma praticidade bastante atrativa, porém, eles vêm mediados por relações de troca desiguais, uma vez que o valor a eles atribuído é sempre superior as condições de compra da maioria dos moradores da comunidade, pois falta renda e emprego a uma significativa parcela da população.

Ao mesmo tempo, os moradores denunciam a dependência provocada por políticas públicas como o Seguro Defeso, a Bolsa Família, a Bolsa Maternidade, etc. que, muito embora, tenham sido criadas pra atender as demandas comunitárias, acabaram alterando as práticas cotidianas do grupo:

Agente agora quase não tem mais peixe, desde que a barragem foi construída, mas as pessoas também têm preguiça de trabalhar, ficam só esperando do governo o dinheiro do defeso e se acomodaram, agora agente tem que comprar farinha, comprar frango (Informação retirada de formulário preenchido em 23.09.2016).

Falta peixe devido a barragem, agente agora come mais frango, até o açaí tem muita gente comprando. Tem gente também que troca o peixe por enlatado, por sardinha. Aí aos poucos tudo está mudando aqui, até o jeito de a gente comer. (Informação retirada de formulário preenchido em 25.09.2016).

Nas narrativas dos moradores a compreensão de que o momento atual requer cuidados é intensa, uma vez que já é possível perceber que, aos poucos, a comunidade perde o direito humano à alimentação adequada e saudável, o que configura um risco à segurança alimentar.

A segurança alimentar não é o único problema enfrentado no território. O consumo dos produtos urbanos está associado, ainda, a necessidade de descarte do material que os acompanha. Sacos de plástico, caixas, garrafas, se avolumam nos quintais, nas ruas e no fundão, área afastada que antigamente era destinada ao uso agrícola (Figura 8), transformado em uma espécie de “lixão” da comunidade. O quadro se deve, em grande medida, a ausência de uma política pública específica para atender a questão. A comunidade cresce velozmente e não há espaços apropriados para o descarte do lixo.

**Figura 8.** Registro fotográfico da área conhecida como Fundão



FONTE: LOPES (2015). Pesquisa de Campo.

Os problemas ambientais, portanto, não são poucos e os desafios que envolvem a gestão do território, também. O lixão que se forma denuncia uma série de ausências, uma vez que, “as políticas de estado não atendem as demandas da população ribeirinha amazônica, sobretudo aquelas relacionadas a emprego, renda e qualidade de vida” (NAHUM; FERREIRA, 2011. p. 02).

A mudança principal, porém, está mesmo no âmbito da racionalidade. O modo de vida simples e pautado em práticas de solidariedade ainda existe, mas os impactos de todas as transformações territoriais têm produzido territorialidades diferentes, não raro, conflitantes. O trabalho de campo deu visibilidade às mudanças.

Nas décadas que antecedem a chegada dos grandes projetos, de outros meios técnicos e da intensificação dos interesses do capital na região do Baixo Tocantins, a vida em Araquembaua era simples, o dinheiro tinha circulação apenas local e sua existência respondia a necessidade de reprodução material e espiritual do grupo. De acordo com o que sugere Santos (1999, p.9) “nesse tempo a vida material de algum modo se impunha sobre o resto da vida social, e o valor de cada pedaço de chão lhe era atribuído pelo próprio uso desse pedaço de chão”. O território definia o uso do dinheiro, subordinava o dinheiro.

A regulação espacial que originou a vila tinha como agentes condutores da produção do espaço os moradores, as instituições religiosas e o Estado. A pesca e o extrativismo eram as principais atividades, seguidas da agricultura. A produção visava o autoconsumo e o pequeno mercado. Predominava a realidade da precariedade, da existência de sistemas técnicos obsoletos, da dificuldade de acesso a serviços de transporte, comunicação, energia. A terra era o principal meio de produção e força produtiva, havia unicidade entre terra de trabalho e terra de família, a unidade familiar era a principal condutora do trabalho.

A nova configuração espacial denuncia, no entanto, um território usado atravessado por outras linguagens, a comunidade cresce e junto com ela ocorre a produção de um número maior de objetos. As trocas deixam de ser simples e locais e passam a responder aos ditames de demandas exógenas ao território. Aos poucos o dinheiro assume o lugar da reciprocidade, da fraternidade, da ajuda mútua. Inversamente o dinheiro subordina o território, dota o território de outros significados, de outros usos. A terra ainda é o principal meio de produção, mas aos poucos o dinheiro territorializa e monopoliza o território.

A introdução de novos sistemas técnicos através da ampliação dos meios de transporte, comunicação e informação, estimula a reconfiguração das práticas cotidianas evocadas, a partir de então, por comandos exógenos ao lugar. O Estado dota o território de objetos - escola, postos de saúde, sistema de energia elétrica, porém, não garante a funcionalidade nem o desenvolvimento anunciado, como afirmam Nahum e Oliveira (2013, p.8), as ações do estado “[...] cumprem função discursiva de mostrar que o governo paraense é sensível às demandas dos territórios quilombolas, mas encontram obstáculos para assumirem dimensão territorial”.

A terra passou a ser de domínio coletivo e, muito embora, no passado fosse usada coletivamente a partir de regras dadas pelo grupo, agora a condição de território quilombola evoca outras estratégias de regulação e estabelece uma relação entre o território e outras esferas exógenas ao lugar.

As famílias que permanecem envolvidas com as atividades tradicionais ainda são as condutoras do trabalho. A pesquisa revelou, no entanto, que elas estão consideravelmente menores, o que representa diminuição da mão de obra ativa na prática laboral. Os jovens têm investido mais intensamente na formação intelectual e tem buscado alcançar postos de trabalho remunerados e, nesse sentido, o território vem incorporando objetos que configuram postos de trabalho como as lojas, as padarias, as casas comerciais, entre outros.

As mudanças e permanências que se configuram no território usado revelam que as relações entre terra, trabalho e família se alteram gradativamente. A titulação do território quilombola demarca um dos aspectos da mudança, pois ressignifica o território e estimula a comunidade a revisitar a identidade territorial apagada, assim como a buscar os direitos prometidos às populações quilombolas.

A pesquisa indica, ainda, que Araquembaua, movida por ameaças e medo, evocou no ano 2000, conjuntamente com outras vinte e cinco comunidades o reconhecimento da identidade territorial quilombola. No momento do processo decisório havia dúvidas, incertezas e conflitos em relação a luta pela titulação do território, ainda assim, o grupo optou por ela configurando uma estratégia territorial que visava a permanência do uso e a garantia da posse da terra.

Os dados mais recentes revelam, no entanto, que um processo de aquilombamento do grupo está em curso. As práticas, as dinâmicas sócio-territoriais, os saberes que se somam por conta de uma revisitação ao legado histórico local, tudo somado tem contribuído para o novo quadro. Os moradores indicam perceber que se não unirem forças em torno da busca pelos direitos do povo negro camponês, terão poucas chances de garantir a sobrevivência de seu modo de vida e que a titulação tão somente não responde a todas as inquietações produzidas no traçado territorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Araquembaua é uma pequena comunidade camponesa quilombola do Baixo Tocantins que, assim como outras na Amazônia, teve sua origem e formação resultante “de um prolongado processo de intercâmbio cultural [...] que ocasionou alterações no modo de vida das inúmeras sociedades indígenas que habitavam a região” (CRUZ, 2007. p.12). Porém, o Baixo Tocantins também foi palco de “fugas, levantes escravos e deserção que originaram vários redutos de aquilombamentos ou mocambeiros [...]” (PINTO, 2015.p.86).

Muito embora, os registros históricos e arqueológicos tenham sinalizado a ancestralidade indígena e negra na região e a existência de uma grande quantidade de mocambos e quilombos vizinhos a Araquembaua também indicasse a herança quilombola, o reconhecimento da ancestralidade negra dentro da comunidade estava invisibilizado e/ou era negado. Ainda assim, em 2002 a comunidade conseguiu através de intensa mobilização política e em parceria com outras vinte e cinco comunidades do entorno, o título de território quilombola.

A titulação do território quilombola de Araquembaua serviu como referência de análise para a realização deste trabalho. Considerou-se, aqui, a titulação como uma conquista territorial (TRECCANI, 2006; NAHUM, 2011 a; DINIZ; TUBALDINI, 2015) que se efetiva a partir de elementos que sinalizam dentro e fora do território a imanência desta perspectiva.

A hipótese estruturadora da pesquisa defendia a ideia de que a comunidade ao lutar pela titulação quilombola buscava, principalmente, a seguridade territorial, ou seja, o grupo materializava uma estratégia territorial para garantir o uso e posse da terra (DINIZ; TUBALDINI, 2015), estratégia evocada a partir de estímulos exógenos ao lugar (LIFSCHITZ, 2006). A situação geográfica vivenciada na ocasião dava indicativos de que essa seria a principal linha de interpretação dos fatos, uma vez que, o modo de vida dessa comunidade era ameaçado em diversas frentes.

Em Araquembaua terra, trabalho e família constituem um aspecto identitário basilar da organização do grupo e das relações que se definem no território. As relações trazem como marca a identidade com a terra e com o rio, fincada a partir dos usos que se dão de forma coletiva e solidária, mantendo dessa forma as características de uma população camponesa.

As práticas expressam a unidade entre terra de trabalho e terra de família e denunciam a existência de um trabalho ritmado pelo local, a manutenção da pequena propriedade, o primado do uso sobre a posse, a renda proveniente predominantemente do trabalho na terra, a baixa integração com a cidade, a forte atuação da Igreja, das associações e sindicatos no local

e a pluriatividade como mecanismo de subsistência do grupo. O modo de vida simples, no entanto, passou a ser ameaçado.

Respondendo a uma série de transformações que impactaram a Amazônia e que estabeleceram um tempo mediado por novas técnicas e informações, Araquembaua recebeu em seu território, a partir da década de 1980, redes de energia, telefonia e internet, rodovias, hidrovias. A conexão com o território feita através da balsa pouco tempo depois favoreceu o deslocamento de pessoas e veículos e, de repente, o território se viu no mundo e viu o mundo no território ou como sugere Santos (2014), o mundo passou a se expressar no lugar através do meio técnico-científico-informacional.

Ocorreu gradativamente um processo de ressignificação das práticas, dos saberes e dos fazeres o que sinalizou a presença de territorialidades diferentes, conflitos e disputas territoriais. Araquembaua passou a refletir uma nova dinâmica dando indicativos que vinha sofrendo interferências de elementos exógenos ao lugar, mas que para conseguir responder às suas próprias inquietações seria necessário produzir outras estratégias territoriais.

Ao mesmo tempo instalava-se na comunidade um cenário de insegurança territorial resultante de um quadro de transformações territoriais que atingia o Baixo Tocantins e, mais especialmente, o município de Baião, provocando rebatimentos na comunidade. A construção da UHE de Tucuruí, a instalação de um polo madeireiro em Cametá e de um polo energético com base no desenvolvimento da cultura do dendê sinalizavam novos ares e evocavam um grande movimento de desterritorialização. Novamente a comunidade se via diante do imperativo da defesa territorial.

Percebia-se, porém, na trajetória da comunidade a existência de fatores territoriais que estimulavam o reconhecimento da condição territorial quilombola. Havia indícios arqueológicos, históricos e geográficos referentes a ancestralidade quilombola na região. Na ocasião, Araquembaua é visitada por representantes do CEDENPA, órgão que teve uma atuação relevante no processo de titulação das comunidades quilombolas do Pará e ajudou a intensificar a luta política pelo reconhecimento legal dos quilombos brasileiros que resultou na materialização de uma conquista efetiva a partir da Constituição Federal de 1988.

A ação ajudou a comunidade a compreender que o direito social garantido aos afrodescendentes através da regularização da posse da terra, não contempla somente as terras de quilombo originadas durante o processo de escravidão ou após a abolição. O direito se estende a todas as comunidades camponesas ocupadas tradicionalmente por afrodescendentes (ARRUTI, 2006).

A presença do CEDENPA, de intelectuais da UFPA e de outros quilombolas que já haviam sido contemplados com a titulação, caso dos quilombolas de Oriximiná, mobilizou a comunidade e provocou um intenso processo de debate e reflexão acerca dos benefícios previstos em lei às comunidades que se auto-identificassem como quilombolas, principalmente a seguridade do uso e posse da terra e a conquista de políticas públicas voltadas para os quilombos. A titulação do território representava, portanto, uma estratégia territorial eficaz.

Dessa forma, expressava-se no território um conjunto de condições territoriais, técnicas e políticas que explicava e favorecia a luta pela titulação quilombola, luta que, de acordo com a hipótese sustentada no início da pesquisa, configurava, principalmente, uma estratégia territorial do grupo. Mas o estudo também procurou compreender as dinâmicas territoriais que despontaram no território após a titulação, observando mudanças e permanências em três elementos centrais: terra, trabalho e família.

Para tanto, buscou-se construir uma análise do território quilombola de Araquembaua que considerasse suas múltiplas e diferenciadas formas de dominação e apropriação do território manifestas nas estratégias territoriais desenvolvidas pelos sujeitos na comunidade ao longo do tempo.

O campo revelou que a titulação quilombola representou um acontecimento importante dentro da comunidade, uma vez que as pessoas sinalizam perceber as diferenças entre o antes e o agora. Porém, ela não alterou o modo de vida da população e nem foi capaz de ajudar a superar a pobreza e as desigualdades impostas historicamente ao território. Ao contrário, as inquietações relativas a inoperância das políticas públicas que deveriam ter colaborado para o estabelecimento de uma melhor qualidade de vida para os moradores após a titulação, são muito intensas.

Mas algumas coisas mudaram, inclusive em relação ao próprio processo de titulação. Inicialmente a titulação quilombola não foi recebida por todos da mesma maneira. Dentro do território inicialmente despontaram relações que sinalizavam conflitos no que diz respeito à assunção da identidade étnica africana. Além disso, o fato da posse da terra ter se tornada coletiva contrariou as expectativas de alguns membros do grupo fazendo surgir focos de tensão e disputa. O surgimento de lideranças diferentes provocou um reordenamento nas relações de poder desenhadas no grupo, enfraquecendo lideranças tradicionais e lançando novas.

O cenário se alterou ao longo do tempo, em grande medida, por conta dos encontros e das formações que envolvem as comunidades negras tituladas. Os povos quilombolas são

convidados legalmente e continuamente a reafirmarem suas identidades no sentido de garantir a posse da terra, sempre disputada por setores agrários conservadores interessados na desarticulação das conquistas dos povos negros (CARDOSO, 2011). A grande maioria dos moradores já admite a origem negra e agora recorre à memória dos mais velhos que reafirma a narrativa histórica da presença negra em Araquembaua.

Portanto, o que levou a comunidade a lutar pela titulação quilombola foi a adoção de uma estratégia territorial para garantir a posse da terra, com o passar do tempo, essa condição mudou. O quilombamento do grupo está em curso, é o que os dados indicam. Expressam não somente o desejo de reafirmar a conquista territorial, mas dão sinais de que aos poucos a comunidade passa por um processo de aprendizagem. Estão aprendendo o que é ser quilombola na atualidade e, ao mesmo tempo, resgatando uma identidade invisibilizada pelo tempo. Entender o esquecimento, o desaparecimento da memória é um dos desafios dos quilombos contemporâneos e, em particular, do quilombo de Araquembaua.

Outros aspectos da organização territorial também se transformaram. Novas territorialidades se expressam através de outras lideranças e associações. A vila ganhou uma configuração espacial diferente, passou a agregar outros objetos, adotou a partir de construção coletiva, um ordenamento urbano, o número de ruas e travessas cresceu, a quantidade de casas aumentou, o comportamento demográfico denuncia um crescimento significativo de habitantes e o retorno dos antigos. A reterritorialização derivou, em grande medida, da expectativa produzida em torno das políticas públicas prometidas às comunidades quilombolas, mas não somente.

A efetivação de políticas destinadas aos pescadores como o Seguro Defeso tem sido bastante atrativa, inversamente, porém, os moradores denunciam os aspectos negativos dessa política, uma vez que vem provocando dependência e desestimulando a continuidade das atividades laborais tradicionais. O risco à segurança alimentar na comunidade vem crescendo. Muitos produtos que hoje estão nas mesas dos moradores derivam de compra nos mercadinhos locais e nem sempre tem a qualidade dos que vem da roça.

Por outro lado, a comunidade vem sendo contemplada com cotas para estudantes quilombolas, fato que vem colaborando para que os jovens tenham a oportunidade de prosseguir os estudos e cursar o nível superior. Parte dos professores que hoje atua na comunidade é morador local, está ou esteve em processo de formação dentro de uma universidade.

São mudanças significativas. Algumas relacionadas ao processo de titulação, outras respondem a um cenário marcado pelo avanço do capital na Amazônia, pela implementação

de políticas públicas para as comunidades camponesas, pelo diálogo com realidades diferentes.

Mas também se percebem permanências. Ainda é o grupo doméstico que trabalha na terra e no rio, o responsável pela reprodução da comunidade e de seu modo de vida. A precariedade relativa ao atendimento médico, odontológico, educacional, etc. permanece. Muito estudantes não conseguem o acesso as universidades pelas cotas, por que o número destinado a cada comunidade é muito pequeno, o que estimula o êxodo de jovens em direção a cidades próximas com o intuito de dar continuidade aos estudos em faculdades ou universidades.

A comunidade, dessa forma, reconhece a importância da titulação quilombola, mas demonstra ter consciência de que a titulação somente não foi capaz de melhorar a qualidade de vida do grupo e que, portanto, a necessidade de fortalecer as lutas é cada vez maior. O engajamento na militância da causa negra sinaliza essa compreensão.

Araquembaua retrata na sua simplicidade a trajetória de comunidades camponesas assentadas tradicionalmente nas terras amazônicas. Exemplifica, ao mesmo tempo, o árduo e intenso processo de constituição e ressemantização do que é ser um quilombo. Denuncia o lapso da memória, o esquecimento. Evidencia a exclusão, o preconceito, o medo e a vulnerabilidade dos remanescentes de quilombo no Brasil.

Finalizo afirmando que a pesquisa em Araquembaua não configurou apenas um estudo de caso. Ao longo do desenvolvimento do trabalho e por conta da metodologia adotada que contemplou a consulta a sites, teses, dissertações, livros, além da pesquisa de campo, observou-se a recorrência de casos semelhantes ao de Araquembaua no Pará, no Brasil e na América Latina como um todo, o que demonstra o caráter universalista desse processo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, J. C. T.; AGUIAR, F. J. F. Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e a formação de professores em Sergipe. **Revista Fórum**. V. 7. Itabaiana, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processo de Territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos**. v.6, n. 1.Maio, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.<sup>a</sup> Ed, Manaus: pgsca–ufam. 2008.
- \_\_\_\_\_. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington, organizadores. **Terras e Territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- \_\_\_\_\_.Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.
- ALMEIDA, E. A. de; SILVA, J. F. da. Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica. **Interritórios**. Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. v.1; n.1; Caruaru, 2015.
- ANDRADE, L. M. M. O caminho da titulação. **Boletim Terra de Quilombo**. Nº 5. Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Terras Quilombolas em Oriximiná**: pressões e ameaças. Comissão Pró-Índio. 1<sup>a</sup> Edição, São Paulo, 2011.
- ARRUTI, J. M. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros. **Horizontes Antropológicos**. Ano 6. n.14. Porto Alegre, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru, SP. Edusc, 2006.
- ARRUDA, J.. **Educando pela diversidade afrobrasileira e africana**. Dinâmica. João Pessoa, 2006.
- BASTOS DOS SANTOS, C. **Dendeicultura e comunidades camponesas na Amazônia Paraense**: uma análise do município de Moju. Dissertação de Mestrado. PPGeo/UFPA. Belém/PA, 2015.
- BECKER, B. Novas Territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. **Ciências Humanas**. Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010
- BENATTI, J. H. **Posse agroecológica e manejo florestal**. Juruá. Curitiba, 2003.
- \_\_\_\_\_. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais. In: SAUER, S.; ALMEIDA, W. (Orgs). **Terra e territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 2011.
- BRANDÃO. C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Rurais**. v. 1. n. 1. 2007.
- \_\_\_\_\_.Comunidade Tradicional. 2010. Disponível em: [nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/.../a%20comunidade%20trad160.pdf](http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/.../a%20comunidade%20trad160.pdf)
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- \_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Portaria Nº 307**, de 22 de novembro de 1995. Determina que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem

como tituladas. Brasília, DF: Senado, 1995a. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/fed4.htm>>. Acesso em: 18 abril. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Portaria Nº 25**, de 15 de agosto de 1995. Normatiza os trabalhos de identificação e delimitação das terras quilombolas. Brasília, 1995b. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/falaegbe/sem/sem04.pdf>>. Acesso em: 18 abril. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto n.º 3.912**, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos... Brasília, DF: 2001. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=130>>. Acesso em: 20 abril. 2016.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 4.883/2003**. Transfere a competência relativa a delimitação das terras de quilombo para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 2003.

\_\_\_\_\_. **Decreto Federal nº 4.887/03**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 20 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 98**, de 26 de novembro de 2007. Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares e o regulamenta. 2007.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Instrução Normativa n.º 49**, de 29 de Setembro de 2008. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos... Brasília, DF: Senado, 2008. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=164>>. Acesso em: 20 abril. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria Nº 397/2014**: instaura a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola com a finalidade de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. Fundação Cultural Palmares. **Portaria Nº 40**, de 13 de julho de 2000. Estabelece as normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação... Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=129>>. Acesso em: 19 abril. 2016.

CAMARGO, L. H. R. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, F.G.; SOARES, L. A. A. (orgs). Ordenamento territorial: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

CAMPOS, L. **Do quilombo à Universidade**: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade Federal do Pará – Campus Belém quanto permanência. Dissertação de Mestrado. PPGED/UFPA. 2016.

CATAIA, M. A.; RIBEIRO, L. H. L. Análise de Situações Geográficas: notas de metodologia de pesquisa em Geografia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.9-30, V.11, n.15, jan-jun.2015.

CARDOSO, L. F. C. **A Constituição Local**: Direito e Território Quilombola na Comunidade de Bairro Alto, na Ilha do Marajó – Pará. Tese de Doutorado. PPGA/UFSC. 2008.

CARDOSO, D., RIBEIRO, J., SALOMÃO, R., FONSECA, A., & Souza Jr., C. 2017. **Degradação Florestal no estado do Pará** (agosto de 2015 a julho de 2016). (p. 1). Belém: Imazon.

- \_\_\_\_\_. Direito e território quilombola na ilha do Marajó. In: ANJOS, R. S. A. dos; ROSEMBERG, F. SOUZA, L. A. F. S. (orgs.). **Terra, território e sustentabilidade**. Contexto. São Paulo, 2011.
- CARNEIRO, L. Requilombarse. São Pedro dos Crioulos: magia e religião em São Pedro de Cima. **XV ENG**. São Paulo, 2008.
- CARVALHO, A. C. **As metamorfoses do trabalho e no espaço a partir da dendeicultura em Tomé-Açu (PA)**: estudo de caso na Vila Forquilha. Dissertação de Mestrado. PPGEU/UFPA, 2015.
- CARRIL, L. F. B. Quilombo, território e geografia. **Agrária**. São Paulo, 2006.
- CASTRO, Edna. Terras de preto entre rios e igarapés. In: **Belém de Águas e Ilhas**. Castro, Edna (Org.), Belém: CEJUP, p. 137-160. 2006.
- COELHO, W. B.; CABRAL, R. P. Relações sociais no “paraíso racial”: considerações iniciais sobre um mito. In: COELHO, W. B.; COELHO, M. C. (org). **Raça, cor e diferença: a escola e a diversidade**. Belo Horizonte: Mazza, 2008.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- CRUZ, Walter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, O.A.; SANTOS, E. M. C.; NETO, A.S. C. (org). **Identidade, Território e Resistência**. Rio de Janeiro. Consequência, 2014.
- DAL POZZO, C. F. Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial. **Revista NERA** (UNESP), v. 1, p.50-58, 2012. Disponível em: [www.revista.fct.unesp.br](http://www.revista.fct.unesp.br). Acesso em 15.12.2016.
- DE OLIVEIRA, A. N.; **A Invisibilidade Imposta e a Estratégia de Invisibilização entre Negros e Índios: Uma Comparação**. 1997. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/viewFile/9912/7255>
- DIEGUES, A. C.. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucite. 2008 (2004).
- \_\_\_\_\_; ARRUDA, Rinaldo, S.V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.
- DINIZ, R. F; TUBALDINI, M. A. S. **Desterritorialização camponesa e reterritorialização quilombola**: as territorialidades afro-brasileiras enquanto estratégias de resistência socioterritorial dos quilombos do Alagadiço, Minas Novas – Vale do Jequitinhonha – MG. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2015.
- FABRINI, J. E. A escala da luta e resistência camponesa. **Geosul**. v.21, n.42. Florianópolis, 2006.
- FERREIRA, Denison da Silva. **Dinâmica socioespacial em comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba- PA**. Dissertação de Mestrado. PPGEU/UFPA. 2014.
- FONTELES, L. V. A identidade do negro sertanejo e a invenção dos remanescentes de quilombos. **IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**. Salvador (BA), 2008.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. V.2. n.3. 2012.
- GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Volume II: Estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- GOMES, F. S. Nas Fronteiras da Liberdade: Mocambos, Fugitivos e Protestos Escravos na Amazônia Colonial. In: **Anais do Arquivo Público do Pará**. SECULT. Belém, 1996.
- GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio De Janeiro, Civilização Brasileira. 1979.

- HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. DP&A. Rio de Janeiro, 2004.
- \_\_\_\_\_. & ARAUJO, F. G. B. (Orgs.) **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. 1. ed. Access. Rio de Janeiro, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 5ª Ed. Bertrand Rio de Janeiro, 2010 (2004).
- \_\_\_\_\_. **Viver no limite: território e territorialidades em tempos de in-segurança e contenção**. 1ª ed. Bertrand. Rio de Janeiro, 2014.
- HERRERA, José Antonio. **Desenvolvimento Capitalista e Realidade da Produção Agropecuária Familiar na Amazônia Paraense**. Tese de Doutorado. Campinas, SP. 2012.
- IMAZON. **A atividade madeireira na Amazônia brasileira: produção, receita e mercados**. Serviço Florestas Brasileiro, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Belém, PA. 2010.
- IAP. **Terra de Negro**. Instituto de Artes do Pará. Programa Raízes. Belém, PA. 2003.
- JUNIOR, A. G. A importância da produção na agricultura familiar para a segurança alimentar. **2º Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento**. Paraná, 2013.
- KAYSER, B. O. 1985. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 84, jul. São Paulo, 2006.
- KONDER, Leandro. O que é dialética? **Coleção Primeiros Passos**. São Paulo. Brasiliense. 2008.
- LA BLACHE, P. V. de. **I Geografia Geral**. Os gêneros de vida na geografia humana. Geographia. Niterói, RJ. 2005.
- LEFEBVRE, H. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013 (1986).
- LIMA, L. A. P. **A roça como categoria de análise e de afirmação identitária**. Dissertação de Mestrado. PPGCSPA/ UEMA. São Luís/MA, 2015
- LOPES, C. J. O; MEDEIROS, G.R.N; SOARES, L.R.S. **Quilombos Contemporâneos na Amazônia: debates e contribuições geográficas**. Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE. São Paulo, 2015.
- \_\_\_\_\_; NAHUM, J. S. Um território quilombola amazônico: estudo de caso na comunidade Araquembaua, Baião (PA). **Interespaço**. Ed. Especial. V. 1, n. 3, Grajaú/MA. 2015. p.152-168.
- LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Neocomunidades, reconstrução de territórios e saberes**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. Julho-dezembro, p. 67-85. 2006.
- MACEDO, C. O. “Invenção e ressignificação do território camponês na comunidade do Cravo – Nordeste Paraense”. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 32, No. 3, 2015
- MACHADO, J. C. N. “**Nem parece que tem quilombola aqui**”: (In) visibilidade da identidade quilombola no processo formativo da CFR do território quilombola de Jambuaçu Pe. Sérgio Tonetto. Dissertação de Mestrado. PPGED. UFPA. 2014.
- MAGALHÃES, S. B.; SIMÕES, A.; PIRAUX, M.; SANTOS, C. V.; TAVARES, F. B.; MARTINS, P. F. S.; JUNIOR, N. A. L. **Transformações Sociais e Territoriais no Ambiente Rural da Amazônia Oriental**. VI Encontro Nacional da ANPPAS. 2012.
- MALCHER, M. A. F. **Identidade quilombola e território**. Comunicações do III Fórum Mundial de Teologia e Libertação. Belém, 21 a 25 de jan. pp. 399-421, 2009.
- MALCHER, M. A. F.; NAHUM, J. S. A formação das comunidades negras rurais de São Judas e Cravo, no Estado do Pará. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos – ENG**. Porto Alegre, 2010.
- MARIN, R. E. A; CASTRO, E M. R Mobilização política de comunidades negras rurais: domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**. v 2. n 2. 1999.

- \_\_\_\_\_. **No Caminho das Pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. NAEA/UFGA. 2ª Ed. Belém, 2004.
- MANYARI, Waleska Valença. **Impactos Ambientais a Jusante de Hidrelétricas**. O caso de Tucuruí, PA. Tese de Doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro, RJ. 2007.
- MARQUES, J. A.; MALCHER, M.A. **Cadernos ITERPA**. Territórios Quilombolas. Instituto de Terras do Pará- ITERPA. Vol. 3. Belém, 2009.
- MARQUES, M. I. M. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil. In: **Campesinato e territórios em disputas**. São Paulo: Expressão popular, 2008.
- MARTINS. J. S. **A chegada do estranho**. Editora Hucitec São Paulo, 1993
- MASCARENHAS, C. A. S.; AMARAL, A. J. P. Quilombo: espaço de liberdade e de luta pelo território com base na ancestralidade. In: AMARAL, A. J. P (org.). **Quando a universidade vai ao quilombo**. Educação, relações sociais e étnicas no Pará. Faculdade de Pedagogia/UFGA. Castanhal/PA, 2016.
- MESQUITA, B. A. A dinâmica recente do crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: **Terras e Territórios na Amazônia**: demandas, desafios e perspectivas. Sérgio Sauer, Wellington Almeida, organizadores. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- NAHUM, J. S. De ribeirinha a quilombola: dinâmica agrária de comunidades rurais na Amazônia paraense. **Campo Território**: revista de geografia agrária, v. 6, n.12, p. 79-103. 2011.
- \_\_\_\_\_. **Formação territorial e rural da Amazônia**. Projeto de Pesquisa. Grupo de Pesquisas Dinâmicas Territoriais do Espaço Rural na Amazônia – GDEA/UFGA. Belém, 2017.
- NAHUM, J. S; BASTOS DOS SANTOS, C. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, vol. 9, n 17, p. 469-485. 2014.
- \_\_\_\_\_. Uma interpretação geográfica da dendeicultura na Amazônia. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia** (Anpege). p.309-331, V.11, n.15, jan-jun.2015.
- NAHUM, J. S.; FERREIRA, D. S. **Dinâmica ribeirinha de uma comunidade quilombola amazônica**. 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20/Complestos/Jo%E3%20Nahum.pdf>
- NAHUM. J. S; OLIVEIRA, J. B. Políticas de Estado Para Comunidades Remanescentes de Quilombo na Amazônia Paraense. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.7, n.14, jan./abr. de 2013. pp.07-23
- OLIVEIRA, L. F. de; CANDAU, V. M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**. v 26; n.01; Belo Horizonte, 2010. p.15-40.
- PALHETA DA SILVA, J. M. **Território e Mineração em Carajás**. GAPTA/UFGA. Belém, 2013.
- PARÁ. **Decreto nº 663/1992**: Dispõe sobre a titulação de terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos. 1992.
- \_\_\_\_\_. **Lei Estadual nº 6.165 de 02 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a legitimação de Terras dos Remanescentes das Comunidades dos Quilombos. 1998.
- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.572/1999**. Regulamenta a Lei nº 6.165/1998 que dispõe sobre a legitimação de Terras das Comunidades Quilombolas do Pará. 1999.
- \_\_\_\_\_. **Instrução Normativa ITERPA/1999**. Define o ITERPA como órgão responsável pela abertura, processamento e conclusão dos processos administrativos de legitimação das Terras de Quilombos. 1999.

- \_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.054/2000**. Cria o Programa Raízes com o objetivo de dinamizar as ações de regularização do domínio das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos. 2000.
- PARÉ, M. L.; OLIVEIRA, L. P de; VELLOSO, A. D. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Prestos em Restinga Seca (RS) e da comunidade Kalunga do Engenho II (GO). **Cad. Cedes**, vol. 27, n. 72, p. 215-232, maio/ago. Campinas, 2007.
- PINTO, B. C. M. Historiografia, resistência negra e formação dos quilombos na Amazônia Tocantina. In: FELDMAN, A.; BERLESI, J.; NUNES, F. A. **Historiografia: novos debates, novas perspectivas**. UFPA. Cametá, 2015.
- PORTO-GONÇALVES, C. V. **A reinvenção dos territórios na América Latina/Abya Yala**. Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Sociales. Maio, 2012.
- PRIOSTE, F. G.V; ALVES, C. C. N; CAMERINI, J. C. B. Quem tem medo da Constituição Federal? Quilombolas e direito ao território. In: **Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Sérgio Sauer; Wellington Almeida. Organizadores. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- RAFFESTIN, C. Uma concepção de território, territorialidade e paisagem. In: PEREIRA, S.R; COSTA, B.P; SOUZA, E.B.C. (orgs.). **Teorias e Práticas Territoriais: análises espaço-temporais**. Expressão Popular. São Paulo, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia do poder**. Editora Ática. São Paulo, 2011.
- RAMOS, Sandoval Coelho; **Baião: a história de um município**. Valente Gráfica e Editora, 2009.
- REIS, J. J; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. 1ª ed. Claro Enigma. São Paulo, 2012.
- REIS, P. P dos. **Alfabetização e letramento na formação cultural da comunidade de Araquebaua – Baião (PA)**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA. Cametá, 2013.
- RIBEIRO, M.S; NAHUM, J. S. **Uma razão, duas visões: dendeicultura e campesinato no município de Baião (PA)**. Boletim Amazônico de Geografia, Belém, v. 01, n. 02, p. 202-217, jul./dez. 2014.
- ROSENDAHL, Zeny. **Territorio e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005.
- SACK, Robert David. **Human Territoriality. Its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986.
- SALLES, Vicente. **O Negro no Pará sob o regime da escravidão**. IAP, Belém. 2005 (1971).
- SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Vozes. Petrópolis, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. Nobel. São Paulo, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. HUCITEC. São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **Território, Globalização e Fragmentação**. Hucitec/Anpur. São Paulo, 1998b.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. Hucitec. São Paulo, 1998c.
- \_\_\_\_\_. O Território e o Saber Local: algumas categorias de análise. **Caderno IPPUR**. Ano XIII. n.2. Rio de Janeiro, 1999a.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. **GEOgraphia – Ano. 1 – n.1**.1999b.
- \_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 2014 (1996; 2008).
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. 17ª Ed. Editora Record. São Paulo, 2013 (2001).

- SAQUET, M. A. O tempo, o espaço e o território. In: SOUZA, E.; SOUZA, Á. (org.). **Paisagem, território e região: em busca da identidade**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Abordagens e Concepções de Território**. Expressão Popular. São Paulo, 2007.
- \_\_\_\_\_. Por uma abordagem Territorial. In: **Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos/ Marcos Aurélio Saquet, Eliseu Savério Sposito** (organizadores) – 1ª Ed. – São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. Outras expressões. São Paulo, 2011a.
- \_\_\_\_\_. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em geografia agrária. In: SAQUET, M.; SUZUKI, J. MARAFON, G.(org). **Territorialidade e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. Expressão Popular. São Paulo, 2011b.
- \_\_\_\_\_. **Abordagens e concepções de territórios**. Outras Expressões. São Paulo, 2013.
- \_\_\_\_\_. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, O.; SANTOS, C.; NETO, A. (org). **Identidade, Território e Resistência**. 1 ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- SILVA, S. C da. Os agentes invisíveis do território usado: o circuito espacial da produção do vestuário em São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**, v2, n3, 2012.
- SILVA, G. A; GRACIANO, M. C. Discriminação racial e resistência negra: um estudo comparativo entre as conjunturas brasileira e colombiana. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**. 2016.
- SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. **Ciência Geográfica**. Vol. XV. (1). Bauru, 2011.
- \_\_\_\_\_. O Território em Pedacos. **Revista Controvérsia**. 2013. Disponível em: <https://npdr.wordpress.com>.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. Cortez. São Paulo, 2007.
- SOBREIRO FILHO, J. **Ocupações de terra no Brasil (1988-2010): uma leitura geográfica e a conjuntura da luta pela terra**. 2011. Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/articulos/sobreiro-2011.pdf?noCache=1316261573948> ,
- \_\_\_\_\_. **Contribuição à construção de uma teoria geográfica sobre movimentos socioespaciais e *contentious politics*: produção do espaço, redes e lógica-racionalidade espaço-temporal no Brasil e Argentina**. Tese de Doutorado. PPGeo/UNESP. Presidente Prudente/SP, 2016.
- SOUZA, B. O. **Aquilombar-se**. Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. 2008.
- TAVARES, R. F. de M.; MALCHER, D. J. da P.; MENDES, N. V. B.; FERREIRA, C. T.; NASCIMENTO, M. C. do; JESUS, L. R. de. **Diagnóstico socioeconômico da Agricultura de produtores familiares no município de Baião - Pará**. VIII Congresso Brasileiro de Agroecologia – Porto Alegre/RS. 2013.
- TERCEROS SIROTTEAU, J. L.. **Impactos socioterritoriais e identidade quilombola em espaço metropolitano: o caso da comunidade de Abacatal (Pará)**. Dissertação de mestrado. PPGeo/ UFPA, 2015.
- TOCANTINS, L. **O rio comanda a vida**. Uma interpretação da Amazônia. 2. ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1961.
- TOLEDO, V. M. Povos/Comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: Levin, S, et al., (Eds.) **Encyclopedia of Biodiversidade**. Academic Press. 2001.

- TRECCANI, G. D.. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes. Belém, 2006.
- TREMACOLDI, C. R. **Principais doenças fúngicas da pimenteira-do-reino no Estado do Pará e recomendações de controle**. – Embrapa Amazônia Oriental. Belém/PA, 2010.
- VERÍSSIMO, A.; SOUZA Jr.; C., CELENTANO, D.; SALOMÃO, R.; PEREIRA, D. & BALIEIRO, C. **Áreas para produção florestal manejada: Detalhamento do Macrozoneamento Ecológico Econômico do Estado do Pará**. Relatório para o Governo do Estado do Pará. 2006.
- WALKER, S. S. **Conocimiento desde Adentro los afrosudamericanos hablan de sus pueblos y sus historias**. Editorial Universidad del Cauca. La Paz – Bolívia, 2012.